DIÁRIO DE NOTÍCIAS DE SÃO PAULO

EDIÇÃO NACIONAL

ISSN 2675-6676

R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXVIII • Nº 8151 • SÃO PAULO, QUINTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2024 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

Empresas propõem acordo bilionário para encerrar disputa por tragédia de Mariana

Geral Pág.06

Ontem, dia 12, a Vale comunicou que, em conjunto com Samarco Mineração e BHP Billiton Brasil, apresentou uma nova proposta de acordo referente ao incidente da Barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais. O montante total da nova proposta, que abrange tanto obrigações passadas como futuras, atinge R$ 140 bilhões. Essa quantia contempla R$ 37 bilhões referentes a investimentos já realizados em reparação e compensação, um pagamento em dinheiro de R$ 82 bilhões a ser efetuado em 20 anos para o Governo Federal, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, bem como os municípios, e R$ 21 bilhões em obrigações a cumprir.

(Foto: Antonio Cruz/ Agência Brasil)



Os valores deverão ser integralmente utilizados para financiar medidas reparatórias e compensatórias de caráter ambiental e socioeconômico que serão assumidas pelo Poder Público a partir da celebração de eventual acordo

Leis e Projetos Pág.02

Fim da saga: Comissão aprova proibição de bloqueio de verbas da cultura

Esportes Pág.08

Brasil vence Polônia e mostra força na Liga das Nações de vôlei feminino

Economia Pág.04

Desastre ambiental derrubou exportações de frango do RS em 11% em maio

As exportações de frango do RS caíram 11% em maio deste ano ante o mesmo mês do ano passado, devido às enchentes que castigaram o Estado, apontam dados da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul).



Foram realizados mais de **400 milhões** de Pix num intervalo de 48 horas

As transações da última sexta-feira (7/6) somaram **R$ 90,9 bilhões**

Atualmente, mais de **405 milhões** de contas estão cadastradas

O Banco Central deve implementar em 28 de outubro uma nova modalidade, o **PIX Automático**, para viabilizar pagamentos recorrentes

FONTE Banco Central | ® INFOGRAFFO

Internacional Pág.05

Kim Jong Un cita ‘camaradas de armas’ enquanto relatos sugerem ida de Putin à Coreia do Norte

Economia Pág.04

Brasil registra fluxo cambial positivo de US$ 11,419 bi até 7 de junho

Esportes Pág.08

Pavlovic de fora! Nagelsmann aposta em Emre Can para a Eurocopa

Contexto Jurídico Pág.10

STF finaliza debate com divergências sobre métodos de vigilância

Economia Pág.04

Pesquisa mostra que 100% das empresas do agro investem em ESG

Medicina e Saúde Pág.11

Especialistas revelam segredos para evitar gripes e resfriados neste inverno

Internacional Pág.05

Após convocar eleições na França, Macron exorta políticos moderados a se reagruparem

Política Pág.03

PF indicia ministro por suspeita de corrupção em desvios na Codevasf

Política Pág.03

PF investiga Solidariedade por desvios de R$ 36 mi do Fundo Partidário

A Operação Fundo no Poço, deflagrada ontem, 12, pela PF, investiga uma quadrilha que teria desviado recursos do fundo partidário e eleitoral do partido Solidariedade nas eleições de 2022. O presidente da legenda, Eurípedes Júnior, foi objeto de mandado de prisão, mas até a tarde de ontem não havia sido localizado pelos agentes.

Meio Ambiente Pág.13

Estudo revela ampla biodiversidade em áreas de cultivo de palma no Pará e Roraima

Internacional Pág.05

Conservadores prometem cortes de impostos em campanha eleitoral no Reino Unido

Economia Pág.04

Setor de serviços cresce 0,5% em abril e acumula alta de 2,3% no ano

Na segunda alta consecutiva, após avanço de 0,7% de fevereiro para março, o volume de serviços no País cresceu 0,5% abril, segundo dados divulgados ontem, 12, pelo IBGE. O setor cresceu 5,6% ante abril do ano passado, 2,3% no acumulado do ano e 1,6% no acumulado de 12 meses.

Política Pág.03

CNJ pede investigação de Moro por peculato e corrupção privilegiada

Relatório cita tese do suposto ‘conluio’ entre o ex-juiz, Deltan e a juíza Gabriela Hardt

Pela suposta ligação do ex-juiz Sérgio Moro, hoje senador (União-PR), com crimes de peculato-desvio, prevaricação, corrupção privilegiada ou passiva, o CNJ vai enviar à PGR o acórdão da inspeção realizada no berço da Operação Lava Jato, envolvendo a 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba e os gabinetes da 8ª Turma do TRF4. Um documento anexado ao relatório de correição elaborado pela equipe do ministro-corregedor Luís Felipe Salomão, elenca cinco hipóteses criminais envolvendo a tese de suposto ‘conluio’ entre o ex-juiz Sérgio Moro, o ex-procurador Deltan Dallagnol e a juíza Gabriela Hardt. O objetivo da aliança, segundo o documento, seria um ‘desvio’ da ordem de R$ 2,5 bilhões. O montante teria como destino os cofres da polêmica fundação da Lava Jato, que nunca saiu do papel.

Política Pág.03

Ex-desembargador é alvo de processo no CNJ por ataques a Moraes

(Foto: Sergio Amaral/ST)



O plenário seguiu voto do corregedor nacional de Justiça, ministro Luís Felipe Salomão.

O ex-desembargador do TJDFT Sebastião Coelho é alvo de um processo aberto pelo CNJ, em votação unânime, para avaliar ele cometeu faltas disciplinares ao criticar o ministro do STF Alexandre de Moraes quando ainda estava no cargo. O plenário seguiu voto proferido pelo corregedor nacional de Justiça, ministro Luís Felipe Salomão.

Acesse o nosso site: diariodenoticias.com.br

SAÚDE



Esteatose hepática: doença é pouco conhecida, mas afeta 3 a cada 10 pessoas no mundo

https://shre.ink/Dztn

Esportes Pág.08

Australiana Ariarne Titmus quebra recorde mundial dos 200m livre com performance arrasadora

INDICADORES FINANCEIROS

Salário Mínimo	R$ 1.412,00
IPCA (IBGE) - mês	0,46%
IGP-M (FGV) - mês	0,89%
IPC (FIPE) - mês	0,09%
TR pré	0,0883%
Taxa básica financeira - TBF	0,7989%
Ibovespa (pontos)	119.936
Poupança (mês)	0,56%
CDB pré 30 dias - ano	10,11%
CDB pré 90 dias - ano	10,17%
CDI acumulado - mês	0,31%
CDI anualizado	10,40%
Dólar comercial	R$ 5,4060/R$ 5,4070
Dolar turismo	R$ 5,4090/R$ 5,5890
Euro turismo	R$ 5,8420/R$ 5,8420

LEIS & PROJETOS

EDIÇÃO NACIONAL

Comissão aprova isenção de pedágio em rodovias federais para motos

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que isenta os motociclistas do pagamento de pedágio em rodovias federais concedidas à iniciativa privada. De acordo com o texto, as concessões em vigor devem ser adaptadas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

O substitutivo aprovado, elaborado pelo relator, deputado Neto Carletto (PP-BA), ao Projeto de Lei 2844/19 (e apensados), optou por incluir a isenção na Lei 10.233/01, que criou a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Segundo Carletto, as motocicletas ocupam pouco espaço nas rodovias, e o peso que elas exercem sobre o pavimento é praticamente insignificante. Além disso, a isenção não afeta significativamente as concessões. De acordo com a ANTT, o número de motociclistas que utilizam rodovias federais com pedágios representa de 0,3% a 1% do total de veículos. Vale ressaltar que essa medida já é adotada em algumas rodovias federais por meio de uma portaria governamental.

Saúde aprova projeto com critérios para compra de equipamentos para o SUS

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2641/19, do Senado, que estabelece requisitos mínimos para a compra de equipamentos destinados a procedimentos diagnósticos ou terapêuticos no Sistema Único de Saúde (SUS). Essa medida visa conferir maior racionalidade ao processo de compras pelo SUS.

As novas regras serão aplicadas aos equipamentos que custam mais do que o valor previsto para a dispensa de licitação (atualmente fixado em R$ 50 mil) ou que possuem custo de manutenção e operação superior a esse valor por ano.

O projeto determina que o edital deve incluir a demonstração da capacidade instalada para operação do equipamento ou o plano de atendimento dos requisitos necessários à sua operação. O plano de requisitos mínimos deve conter, pelo menos, informações sobre adequação orçamentária, cronograma de treinamento ou contratação de pessoal capacitado e cronograma de construção ou reforma.

Além disso, até seis meses após a entrega ou instalação do equipamento, será necessário comprovar três requisitos:

• Existência de profissionais habilitados e em número suficiente para operar o equipamento.

• Contrato em vigor para a manutenção do equipamento nos primeiros cinco anos.

• Instalação do equipamento em espaço físico adequado.

Os gestores que não seguirem essas novas regras estarão sujeitos a sanções previstas nos regulamentos próprios de cada ente federativo e na Lei de Improbidade Administrativa, sem prejuízo de eventual responsabilização civil e criminal.

A relatora, deputada Rosangela Moro (União-SP), deu parecer favorável ao texto do Senado. Ela ressaltou que a proposta busca evitar compras antieconômicas no SUS, considerando as limitações de recursos do sistema.

O projeto seguirá agora para análise, em caráter conclusivo, pelas comissões de Finanças e Tributação.

Comissão de Orçamento aprova liberação de R$ 12,2 bilhões para o Rio Grande do Sul

A Comissão Mista de Orçamento aprovou duas medidas provisórias que destinam créditos extraordinários de R$ 12,23 bilhões no Orçamento de 2024 para atender ações relacionadas às recentes enchentes no Rio Grande do Sul (MP 1218/24) e para reparar danos a equipamentos da Polícia Rodoviária Federal nas enchentes ocorridas no início do ano no Rio de Janeiro (MP 1210/24).

No caso do Rio Grande do Sul, os recursos de R$ 12,2 bilhões serão direcionados para os seguintes órgãos:

Ministério da Educação:

• Repasse de pelo menos uma parcela extra de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar às redes de ensino federal, estadual e municipal do Rio Grande do Sul. O objetivo é atender 1,7 milhão de estudantes da educação básica pública do estado.

• Repasse de recursos às escolas atingidas por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola.

Ministério da Justiça e Segurança Pública:

• Pagamento de diárias, passagens, combustível e manutenção da frota de veículos e aeronaves da Polícia Rodoviária Federal, além de indenização pela flexibilização voluntária do repouso.

• Despesas da Polícia Federal com mobilização de centenas de policiais, viaturas, embarcações, helicópteros e aviões.

• Pagamento de 30 dias de operações da Força Nacional de Segurança Pública com 350 profissionais.

Ministério da Saúde:

• Ampliação de serviços do Hospital Nossa Senhora da Conceição na área atingida, com o acréscimo de 109 leitos e 890 contratações em sua rede de hospitais para suprir as necessidades de atendimento de urgências. Isso se deve ao fato de instituições de municípios como Canoas e Porto Alegre terem sofrido danos irreparáveis e não conseguirem atender à demanda.

• Auxílio financeiro para a aquisição de componentes de assistência farmacêutica, a fim de repor estoques destruídos pelas inundações.

• Custeio de 200 voluntários da Força Nacional do SUS durante 60 dias, com a realização de ações de atenção ambulatorial e hospitalar em 497 municípios do Rio Grande do Sul.

• Disponibilização de 1.500 computadores para o Rio Grande do Sul.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Auditado e Certificado

ICP Brasil

AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.



Comissão aprova proibição de bloqueio de recursos de fundos da cultura

"A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 58/22, que impede a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas vinculadas aos fundos de financiamento da cultura estabelecidos pela Lei Rouanet. O texto, de autoria do deputado licenciado Marcelo Calero (RJ), inclui essa regra na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A Lei Rouanet criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com o objetivo de captar e canalizar recursos para o setor cultural. Além disso, instituiu o Fundo Nacional da Cultura (FNC) e os Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart), bem como estabeleceu outros tipos de incentivo a projetos culturais.

Atualmente, a LRF já prevê que não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais, como aquelas vinculadas aos juros da dívida pública e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

(Foto: Renato Araújo/Câmara dos Deputados)



O deputado Aureo Ribeiro recomendou a aprovação da proposta.

O relator do projeto na comissão, deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), recomendou a aprovação. Ele destacou que a recuperação do setor cultural tem sido lenta e que a atividade configura um fator multiplicador da renda, do emprego e do crescimento econômico. Portanto, reconhece-se a importância dessa iniciativa.

Os próximos passos incluem a análise do projeto pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), seguida pelo encaminhamento ao Plenário."

CCJC aprova admissibilidade da PEC Antidrogas

(Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)



Ricardo Salles: texto deveria ser ainda mais rigoroso.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou ontem (12) a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição 45/23, que visa criminalizar a posse e o porte de qualquer quantidade de droga. O texto, já aprovado no Senado, ainda precisa passar por uma comissão especial e, posteriormente, pelo Plenário, em dois turnos de votação.

De acordo com a PEC 45/23, a definição sobre se a pessoa flagrada com droga responderá por tráfico ou será enquadrada como usuária dependerá das provas apresentadas. Atualmente, a Lei Antidrogas considera crime comprar, guardar, transportar ou trazer consigo drogas para consumo pessoal, com penas que incluem advertência sobre os efeitos das drogas e prestação de serviços à comunidade.

Caso a proposta seja aprovada, a criminalização do usuário será incorporada à Constituição, prevalecendo sobre a Lei Antidrogas. A discussão ganhou relevância no Congresso após o Supremo Tribunal Federal (STF) iniciar a análise da descriminalização do porte de pequenas quantidades de maconha. O placar estava 5 a 3 a favor da descriminalização quando um pedido de vista suspendeu o julgamento em março deste ano.

Na CCJ, houve opiniões divergentes sobre o tema. O deputado Chico Alencar (Psol-RJ) argumentou que a PEC introduz um "corpo estranho" no capítulo da Constituição que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos. Ele ressaltou que a discussão sobre a descriminalização de drogas deve ocorrer, considerando inclusive as recomendações da ONU.

Comissão debate a reserva de vagas para pessoas negras em concurso público

A Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados está promovendo uma audiência pública nesta quinta-feira (13) para discutir possíveis fraudes na implementação da Lei 12.990/14, que trata da reserva de vagas para pessoas negras em concursos públicos.

Segundo a deputada Talíria Petrone (Psol-RJ), que solicitou o debate, um estudo realizado pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e pela Universidade de Brasília (UnB) apontou que algumas instituições públicas têm "fatiado" seus concursos, criando editais com poucas vagas. Isso tem prejudicado o cumprimento da lei que reserva 20% das vagas da seleção para negros e negras.

Durante o período analisado pelo estudo (entre 2014 e 2022), 2.336 (74,63%) dos editais foram elaborados com um número insuficiente de vagas (menos de 3) para atender à implementação da lei. Em processos seletivos simplificados, 4.400 (64,21%) editais foram abertos com apenas uma vaga, e 810 (11,82%) com duas vagas, totalizando 5.210 (76,04%) editais com um número insuficiente de vagas para efetivar a reserva.

(Foto: Mario Agra/Câmara dos Deputados)



Talíria Petrone recomendou a aprovação da proposta.

Talíria Petrone destaca que, se não fosse o fracionamento, 3.947 pessoas negras poderiam ter ingressado no serviço público federal em vagas reservadas por lei. Além disso, outras 5.182 pessoas negras poderiam ter tido resultados semelhantes em processos seletivos.

A deputada ressalta a importância de adotar medidas concretas para combater práticas que burlam as cotas raciais nos concursos públicos, garantindo igualdade de oportunidades e respeito aos direitos da população negra.

O debate está programado para começar às 14 horas, mas o local da reunião ainda não foi definido.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

EDIÇÃO NACIONAL

CNJ abre processo contra ex-desembargador que criticou ministro do STF

Por unanimidade, o CNJ abriu, terça-feira (11) um processo disciplinar contra o ex-desembargador do TJDFT Sebastião Coelho.

O plenário seguiu voto proferido pelo corregedor nacional de Justiça, ministro Luís Felipe Salomão. Para o ministro, a abertura da investigação é necessária para avaliar se Coelho cometeu faltas disciplinares ao criticar o ministro do STF Alexandre de Moraes quando ainda estava no cargo.

Em agosto de 2022, Sebastião anunciou sua aposentadoria durante a sessão do tribunal e aproveitou para criticar o discurso de posse de Moraes na presidência do TSE, ocorrida no mesmo mês.

"O eminente ministro Alexandre de Moraes fez uma declaração de guerra ao país. O seu discurso inflama, não agrega e eu não quero participar disso. Enquanto eu estiver aqui, eu vou até o último dia cumprir, seja aqui, seja no tribunal eleitoral [TRE-DF], a Constituição, as leis e as decisões judiciais. Eu não vou cumprir discurso de ministro. Seja ele em posse, seja ele em redes sociais", afirmou durante a sessão.

(Foto: Pedro França/Agência Senado)



Para o ministro Luís Felipe Salomão, a abertura da investigação é necessária para avaliar se Coelho cometeu faltas disciplinares ao criticar o ministro do STF Alexandre de Moraes quando ainda estava no cargo.

Após deixar o cargo, o ex-magistrado passou a participar de manifestações em frente ao quartel do Exército, em Brasília, e defendeu a prisão de Moraes pelas Forças Armadas. As falas foram repetidas durante uma audiência pública no Congresso.

Segundo o corregedor, as falas de Sebastião Coelho têm motivação política e devem ser investigadas.

"A conduta narrada, muito embora fracionada em vários atos, deve ser tida como única, iniciada quando ainda era desembargador e continuada de forma subsequente por episódios que agregam significado a suas falas antecedentes, sempre em erosão ao Estado Democrático de Direito e incitação as massas contra os poderes legitimamente constituídos", afirmou Salomão.

CNJ vê 'indícios' de peculato e vai sugerir à PGR e a Toffoli investigação sobre Moro

(Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil)



'Lava Jato vive em cada brasileiro', diz Moro em aniversário de 10 anos da operação.

O Conselho Nacional de Justiça vai encaminhar à Procuradoria-Geral da República o acórdão da inspeção realizada no berço da Operação Lava Jato - incluindo o juízo da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba e os gabinetes da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre - documento com indicação de suposta ligação do ex-juiz Sérgio Moro, hoje senador (União-PR), com crimes de peculato-desvio, prevaricação, corrupção privilegiada ou passiva.

Por 9 votos a 5, o Plenário do CNJ aprovou o relatório de correição elaborado pela equipe do ministro-corregedor Luís Felipe Salomão, destacando que as informações levantadas pela Corregedoria Nacional de Justiça devem ser levadas à PGR para que, 'caso entenda pertinente e no uso da autonomia e competência, apure as hipóteses de ilícitos penais em tese identificados'.

Com a publicação do acórdão, a remessa à PGR deve ocorrer nos próximos dias.

Anexados ao documento, estão dois relatórios: o relatório preliminar, de setembro de 2023, e o relatório complementar, datado de abril - este aborda a hipótese criminal de peculato-desvio e 'delitos adjacentes'.

Um documento elenca cinco hipóteses criminais envolvendo a tese de suposto 'conluio' entre o ex-juiz Sérgio Moro, o ex-procurador Deltan Dallagnol e a juíza Gabriela Hardt.

O objetivo da aliança, segundo o relatório, seria um 'desvio' da ordem de R$ 2,5 bilhões. O montante teria como destino os cofres da polêmica fundação da Lava Jato, que nunca saiu do papel.

A PF descreve que, entre 2016 e 2019, Moro, Hardt e Deltan teriam promovido desvios 'por meio de um conjunto de atos comissivos e omissivos'.

Para ilustrar o documento distribuído a todos os conselheiros do CNJ que estão julgando a Lava Jato e seus personagens, um gráfico exibe o 'fluxo de eventos' descritos na hipótese criminal.

PF indicia Juscelino Filho por suspeita de corrupção em desvios da Codevasf

A PF finalizou as investigações sobre desvio de verbas federais da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e indiciou o ministro das Comunicações, Juscelino Filho. A corporação imputa ao ministro supostos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

O relatório da investigação aportou no gabinete do ministro Flávio Dino, do STF terça-feira, 11. Agora, o ministro deve remeter os autos para a PGR, para que ela se manifeste sobre uma eventual denúncia no caso ou peça novas diligências.

O indiciamento se dá na esteira da Operação Benesse, fase ostensiva da investigação que foi aberta em setembro de 2023. Na ocasião, a PF mirou a irmã de Juscelino, a prefeita afastada de Vitorino Freire (MA) Luanna Rezende. A corporação chegou a solicitar buscas contra Juscelino Filho ao ministro Luis Roberto Barroso, presidente do STF, mas a solicitação foi negada.

Em janeiro do ano passado, o Estadão revelou que Juscelino

(Foto: Getty)



O relatório da investigação aportou no gabinete do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, nesta terça-feira, 11.

Filho direcionou R$ 5 milhões do orçamento secreto para a prefeitura de Vitorino Freire asfaltar uma estrada de terra que passa em frente à sua fazenda, no município maranhense A pedido de Juscelino, durante seu mandato como deputado federal pelo União Brasil, os recursos foram parar na prefeitura da irmã.

Loteada pelo Centrão, a Codevasf operacionalizou a distribuição de verbas do orçamento secreto.

PF mira presidente do Solidariedade em operação sobre desvios de R$ 36 mi do Fundo Partidário

A Polícia Federal (PF) abriu ontem, 12, a Operação Fundo no Poço no rastro de uma quadrilha que teria desviado recursos do fundo partidário e eleitoral do Solidariedade nas eleições de 2022. Um dos principais alvos da ofensiva é o presidente da legenda Eurípedes Júnior, que é alvo de mandado de prisão, mas ainda não foi localizado pelos agentes da PF.

Segundo a corporação, Marcus Vinícius, então líder do partido, levantou suspeita de que Eurípedes teria desviado cerca de R$ 36 milhões da legenda. Foi então que as investigações começaram. A reportagem buscou contato com a legenda.

Agentes cumprem sete ordens de prisão preventiva e vasculham 45 endereços em Goiás, São Paulo e no Distrito Federal. A ofensiva foi deflagrada a mando da Justiça Eleitoral do DF que ainda determinou o bloqueio de R$ 36 milhões dos investigados, além do sequestro de 33 imóveis.

A ofensiva apura possíveis crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, furto qualificado, apropriação indébita, falsidade ideológica eleitoral e apropriação de recursos destinados ao financiamento eleitoral.

A PF viu indícios "de uma organização criminosa estruturalmente ordenada com o objetivo de desviar e se apropriar de recursos do Fundo Partidário e Eleitoral, usando candidaturas laranjas ao redor do país, superfaturamento de serviços de consultoria jurídica".

Juscelino diz que seu indiciamento pela PF segue 'modus operandi' da Lava Jato

O ministro das Comunicações Juscelino Filho, reagiu ontem, 12, ao seu indiciamento pela Polícia Federal (PF) por supostos desvios de verbas federais da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Segundo ele, a investigação "repete o modus operandi" da Operação Lava Jato, que, em suas palavras, "causou danos irreparáveis a pessoas inocentes".

A PF imputa ao deputado licenciado seis crimes, entre eles corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Ao repudiar seu enquadramento penal, o ministro invocou a extinta operação e recorreu a argumentos exaustivamente repetidos por antigos alvos da Lava Jato. Ele questiona a "isenção" do delegado responsável pelo inquérito.

De acordo com Juscelino Filho, em sua audiência de depoimento à PF, o delegado "não fez questionamentos relevantes sobre o objeto da investigação" e "encerrou abruptamente" o procedimento após 15 minutos, "sem dar espaço para esclarecimentos ou aprofundamento".

"É importante lembrar que o indiciamento não implica em culpa. A Justiça é a única instância competente para julgar, e confio plenamente na imparcialidade do Poder Judiciário. Minha inocência será comprovada ao final desse processo, e espero que o amplo direito de defesa e a presunção de inocência sejam respeitados", afirmou em nota.

O indiciamento de Juscelino Filho consta do relatório final da Operação Benesse, que aportou no gabinete do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, nesta terça-feira, 11. Agora, o ministro deve remeter os autos para a Procuradoria-Geral da República, para que ela se manifeste sobre uma eventual denúncia no caso ou peça novas diligências.

Em janeiro do ano passado, o Estadão revelou que Juscelino Filho direcionou R$ 5 milhões do orçamento secreto para a prefeitura de Vitorino Freire asfaltar uma estrada de terra que passa em frente à sua fazenda, no município maranhense A pedido de Juscelino, durante seu mandato como deputado federal pelo União Brasil, os recursos foram parar na prefeitura chefiada por sua irmã Luanna Rezende (afastada).

Juscelino diz que, quando deputado federal, "apenas indicou emendas parlamentares para custear obras". "A licitação, realização e fiscalização dessas obras são de responsabilidade do Poder Executivo e dos demais órgãos competentes", argumenta.

O ministro sustenta que o inquérito da Operação Benesse "devassou sua vida e de seus familiares, sem encontrar nada". "A investigação revira fatos antigos e que sequer são de minha responsabilidade enquanto parlamentar", alega.

TCU aprova contas do governo Lula em 2023, mas aponta distorções de R$ 20 bi

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou com ressalvas, ontem, 12, as contas de 2023 do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O relator foi o ministro Vital do Rêgo.

As ressalvas se devem a distorções de R$ 20 bilhões encontradas pelos técnicos do tribunal. Além disso, a auditoria apurou R$ 114,6 bilhões em limitações de escopo no ativo total. Isso acabou por impactar as demonstrações contábeis da União, segundo o tribunal. O exame das contas do Presidente da República é realizado anualmente pelo TCU. Geralmente, as contas são aprovadas com ressalvas, como ocorreu neste ano.

A última vez que o tribunal recomendou a reprovação ocorreu em 2016 - referente ao exercício de 2015 -, durante a gestão de Dilma Rousseff (PT).

Na ocasião, a decisão se baseou em 10 irregularidades identificadas pelo TCU, incluindo o atraso nos repasses aos bancos públicos, o que ficou conhecido como "pedaladas fiscais".

A sessão desta quarta-feira contou com as presenças do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e do 1º vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo, filho do ministro do TCU que relatou o processo.

Em seu voto, o ministro Vital do Rêgo apontou para a sobrecarga da Previdência no orçamento da União, destacando o elevando custo dos militares. "Nenhum dos sistemas previdenciários tem sido capaz de prover a cobertura dos respectivos benefícios, mas desponta, nesse aspecto, o Sistema de Proteção dos Militares, cuja relação entre receitas e despesas, em 2023, foi de apenas 15%, tendo arrecadado R$ 9 bilhões em contraponto a uma despesa de R$ 59 bilhões. No caso do RPPS, a relação de cobertura foi próxima de 42%", assinalou.

Mais incisivo ainda contra o privilégios das Forças Armadas, o ministro Walton Alencar criticou, em seu voto, a pensão vitalícia para filhas solteiras e a pensão por "morte ficta", pago aos familiares do militar expulso da corporação. "Ou seja, comete um crime e institui a pensão para os familiares", disparou o Alencar.

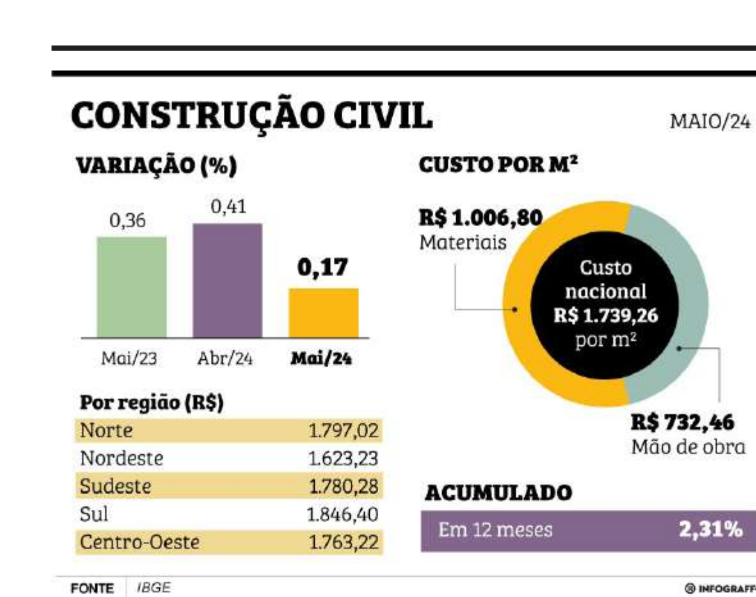
No relatório, Vital do Rêgo também alertou sobre a multiplicação dos benefícios fiscais no País. Em 2023, foram instituídas outras 32 desonerações tributárias, com impacto de R$ 68 bilhões na arrecadação no União.

Como exemplo negativo, ele citou o caso da Ford, que fechou as fábricas no Brasil em 2021 depois de usufruir cerca de R$ 20 bilhões em incentivos fiscais, "sem que fosse demonstrada concretamente qualquer contrapartida".

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ECONOMIA

EDIÇÃO NACIONAL



Setor de serviços cresce 0,5% de março para abril no país, revela IBGE

O volume de serviços no país cresceu 0,5% na passagem de março para abril, segundo dados divulgados ontem (12), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É a segunda alta consecutiva do indicador, que já havia avançado 0,7% de fevereiro para março.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), o setor cresceu 5,6% na comparação com abril do ano passado, 2,3% no acumulado do ano e 1,6% no acumulado de 12 meses.

Três das cinco atividades de serviços registraram ganhos na passagem de março para abril, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Serviços, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os serviços prestados às famílias recuaram 1,80%, enquanto os serviços de informação e comunicação subiram 0,40%. Houve recuo de 1,10% em serviços profissionais, administrativos e complementares e alta de 1,70% em transportes. Outros serviços, por sua vez, registraram avanço de 5,00% em abril.

(Foto: EBC)



Os serviços de transportes apresentaram alta de e alta de 3,40% ante igual período do ano passado.

Queda - Ao mesmo tempo, apresentaram queda de março para abril os serviços profissionais, administrativos e complementares (-1,1%) e os serviços prestados às famílias (-1,8%). Na passagem de fevereiro para março, essas atividades haviam crescido. O índice de atividades turísticas - analisado de forma separada pelo IBGE - teve expansão de 2,3% em abril ante março. É o segundo resultado positivo do segmento, que se encontra 4,7% acima do patamar de fevereiro de 2020, mas ainda 3% abaixo do ponto mais alto da série, alcançado em fevereiro de 2014. Em relação à receita nominal, o setor de serviços apresentou altas de 1,1% em relação a março, de 8,9% na comparação com abril de 2023, de 6,3% no acumulado do ano e de 5,2% no acumulado de 12 meses.

FUP: TST homologa acordo para recontratação de trabalhadores da Ansa, da Petrobras, no Paraná

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) formalizou ontem, 12, a homologação do acordo coletivo de trabalho que visa a recontratação pela Petrobras de trabalhadores a partir da retomada da Ansa, no Paraná (PR). A fábrica de fertilizantes nitrogenados está paralisada desde 2020, informou a Federação Única dos Petroleiros (Fup).

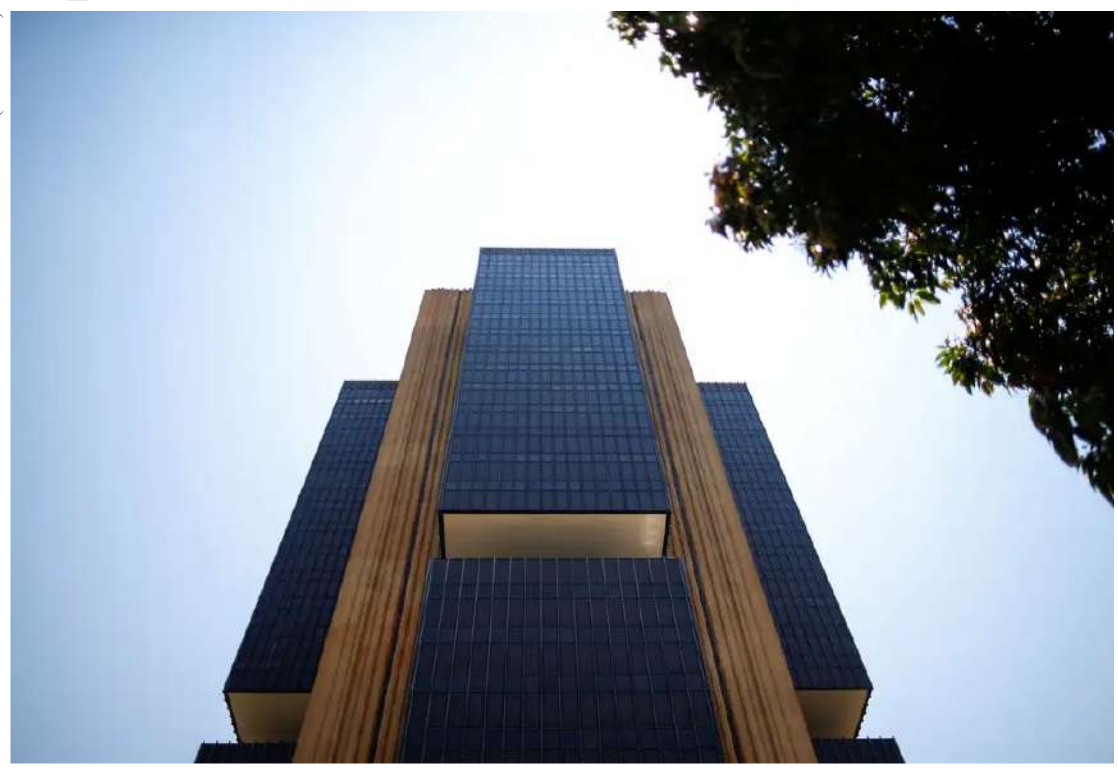
A estimativa é do retorno de cerca 240 pessoas aos postos de trabalho até 5 de julho, apesar de 400 terem sido demitidos com a hibernação. Além disso, mais de 5 mil empregos indiretos deverão ser criados na região, com o aquecimento da economia gerado pela empresa.

"Trata-se de um acordo histórico para o movimento sindical brasileiro porque estamos falando de uma reparação para trabalhadores que foram demitidos após a greve de 2020 com a hibernação da fábrica do Paraná", destacou o coordenador-geral da Fup, Deyvid Bacelar. "Além de garantir a readmissão de empregados que sofreram quatro anos com esse processo, estamos assegurando a retomada de direitos da categoria petroleira e petroquímica", completou.

Bacelar lembrou que o acordo representa também a retomada da Petrobras ao setor de fertilizantes nitrogenados no Brasil, País importante produtor de alimentos mas que tem grande dependência de importações - mais de 90% de suas necessidades de consumo -, o que coloca em risco sua segurança alimentar.

Fluxo cambial total em 2024 até 7 de junho é positivo em US$ 11,419 bi, informa BC

(Foto: EBC)



O Brasil registrou fluxo cambial positivo de US$ 11,419 bilhões em 2024 até o dia 7 de junho, informou o Banco Central ontem, 12. No ano passado inteiro, o resultado foi positivo em US$ 11,491 bilhões.

No acumulado deste ano, o canal financeiro apresenta saídas líquidas de US$ 25,251 bilhões. Isso é o resultado de aportes no valor de US$ 253,013 bilhões e retiradas no total de US$ 278,263 bilhões. O segmento reúne os investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamento de juros, entre outras operações. No comércio exterior, o saldo em 2024 é positivo em US$ 36,670 bilhões, com importações de US$ 101,221 bilhões e exportações de US$ 137,891 bilhões. Nas exportações, estão incluídos US$ 15,298 bilhões em Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), US$ 32,009 bilhões em Pagamento Antecipado (PA) e US$ 90,585 bilhões em outras entradas.

Mensal - O Brasil registrou fluxo cambial positivo em US$ 5,299 bilhões em junho até o dia 7. Em abril, houve entrada líquida de US$ 1,785 bilhão, mas em maio o resultado ficou negativo em US$ 428 milhões, ainda de acordo com dados também preliminares.

Com a entrada em vigor da nova lei cambial, operações menores têm até o dia 5 do mês subsequente para serem informadas ao BC e, por isso, a estatística mensal final do fluxo cambial é publicada na terceira semana do mês seguinte.

Na primeira semana de junho, o canal financeiro apresentou entrada líquida de US$ 2,354 bilhões. Isso é o resultado de compras no valor de US$ 12,760 bilhões e vendas no total de US$ 10,406 bilhões.

No comércio exterior, o saldo do mês foi positivo em US$ 2,946 bilhões, com importações de US$ 3,922 bilhões e exportações de US$ 6,868 bilhões. Nas exportações, estão incluídos US$ 994 milhões em Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), US$ 1,835 bilhão em Pagamento Antecipado (PA) e US$ 4,038 bilhões em outras entradas.

Farsul detecta queda de 11% no volume de exportações de frango do RS por causa das enchentes

Estudo da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul) obtido pela reportagem aponta queda de 11% nas exportações de frango do Estado, considerando o volume, na comparação entre maio de 2023 com maio de 2024. O número passou de 63.693 toneladas para 56.430 toneladas. De acordo com o documento, isso seria efeito das enchentes que atingiram o Estado entre o fim de abril e o mês de maio.

Em valores exportados, no mesmo período, a queda relativa à carne de frango foi de 23%. A cifra passou de US$ 129,19 milhões para US$ 99,27 milhões. A redução na receita das vendas sofre influência dos preços internacionais, não só da capacidade de produção local, diz a entidade. "Das proteínas animais, os efeitos das enchentes podem ser vistos na exportação de carne de frango, dado que as regiões afetadas pelo evento climático são grandes polos desta produção", afirma o documento.

O economista-chefe da Farsul, Antonio da Luz, disse que, além de frango, a produção de suínos também foi afetada pelas cheias no Estado. "Suínos e aves são produções importantes no Vale do Taquari e, provavelmente, veremos uma baixa tração das exportações nos meses seguintes", afirmou.

Apesar disso, houve aumento no volume de exportação de carne suína na comparação de maio de 2024 com igual mês de 2023, de acordo com o estudo.

País tem grandes recursos e deve usá-los em prol da sociedade, diz presidente da Petrobras

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, disse ontem, 12, que o Brasil tem grandes recursos e que deve usá-los "da melhor maneira possível e em benefício da sociedade" Em relação à Petrobras, a executiva afirmou que a situação não é diferente, e que a estatal vai apoiar o crescimento da oferta de energia.

"Considerando a Petrobras, a ideia é de que possamos usar o poder dos recursos brasileiros investindo em um pacote, pensando na sociedade brasileira, e em liderar investimentos não só para América do Sul, mas também para lugares pobres no Brasil", disse Magda durante evento do Future Investment Initiative (FII) Institute, organização sem fins lucrativos apoiada pelo FIP (fundo soberano da Arábia Saudita) e 30 empresas globais.

O evento, que abrange lideranças e investidores globais, é realizado no hotel Copacabana Palace, na zona sul do Rio, e foi aberto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na plateia estavam presentes o ex-presidente da Petrobras Jean Paul Prates e o ex-diretor Financeiro e de Relações com o Mercado Sergio Caetano Leite.

Sustentabilidade: empresas do agronegócio investem na agenda ESG, mostra pesquisa

O agronegócio brasileiro tem apostado mais na agenda ESG (ambiental, social e governança, em português). Pesquisa com empresas do setor mostra que 100% delas têm métricas ESG nos três pilares, o que denota compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade social. No mesmo levantamento referente a 2022, apenas 50% delas voltam-se para os três tópicos - social (100%), seguido de governança (83%) e ambiental (50%).

O estudo foi realizado pela HR Tech Mereo, plataforma integrada de gestão de pessoas presente em cerca de 40 países, responsável por atender a 10% das 500 maiores empresas do Brasil.

A pesquisa analisou seis empresas do setor (com 50% têm atuação internacional e 83% de médio porte, de 201 até 1.000 colaboradores e uma delas listada na Bolsa).

No pilar social, os dados indicam que as empresas estão cada vez mais concentradas em estratégias voltadas para colaboradores (100%) e clientes (100%). Por outro lado, nenhuma delas ainda mensura a interação com a sociedade, ou seja, não avalia a relação com a comunidade, que está relacionada a uma busca por minimizar impactos e maximizar benefícios sociais.

No pilar de governança, 100% das empresas estão comprometidas com boas práticas de gestão. Além disso, 50% das empresas também estão focadas em sistemas de compliance, saúde fiscal e financeira. Na agricultura e na pecuária, envolve o uso ético da terra, práticas trabalhistas justas e fornecimento responsável. Em se tratando de ambiente, pilar focado em alcançar uma agricultura sustentável, os esforços se dão especialmente em carbono neutro (50%), gestão de resíduos (50%) e sustentabilidade (50%).

"Empresas que adotarem modelos de negócios alinhados às melhores práticas de ESG tendem a se destacar no mercado e estabelecer as bases para seu crescimento e sua sustentabilidade", afirmou em comunicado o cofundador da Mereo, Ivan Cruz.

Governo apresenta nova proposta para técnicos da educação federal

O governo federal apresentou uma contraproposta aos servidores técnicos administrativos da educação (TAEs), na tarde de terça-feira (11), em reunião com sindicatos da categoria em Brasília.

De acordo com o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), a nova proposta prevê reajuste médio de 29,6% em quatro anos, já contando o reajuste geral de 9% dado a todos os servidores federais no ano passado, além de progressão de 4% a partir de 2026. O reajuste final ficou entre 25% a 44% dependendo da classe e do nível na carreira, segundo a pasta. A proposta anterior previa reajuste médio de 28%, sem aumento no percentual da progressão de carreira (nível salarial).

"Além disso, vale lembrar que, a exemplo de todos os servidores públicos federais, os TAEs receberam reajuste de 118% no auxílio-alimentação, que chegou a R$ 1.000, e de 51% no auxílio-saúde e auxílio-creche", acrescentou o MGI, em nota.

Na avaliação do secretário de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão, José Lopez Feijóo, após a sexta rodada de negociação com os servidores, houve uma evolução na oferta do governo.

"Do ponto de vista financeiro, a proposta fez um reajuste dos padrões, ou seja, dos chamados steps, que é a evolução na carreira, do início ao final, de 3,9% para 4% em 2025, e de 4% em 2025 para 4,1% em 2026. Se nós agregarmos a isso os 9% [de reajuste] de 2023, nós estamos falando de reajustes que chegam a um pouco mais de 46%, portanto, uma boa proposta. Além disso, atendemos demandas como uma aceleração na progressão da carreira que levava 22 anos e meio, para chegar ao topo, reduzindo para 18 anos com uma proposta de padrões verticais, e que agora, com esta aceleração, pode chegar, do início ao topo em 15 anos", disse o secretário.

Feijóo também anunciou que o governo acatou a sugestão de criar um grupo de trabalho conjunto com as categorias para acompanhar o atendimento das medidas não remuneratórias e que o governo retomou a negociação com a categoria que não existiu nas gestões anteriores.

Professores e servidores de cerca de 60 universidades federais e de mais de 39 institutos federais de ensino básico, profissional e tecnológico estão em greve desde o dia 15 de abril, no caso dos professores, e desde meados de março, no caso dos técnicos. Balanços das entidades mostram que a paralisação alcança mais de 560 unidades de ensino de 26 unidades federativas. Eles pedem, entre outras medidas da contraproposta, a recomposição dos salários ainda este ano, o que não foi aceito pelo governo, até o momento.

Para Federarroz, recuo do governo em leilão da Conab é 'reconhecimento de grande erro'

O presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz), Alexandre Velho, afirmou que o recuo do governo ao anular o leilão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para compra de arroz importado representa o "reconhecimento de um grande erro". Velho criticou as irregularidades identificadas no leilão, como a participação de empresas externas ao setor, e afirmou que "não há a mínima necessidade" técnica para a compra de arroz importado. Ele aponta que houve um aumento da produção e da área plantada no início deste ano, capaz de compensar as perdas da quebra de safra gaúcha em 2023/24. Estima que 85% da safra havia sido colhida antes dos eventos climáticos extremos, o que indica perda de apenas 15% da produção. Além disso, segundo o Instituto Rio-Grandense do Arroz (Irga), a colheita da safra 2023/24 deve ficar em 7,14 milhões de toneladas, mesmo com as perdas pelas inundações de maio.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

INTERNACIONAL

EDIÇÃO NACIONAL

Kim Jong Un cita 'camaradas de armas' enquanto relatos sugerem ida de Putin à Coreia do Norte

(Foto: EBC)



Kim tem pressionado para reforçar as parcerias com a Rússia e a China, numa tentativa de fortalecer a sua posição regional e lançar uma frente unida contra os Estados Unidos.

O líder norte-coreano, Kim Jong Un, elogiou ontem (12) a expansão do relacionamento do país com a Rússia, enquanto relatos sugerem que o presidente russo, Vladimir Putin, visitará em breve o país para sua terceira reunião com Kim.

A cooperação militar e econômica entre a Coreia do Norte e a Rússia aumentaram acentuadamente desde que Kim visitou a Rússia em setembro passado para uma reunião com Putin. Os EUA, a Coreia do Sul e os seus parceiros acreditam que a Coreia do Norte forneceu mísseis e outras armas convencionais à Rússia para apoiar a sua guerra na Ucrânia em troca de tecnologias militares avançadas e ajuda econômica.

Kim tem pressionado para reforçar as parcerias com a Rússia e a China, numa tentativa de fortalecer a sua posição regional e lançar uma frente unida contra os Estados Unidos.

Durante a reunião de setembro no principal local de lançamento espacial da Rússia, Kim convidou o presidente russo a visitar a Coreia do Norte num "momento conveniente", e Putin aceitou.

Na quarta-feira, Kim enviou a Putin uma mensagem de felicitações em comemoração ao Dia Nacional da Rússia, de acordo com a Agência Central de Notícias Coreana oficial do Norte.

"Graças ao significativo encontro entre nós no porto Vostochney em setembro do ano passado, as relações amistosas e cooperativas desenvolveram-se em uma relação inquebrável de camaradas de armas", disse Kim na mensagem.

Os comentários de Kim foram feitos no momento em que relatos da mídia disseram que Putin deverá visitar a Coreia do Norte já na próxima semana. Se concretizado, seria a sua terceira reunião de cúpula. A primeira aconteceu em Vladivostok, em abril de 2019.

A emissora pública japonesa NHK, citando fontes diplomáticas não identificadas, incluindo altos funcionários russos, informou na quarta-feira que Putin está se preparando para visitar a Coreia do Norte e o Vietnã na próxima semana.

Conservadores prometem cortes de impostos em campanha eleitoral no Reino Unido

Buscando a reeleição em 4 de julho, o primeiro-ministro britânico, Rishi Sunak, anunciou um manifesto aos eleitores e ao seu próprio partido, o Conservador, prometendo cortes de impostos e redução das taxas de imigração. O atual líder enfrenta uma desvantagem nas pesquisas em relação ao Partido Trabalhista. No entanto, Sunak afirma que possui ideias necessárias para mudar o país, o que é criticado pelos oponentes

Durante o lançamento do manifesto, Sunak negou rumores de que poderia renunciar antes do dia da eleição e destacou que "não vai parar de lutar pelo voto das pessoas". Dentre as promessas do primeiro-ministro está o corte de 17 bilhões de libras nos impostos até 2030, que seria possível por conta de uma redução nos custos de bem-estar social.

Outro aspecto prometido foi a diminuição nos números da imigração no país, a partir de um plano controverso, para evitar solicitações de asilo que chegam ao Reino Unido. Atualmente, cerca de 700.000 pessoas pedem asilo anualmente.

Visando o retorno ao poder, o Partido Trabalhista, com o líder da oposição Keir Starmer, está conduzindo uma campanha mais cuidadosa, que gira em torno da palavra "mudança". As pesquisas apontam o partido na liderança, principalmente depois de Sunak cometer gafes durante a sua campanha.

Hezbollah ataca Israel com 215 foguetes após morte de comandante

A milícia xiita radical libanesa Hezbollah lançou 215 foguetes contra o território israelense ontem, 12, em uma resposta à morte de um comandante sênior do grupo após um ataque de Israel na terça-feira, 11. Taleb Sami Abdullah foi o comandante mais importante do Hezbollah a ser morto desde o início da última rodada de conflitos entre o grupo e Israel, que começou em outubro do ano passado após o ataque do grupo terrorista Hamas.

O grupo afirmou que deve continuar os ataques ao norte de Israel para vingar a morte de Abdullah. "Nossa resposta após a morte de Taleb Sami Abdullah será intensificar nossas operações em severidade, força, quantidade e qualidade", afirmou Hachem Saffieddine, um oficial do Hezbollah, durante uma cerimônia fúnebre de Taleb Sami Abdullah. "Deixe o inimigo esperar por nós no campo de batalha.

Os sucessivos ataques do Hezbollah começaram na manhã de quarta-feira com pelo menos 90 foguetes disparados contra diversas áreas do norte do país, incluindo cidades que ainda não haviam sido atingidas desde o início da guerra, como Tiberíades. Milhares de pessoas tiveram que ir para abrigos durante o feriado judaico de Shavuot.

Segundo o Exército israelense, a área do Monte Meron no norte também foi afetada, assim como muitos kibutzim na região. As Forças de Defesa de Israel (FDI) não registraram nenhum ferido, mas os ataques do Hezbollah criaram diversos incêndios em Israel e 25 unidades dos bombeiros foram chamadas para apagar as chamas

O Hezbollah assumiu a responsabilidade pelo lançamento de foguetes e mísseis, alegando que o objetivo da milícia era atingir bases israelenses.

Ataque contra oficial do Hezbollah - O ataque israelense destruiu uma casa onde Abdullah e três outros oficiais do Hezbollah se reuniam, a cerca de 10 quilômetros da fronteira. "Abdullah foi um dos comandantes mais graduados do Hezbollah no sul do Líbano, que planejou, avançou e executou um grande número de ataques contra civis israelenses", segundo um comunicado do Exército.

Um oficial do Hezbollah afirmou à Associated Press que Abdullah estava encarregado de grande parte da frente Líbano-Israel, incluindo a área voltada para a cidade israelense de Kiryat Shmona, que o Hezbollah atacou repetidamente nos últimos dias.

"É natural que Taleb fosse um alvo permanente", disse Saffieddine, acrescentando que Abdullah participou de diversas operações militares do Hezbollah, incluindo a guerra de 34 dias entre Israel e o grupo libanês em 2006.

Outro funcionário do Hezbollah, que conversou com a Associated Press sob condição de anonimato, disse que Abdullah era o comandante da Unidade Nasr do grupo, responsável por partes do sul do Líbano perto da fronteira israelense.

Após convocar eleições na França, Macron exorta políticos moderados a se reagruparem

(Foto: EBC)



Macron dirige-se aos eleitores franceses pela primeira vez desde que apelou à realização de eleições nacionais antecipadas.

O presidente francês, Emmanuel Macron, apelou ontem, 12, aos políticos moderados da esquerda e da direita para se reagruparem para derrotar a extrema direita nas eleições gerais. Macron disse querer que "homens e mulheres de boa vontade que sejam capazes de dizer não aos extremos se unam para poder construir um projeto conjunto" para o país. Macron dirige-se aos eleitores franceses pela primeira vez desde que apelou à realização de eleições nacionais antecipadas, após uma derrota esmagadora do seu partido pela extrema direita na votação para o Parlamento Europeu.

O seu discurso serve principalmente para explicar a sua decisão chocante de dissolver a Assembleia Nacional que desencadeou uma eleição legislativa antecipada, que terá lugar três semanas depois de o partido de extrema-direita Reunião Nacional de Marine Le Pen ter triunfado nas eleições para o Parlamento da União Europeia.

Macron disse que decidiu convocar uma votação antecipada porque não podia ignorar a nova realidade política depois de o seu partido pró-europeu ter sofrido uma derrota severa e ter obtido menos de metade do apoio do Reunião Nacional com o seu principal líder, Jordan Bardella.

Avião é encontrado submerso em lago dos EUA 53 anos após desaparecimento

(Foto: Divulgação)

Um avião executivo foi encontrado, no lago Champlain, nos Estados Unidos, 53 anos após seu desaparecimento. O jato, que levava cinco pessoas a bordo, desapareceu durante uma noite de nevasca no Estado de Vermont. , nos EUA. Ele perdeu contato logo após decolar do Aeroporto Internacional de Burlington em direção à Providence, capital do Estado de Rhode Island, no dia 27 de janeiro de 1971. Estavam a bordo dois tripulantes e três funcionários da Cousins Properties, empresa de investimento imobiliário, que estavam trabalhando em um projeto na região.

As buscas iniciais não tiveram sucesso na procura de destroços do Jet Commander de 10 lugares. O lago congelou quatro dias após a perda da aeronave.

Outras 17 buscas foram feitas até que, no mês passado, o pesquisador subaquático Garry Kozak e uma equipe, utilizando um veículo operado remotamente, encontraram os destroços de um jato com o mesmo estilo de pintura personalizada no lago. O local fica próximo de onde a torre de controle havia rastreado o avião pela última vez antes de ele desaparecer. Imagens de sonar (tecnologia que identifica objetos submersos) foram feitas dos destroços encontrados a 60 metros de profundidade próximo da vila de Juniper Island, na Flórida.

"Com todas essas evidências, temos 99% de certeza absoluta (que os destroços são da aeronave desaparecida)", disse Kozak. Ele acredita que essa descoberta dá para as famílias das vítimas a possibilidade de "fechar respostas para muitas perguntas que tinham".

Mesmo com a gratidão e o alívio dos parentes das vítimas, a descoberta também levanta novas questões e reabre velhas feridas "Essa descoberta traz um sentimento de paz, mas ao mesmo é uma sensação muito triste", disse Barbara Nikita, sobrinha do piloto George Nikita. "Sabemos o que aconteceu, vimos algumas fotos e estamos lutando com isso agora."

"Passar 53 anos sem saber se o avião estava no lago ou talvez em uma montanha por aí foi angustiante", disse Frank Wilder, que tem o mesmo nome de seu pai, um dos passageiros do avião. "Fico aliviado por saber onde o avião está, mas infelizmente isso abre outras perguntas que precisam ser respondidas."

Quando o gelo derreteu na primavera norte-americana de 1971, destroços do avião foram encontrados em Shelburne Point, segundo Kozak. Uma busca subaquática em maio do mesmo ano, no entanto, não teve resultados positivos.

Em 2014, as autoridades fizeram uma procura motivada com novas tecnologias após o caso do desaparecimento do avião da Malaysia Airlines, mas não encontraram os destroços novamente. Barbara, que vive no sul da Califórnia, foi uma das familiares que lideraram os esforços recentes de busca e entraram em contato com outros parentes das vítimas.

"Todos tinham peças do quebra-cabeça (do desaparecimento do avião) e, quando começamos a compartilhar informações e documentos, obtivemos uma compreensão e perspectiva muito maiores das informações, de como todos fomos impactados por isso", disse Charles Wiliams, filho de Robert Ransom Williams III, que estava no avião.

Como o especialista encontrou o avião?

Charles considera que Kozak é um herói por sua dedicação em encontrar a aeronave. Após a busca de 2014 ter sido mal sucedida, o especialista ficou intrigado e pesquisou uma varredura de sonar do lago. No levantamento, ele encontrou quatro anomalias no fundo do lago.

Então, em 2022, o pesquisador pode contar com um colega, Hans Hug, do serviços da Sonar Search and Recovery, e um amigo que possui um Veículo Operado Remotamente (ROV, sigla em inglês), para procurar o avião.

A equipe encontrou um avião, mas era um modelo militar. No último inverno, porém, Kozak pesquisou novamente as informações do sonar e encontrou outra irregularidade, que a equipe descobriu, no mês passado, serem provavelmente os destroços do avião.

Próximos passos - O Conselho Nacional de Segurança nos Transportes (NTSB, sigla em inglês) está investigando para verificar se é o avião, disse Charles. O órgão realiza operações de resgate, que seriam caras. "Se há restos tangíveis, e odeio dizer isso dessa maneira, vale a pena procurar. É uma decisão que teremos que tomar mais tarde, e parte do que estamos desvendando agora", disse Charles. "É difícil quando você começa a pensar nisso."

Com a possível localização do avião, os parentes das vítimas planejam realizar um memorial. Com informações da Associated Press.

Este conteúdo foi traduzido com o auxílio de ferramentas de Inteligência Artificial e revisado por nossa equipe editorial. Saiba mais em nossa Política de IA.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Vale, BHP e Samarco apresentam nova proposta de R$ 140 bilhões para buscar acordo sobre Mariana

A Vale informou ontem, 12, que, juntamente com Samarco Mineração e BHP Billiton Brasil, apresentou uma nova proposta de acordo relacionada ao rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais. O valor financeiro da nova proposta, considerando obrigações passadas e futuras, totaliza R$ 140 bilhões.

O valor inclui R$ 37 bilhões em valores já investidos em reparação e compensação, um pagamento em dinheiro de R$ 82 bilhões pagável em 20 anos ao Governo Federal, aos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e aos municípios, e R$ 21 bilhões em obrigações a fazer.

Em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a empresa afirma que o valores da nova proposta são para 100%, o que inclui uma contribuição de 50% da BHP Brasil e da Vale como devedores secundários, caso a Samarco não possa financiar como devedor primário.

A Vale, BHP e Samarco, estão em uma mediação conduzida pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com os Governos Estadual e Federal e outras entidades públicas. As partes buscam a liquidação definitiva das obrigações previstas no Termo de Compromisso (TTAC), na demanda judicial do Ministério Público Federal e em outras ações judiciais de entidades governamentais relacionadas ao rompimento da barragem da Samarco.

"Como um dos acionistas da Samarco, a Vale reafirma seu compromisso com ações de reparação e compensação relacionadas ao rompimento da barragem de Fundão da Samarco, e a nova proposta é um esforço para chegar a uma resolução mutuamente benéfica para todas as partes, especialmente para as pessoas, comunidades e meio ambiente impactados, ao mesmo tempo que cria definição e segurança jurídica para as companhias", diz.

Juscelino diz que seu indiciamento pela PF segue 'modus operandi' da Lava Jato

O ministro das Comunicações Juscelino Filho, reagiu ontem, 12, ao seu indiciamento pela Polícia Federal (PF) por supostos desvios de verbas federais da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Segundo ele, a investigação "repete o modus operandi" da Operação Lava Jato, que, em suas palavras, "causou danos irreparáveis a pessoas inocentes".

A PF imputa ao deputado licenciado seis crimes, entre eles corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Ao repudiar seu enquadramento penal, o ministro invocou a extinta operação e recorreu a argumentos exaustivamente repetidos por antigos alvos da Lava Jato. Ele questiona a "isenção" do delegado responsável pelo inquérito.

De acordo com Juscelino Filho, em sua audiência de depoimento à PF, o delegado "não fez questionamentos relevantes sobre o objeto da investigação" e "encerrou abruptamente" o procedimento após 15 minutos, "sem dar espaço para esclarecimentos ou aprofundamento".

"É importante lembrar que o indiciamento não implica em culpa. A Justiça é a única instância competente para julgar, e confio plenamente na imparcialidade do Poder Judiciário. Minha inocência será comprovada ao final desse processo, e espero que o amplo direito de defesa e a presunção de inocência sejam respeitados", afirmou em nota.

O indiciamento de Juscelino Filho consta do relatório final da Operação Benesse, que aportou no gabinete do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, nesta terça-feira, 11. Agora, o ministro deve remeter os autos para a Procuradoria-Geral da República, para que ela se manifeste sobre uma eventual denúncia no caso ou peça novas diligências.

Em janeiro do ano passado, o Estadão revelou que Juscelino Filho direcionou R$ 5 milhões do orçamento secreto para a prefeitura de Vitorino Freire asfaltar uma estrada de terra que passa em frente à sua fazenda, no município maranhense A pedido de Juscelino, durante seu mandato como deputado federal pelo União Brasil, os recursos foram parar na prefeitura chefiada por sua irmã Luanna Rezende (afastada).

Juscelino diz que, quando deputado federal, "apenas indicou emendas parlamentares para custear obras". "A licitação, realização e fiscalização dessas obras são de responsabilidade do Poder Executivo e dos demais órgãos competentes", argumenta.

O ministro sustenta que o inquérito da Operação Benesse "devassou sua vida e de seus familiares, sem encontrar nada". "A investigação revira fatos antigos e que sequer são de minha responsabilidade enquanto parlamentar", alega.

Ministro do TSE anula condenação de Bolsonaro por 7 de Setembro, mas inelegibilidade segue



(Foto: EBC)

O ministro Raul Araújo, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), anulou uma das condenações do ex-presidente Jair Bolsonaro à inelegibilidade por abuso de poder político e econômico nas comemorações do Bicentenário da Independência, celebrado em 2022. Apesar da decisão, o ex-chefe do Executivo segue inelegível até 2030, em razão de duas outras condenações que pesam contra ele.

O ministro extinguiu parcialmente a ação em relação a fatos e investigados das outras duas ações em que Bolsonaro foi condenado pela celebração do 7 de setembro de 2022. Raul Araújo viu "litispendência parcial" - quando uma pessoa já foi investigada e condenada por um mesmo fato. O despacho foi assinado no último dia 5.

A condenação agora revogada havia sido imposta pelo ministro Benedito Gonçalves, ex-corregedor-geral-eleitoral, quando ele estava prestes a deixar o cargo no TSE. Na ocasião, o ministro antecipou parcialmente a análise do mérito da ação, por considerar que o colegiado já havia decidido sobre o mesmo fato, em outras ações.

A defesa de Bolsonaro e do general Walter Braga Netto (que também havia sido condenado) recorreu, pedindo a extinção da ação movida pela coligação que patrocinou a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Planalto.

Os advogados alegaram litispendência - que Bolsonaro e Baga Netto já haviam sido julgado pelos mesmos fatos. Na semana anterior à decisão de Benedito, a dupla foi sentenciada no bojo de ações movidas pelo PDT e pela senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS).

Raul Araújo acolheu o argumento, indicando que não seria útil ou necessário seguir com a ação em tópicos que já foram analisados pelo TSE, vez que tais processos já estão em fase de recurso.

O ministro entendeu que houve "perda do interesse processual", em razão do julgamento de ações conexas pelo Plenário do TSE. O ministro seguiu apontando que em casos semelhantes, o Código de Processo Civil autoriza a extinção do processo, sem resolução de mérito - ou seja, sem que os pedidos sejam analisados.

"Essa solução parece a mais consentânea com a rateio de se evitar a proliferação de decisões potencialmente conflitantes sobre a mesma base fática. Permite conciliar, na medida do possível, a necessidade de reunião de ações, prevista na legislação eleitoral, com as peculiaridades do caso concreto", indicou, ao enterrar a ação.

Wilian Gordão do CV recebeu auxílio emergencial de R$ 600 e comprou bar por R$ 800 mil, diz PF

A Operação Ragnatela revelou como o braço do Comando Vermelho (CV) em Mato Grosso montou um engenhoso esquema para lavar o dinheiro do tráfico sem chamar a atenção das autoridades.

Os membros da facção, que mantém sua base no Rio de Janeiro, vinham investindo o lucro da venda de drogas em casas noturnas e eventos, segundo a Polícia Federal (PF). Agentes públicos também são investigados por suspeita de venda de licenças e alvarás em troca de propina.

A operação foi deflagrada na semana passada. É uma força-tarefa que mobiliza efetivos da PF, Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Rodoviária Federal. Os promotores do Gaeco, grupo de combate ao crime organizado, estão empenhados na investigação.

Um endereço está no centro das suspeitas. É o Dallas Bar, uma casa de shows na Avenida Beira Rio, em Cuiabá. Segundo a PF, o estabelecimento foi comprado por R$ 800 mil em dinheiro vivo. O empreendimento está registrado no nome de Willian Aparecido da Costa Pereira, o "Willian Gordão", que pediu e recebeu parcelas do auxílio emergencial do governo federal no auge da pandemia, como mostrou o portal MídiaJur. A informação foi confirmada pelo Estadão. Para a PF, está claro que ele é um "testa de ferro" do esquema.

Os investigadores suspeitam que Joadir Alves Gonçalves, conhecido como "Jogador", "Veio" e Piraquê", uma das principais lideranças no CV em Mato Grosso, esteja por trás da compra.

A casa de shows seria usada para incorporar o dinheiro da venda de drogas ao patrimônio dos criminosos sem levantar suspeitas. A PF identificou dezenas de depósitos fracionados e um vultuoso fluxo paralelo de dinheiro vivo.

Conversas entre os suspeitos de serem os operadores financeiros do esquema dão conta do volume de dinheiro movimentado: "Minha conta está bloqueada, tá? Que hoje eu fiz mais de cem mil de PIX."

Leilão da ANM possui 272 áreas com potencial para minerais estratégicos

Minas Gerais, Goiás, Bahia, Tocantins e Mato Grosso são os estados com mais oportunidades de áreas que serão licitadas ao mercado pelo governo.

Estudo realizado pela Ígnea Geologia e Meio Ambiente nas áreas que serão ofertadas ao mercado pela Agência Nacional de Mineração (ANM) na 8ª rodada de disponibilidade revela boas oportunidades para os investidores. Das 5 mil áreas que serão leiloadas pelo governo, a Ígnea identificou 274 com potencial para minerais estratégicos, pelos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2, de 18 de junho de 2021, da ANM.

A resolução da ANM define estratégicos bens minerais dos quais o país depende de importação em alto percentual para o suprimento de setores vitais da economia; sua importância pela sua aplicação em produtos e processos de alta tecnologia; e os que detêm vantagens comparativas e que são essenciais para a economia pela geração de superávit da balança comercial brasileira.

O levantamento mostra Minas Gerais, com 72 áreas identificadas, seguido por Goiás, com 59 áreas. "Esses dois estados destacam-se como polos de atividade minerária no país, refletindo sua importância histórica e econômica no setor mineral", avalia Giancarlo Silva, diretor da Ígnea.

ESTRESSE NO TRABALHO
QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS MOTIVOS?

38% convivência com chefes e colegas agressivos e mal-humorados

23% excesso de trabalho

18% pressão por resultados

11% busca da perfeição

7% medo de demissão

FONTE Ipom

® INFOGRAFFO

STF marca julgamento de denúncia contra irmãos Brazão e Rivaldo

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para a próxima terça-feira (18) o julgamento da denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra os acusados de envolvimento no assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em 2018.

O agendamento do julgamento foi feito após o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, liberar, terça-feira (11), o processo para análise do colegiado.

Na sessão, os ministros vão decidir se Domingos Brasão, conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, Chiquinho Brazão, deputado federal (União-RJ) e o ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa se tornarão réus por homicídio e organização criminosa. Eles estão presos desde março em função das investigações sobre o assassinato.

Além de Moraes, vão participar da sessão os ministros Flavio Dino, Cristiano Zanin, Luiz Fux e Cármen Lúcia.

De acordo com a procuradoria, o assassinato ocorreu a mando dos irmãos Brazão, com a participação do ex-chefe da Polícia Civil do Rio, e a motivação foi proteger interesses econômicos de milícias e desencorajar atos de oposição política de Marielle, filiada ao PSol. A base da acusação é a delação premiada do ex-policial Ronnie Lessa, réu confesso da execução dos homicídios.

Defesa - A denúncia foi liberada para julgamento após o fim do prazo para a defesa dos acusados se manifestar sobre as acusações. Os advogados de Domingos Brazão defenderam segunda-feira (10) no Supremo a rejeição da denúncia por falta de provas e afirmaram que a Corte não pode julgar o caso em função da presença do deputado Chiquinho Brazão nas investigações.

"Os crimes imputados na exordial não possuem qualquer pertinência temática com a função de deputado federal de Francisco Brazão [irmão de Domingos] .Os delitos são todos anteriores ao seu primeiro mandato federal, não havendo o que se falar em competência originária desta Suprema Corte para supervisionar investigação por homicídio, supostamente ordenado por vereador", afirmou a defesa.

Após devolução da MP do PIS/Cofins, Randolfe diz que Haddad é 'inabalável' no governo

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), afirmou, ontem, 12, que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é "inabalável" no governo Lula. A fala ocorre após o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), devolver, na terça-feira, 11, parte da medida provisória assinada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que limitava a compensação de créditos do (Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Confins).

A MP seria um meio de compensar a desoneração da folha salarial de 17 setores da economia e municípios. Sobre a devolutiva de Pacheco, Randolfe afirmou que o governo "respeita a decisão". Ele avaliou ainda que é "melhor um fim trágico do que uma tragédia sem fim", em referência à fala do senador Jacques Wagner (PT-BA), quando o Executivo sofreu uma grande derrota no Legislativo com a votação dos vetos. "Vamos dialogar junto ao Congresso Nacional para encontrar fontes alternativas", disse à Globonews. Mesmo com a derrota, o senador ressaltou que o ministro Haddad "é inabalável no governo Lula" e que ele "goza de prestígio e total confiança do presidente Lula". A fim de tentar estancar as especulações sobre um eventual enfraquecimento do ministro da Fazenda, em razão das derrotas seguidas das matérias essenciais para o governo no Congresso Nacional, o líder disse também: "Haddad tem apoio de todo o governo e também dos líderes." Ele destacou também que o Congresso irá apoiar as pautas econômicas.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Toffoli barra pedido do MPF sobre contas da Odebrecht em Andorra


(Foto: EBC)

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, anulou nesta terça-feira, 11, pedido de informações do Ministério Público Federal à Odebrecht (atual Novonor) sobre contas mantidas pela empreiteira em Andorra - principado entre a França e a Espanha - com o questionamento se elas eram usadas para o pagamento de propinas.

O ministro entendeu que os dados requisitados pela Procuradoria da República no Paraná seriam retirados dos sistemas do Setor de Operação Estruturadas, o antigo departamento de propinas da Odebrecht, cujas informações foram anuladas pelo Supremo - no âmbito da decisão que declarou "imprestáveis" todas as provas decorrentes do acordo de leniência da empreiteira.

A decisão de Toffoli atendeu a mais um pedido de extensão feito pela Odebrecht no conjunto da reclamação em que foram anuladas todas as provas derivadas do acordo de leniência da empreiteira. O ministro já analisou dezenas de solicitações feitas no âmbito de tal processo - inicialmente ajuizado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A Odebrecht e ex-executivos da empreiteira, como Marcelo Odebrecht, são autores de uma série de pedidos nesse procedimento, que receberam decisões favoráveis de Toffoli.

A cobrança de informações agora anulada pelo ministro do STF foi feita no âmbito de um outro procedimento, desta vez administrativo e aberto pela Operação Lava Jato em outubro de 2015 para "controle das cooperações internacionais" da força-tarefa.

Hoje, a condução do procedimento do MPF está sob responsabilidade do procurador Walter José Mathias Júnior, que integra os quadros do Gaeco (braço do MPF que combate o crime organizado). Ele pediu as informações em agosto de 2023.

A Odebrecht acionou Toffoli alegando que "vem sendo incisivamente requisitada a fornecer" informações que já foram declaradas "imprestáveis" pelo STF.

Segundo a empreiteira, no ano passado, após a decisão que invalidou as provas da leniência da Odebrecht, a Procuradoria pediu informações sobre contas vinculadas ao grupo mantidas no Principado de Andorra, em especial em nome de duas offshores (Lodore Foundation e Klienfeld Services).

O MPF também pediu esclarecimento sobre os objetivos das contas e sua eventual relação com "atividades espúrias desempenhadas pela empresa".

Lula defende aproximação com Arábia Saudita e diz que trabalha para garantir equilíbrio fiscal

(Foto: EBC)

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, defendeu na manhã de ontem, 12, uma aproximação entre o Brasil e a Arábia Saudita e defendeu o governo federal tem atuado para assegurar o equilíbrio fiscal e uma reforma tributária. O chefe do Executivo afirmou durante evento do Future Investment Initiative (FII) Institute, organização sem fins lucrativos apoiada pelo FIP (fundo soberano da Arábia Saudita) e 30 empresas globais, que o aumento da arrecadação e a queda da taxa de juros criarão um ambiente favorável para os investidores.

"Estamos arrumando a casa e colocando das contas públicas em ordem para assegurar o equilíbrio fiscal. O aumento da arrecadação e a queda da taxa de juros permitirão a redução do déficit sem comprometer a capacidade de investimento público. A reforma tributária vai tornar nosso regime mais eficiente mais justo deixando de penalizar os mais pobres e dando mais competitividade para a economia", afirmou Lula. De acordo com o presidente, "a coisa mais importante para o investidor é a estabilidade" e, para ele, "o Brasil tem de sobra para oferecer".

"Contrariando as expectativas pessimistas, nosso PIB cresceu 2,5% nos últimos doze meses. Até o final do mandato poderemos ser a sexta economia mundial, hoje somos oitava. Restabelecemos a política de valorização do salário mínimo e reestruturamos programas sociais. O Brasil se firma no cenário internacional como um porto seguro", disse.

Lula citou os recentes ataques a democracia brasileira e afirmou que as instituições resistiram à tentativa de desmonte por forças extremistas.

"Nossas instituições sobreviveram à tentativa de desmonte do Estado brasileiro. A democracia prevaleceu sob os ataques de forças extremistas", disse.

Para uma plateia de investidores e de autoridades, o petista ressaltou que o Brasil detém as melhores condições climáticas e energéticas para a atração de investimentos e disse que o mercado "não é uma entidade abstrata apartada da política e sociedade. Não se sustenta sem estabilidade política e social."

Custo das aposentadorias antecipa debate sobre nova reforma da Previdência, dizem economistas



(Foto: EBC)

A mudança no cálculo de reajuste do salário mínimo, que passou a ser corrigido acima da inflação - causando assim aumento dos gastos vinculados, como as despesas com a aposentadoria, incompatível com os limites da regra fiscal - antecipou o debate sobre uma nova rodada da reforma da Previdência.

A avaliação foi feita pelos economistas Fábio Giambiagi e Paulo Tafner, dois especialistas no tema, durante webinar promovido pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

Eles mostraram ceticismo em relação à possibilidade de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aceitar a ideia de submeter os gastos previdenciários ao teto do arcabouço fiscal - ou seja, limitar o aumento dessas despesas a 2,5% acima da inflação.

A solução mais factível, entendem, seria Lula encaminhar uma medida provisória para que o salário mínimo volte a ser corrigido, a partir de 2026, apenas pela inflação, sem acrescentar, portanto, o crescimento da economia, como estabelecido na política de valorização do salário mínimo.

Segundo Fábio Giambiagi, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV, a mudança no cálculo do salário mínimo tem efeitos "devastadores" ao futuro da Previdência Social, pois aumenta o ritmo de expansão das despesas com o INSS, que naturalmente subiriam em função do envelhecimento da população.

Diante do aperto nas despesas discricionárias em decorrência da evolução dos gastos obrigatórios superiores ao limite previsto no arcabouço fiscal, o governo, pontua Giambiagi, descobriu agora o que já era apontado por economistas: o reajuste do salário mínimo é inconsistente com a regra fiscal.

Banco internacional doa US$ 800 mil para criação de museu da Amazônia

O Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) aprovou terça-feira (11) a concessão de US$ 800 mil, cerca de R$ 4,2 milhões, para a criação do Museu das Amazônias pelo estado do Pará. O museu será instalado em um dos galpões do Porto de Belém e ficará como um dos legados da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), que será realizada na capital paraense em novembro de 2025. A iniciativa tem o suporte técnico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). "Legado da COP30, o Museu das Amazônias será um equipamento de difusão científica e cultural, que dará voz aos seus habitantes e comunidades, de forma duradoura, construtiva e lúdica, fomentando um novo polo turístico agregador", disse o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, em cerimônia na sede do banco. O anúncio na sede do BNDES, no Rio, contou com a presença do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, do e participação virtual do governador do Pará, Hélder Barbalho. O presidente-executivo do CAF, Sergio Díaz-Granados, disse que o museu será um espaço para informação e capacitação sobre complexidade e a riqueza da Amazônia. "Com esses recursos iniciais, faremos essa iniciativa decolar, com o apoio do BNDES em seu papel de articulador de parceiros que viabilizem a construção desse valioso bem cultural brasileiro", afirmou.

Céline Dion diz que tomou doses quase mortais de remédios antes do diagnóstico de síndrome

A cantora Céline Dion revelou, em entrevista à NBC News terça, 11, que ficou dependente de remédios como diazepan, que aliviavam a ansiedade e os espasmos musculares, a ponto de tomar doses quase letais do medicamento. Isso aconteceu durante o longo período em que ela aguardou pelo diagnóstico correto de seus sintomas, que se revelaram ser a Síndrome da Pessoa Rígida.

Trata-se de uma doença neurológica que se manifesta por meio de espasmos musculares dolorosos e rigidez muscular e afeta duas a três vezes mais mulheres do que homens.

Segundo a cantora, durante a década de testes para chegar ao diagnóstico correto, ela se tornou tão dependente do alívio proporcionado por doses cada vez mais altas dos medicamentos que desenvolveu uma tolerância. "Eu não sabia, honestamente, que isso poderia me matar. Eu tomava 20 miligramas de Valllium e caminhava para o backstage. O problema é que meu corpo se acostumou", disse. Os espasmos causados pelo distúrbio podem ser tão intensos a ponto de quebrar uma costela.

Foi em 2008 que ela percebeu que havia algo errado. "Eu disse aos meus assistentes: 'Não sei se posso fazer o show. Não sei o que está acontecendo", lembra. "Eu estava com muito, muito, muito medo. E então você entra em pânico, e quanto mais você entra em pânico, mais você tem espasmos."

Apesar das dificuldades, a cantora revela que tem trabalhado com sua equipe de médicos e diz que está determinada a voltar aos palcos.

A força-tarefa investiga ainda os produtores dos eventos

Propinas a agentes públicos - O "elo" da facção com as autoridades públicas seria Rodrigo de Souza Leal, assessor parlamentar do vereador Paulo Henrique de Figueiredo Masson (MDB), que também é investigado. Em conversas interceptadas pela Polícia Federal, o servidor foi tratado pelos criminosos como "gente nossa". Ele foi exonerado do cargo comissionado após a repercussão da operação.

Os investigadores afirmam que o assessor parlamentar era o responsável por cooptar agentes da Secretaria Municipal de Ordem Pública e Defesa Civil de Cuiabá para que facilitassem a concessão de licenças para os shows, sem a documentação necessária.

Um dos investigados na prefeitura é o agente de regulação e fiscalização Rodrigo Anderson de Arruda Rosa. O ex-secretário Benedito Alfredo Granja Fontes, que morreu no início de um ano vítima de câncer, também é citado no inquérito.

"O grupo criminoso conta com o auxílio dos agentes supracitados, os quais flexibilizam a concessão de licenças e alvarás durante a realização dos eventos, recebendo, em contrapartida, benefícios financeiros de forma direta e indireta do grupo responsável pela promoção dos shows", diz um trecho da decisão judicial que autorizou a operação.

Em nota, a Secretaria de Ordem Pública informou que abriu um procedimento interno para investigar a conduta do fiscal e que está à disposição das autoridades para colaborar com o inquérito.

Governo contrata criadora da ChatGPT para acelerar análise de processos judiciais

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva contratou serviços da Microsoft e da Open AI, gestoras da ferramenta ChatGPT, para acelerar a análise de processos judiciais com o uso de inteligência artificial (IA).

O objetivo é reduzir os encargos do poder público federal com precatórios, as dívidas cujo pagamento já foi determinado pela Justiça em última instância. O serviço será gerido pela Advocacia-Geral da União (AGU). A ferramenta será utilizada na triagem das ações, além de mapear frentes de atuação para a AGU. O órgão, em nota, esclarece que o uso de IA "não substituirá, de forma alguma, o trabalho de membros e servidores", tratando-se de "atividade totalmente supervisionada por seres humanos".

O serviço será fornecido pela plataforma Azure, destinada às soluções empresariais da Open AI. O valor empenhado para o projeto foi de R$ 25 milhões, via Ministério do Planejamento e Orçamento. Os precatórios são despesas de pagamento obrigatório e representam, a cada ano, parcela significativa do orçamento da União. Em 2023, por exemplo, uma Medida Provisória (MP) do governo Lula liberou R$ 93,1 bilhões para o pagamento de dívidas do gênero.

Àquela altura, os precatórios estavam represados por uma medida editada pela gestão anterior, do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que ficou conhecida como "PEC do Calote". Não é a primeira vez que uma plataforma de IA será utilizada para auxiliar o gerenciamento dos precatórios. Em fevereiro, o governo federal anunciou que uma ferramenta de inteligência artificial seria utilizada para monitorar os processos judiciais que pudessem acarretar no pagamento de dívidas volumosas, os chamados "meteoros", de modo a antecipar os seus efeitos sobre o orçamento público.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ESPORTES

EDIÇÃO NACIONAL

Nadadora australiana Ariarne Titmus bate recorde mundial dos 200m livre

A 44 dias do início da Olimpíada de Paris-2024, a nadadora australiana Ariarne Titmus impôs o novo recorde mundial dos 200 metros livre, ontem. O resultado confirmou que Titmus, acostumada a registrar algumas das melhores marcas da prova, é uma das grandes favoritas à medalha de ouro nos 200m livre.

Na seletiva australiana de natação, Titmus terminou a prova em 1min52s23. Assim, derrubou a marca anterior, de 1min52s85, registrado pela compatriota Mollie O'Callaghan no último Mundial, no ano passado. O'Callaghan também estava na final com Titmus e bateu em segundo, também superando o recorde que era seu, com 1min52s48.

Aos 23 anos, Titmus detém agora o recorde mundial tanto dos 200m quanto dos 400m livre. Ela é a atual campeã olímpica das duas provas. "Honestamente, o recorde mundial foi um bônus hoje. Estou feliz por finalmente apresentar uma performance da qual sou capaz e estou empolgada por fazer isso em casa, diante da torcida", declarou. Titmus e O'Callaghan vêm se alternando com as melhores performances nesta prova nos últimos anos. Titmus tem agora cinco dos 10 melhores tempos da história dos 200m livre, enquanto O'Callaghan soma três destas marcas.

Ambas as nadadoras têm o mesmo treinador, Dean Boxall. "Nós realmente não vemos o que a outra está fazendo no treino. Trabalhamos em separado. Ela costuma treinar para as provas mais rápidas, enquanto eu me dedico às provas de média distância", comentou Titmus.

Filipe Luis assume o comando do sub-20 do Flamengo após a saída de Mário Jorge

Filipe Luís é o novo treinador da equipe sub-20 do Flamengo A decisão foi tomada após uma reunião entre o vice de futebol Marcos Braz, o presidente Rodolfo Landim, e o ex-lateral-esquerdo, que atualmente comanda a equipe sub-17 do clube carioca.

Com a mudança de categoria, Filipe Luís já terá um grande desafio pela frente: buscar o título do Mundial de Clubes. Ele chega para substituir Mário Jorge, que aceitou uma oferta para trabalhar na Arábia Saudita, e vai comandar os garotos do Ninho no confronto diante do Olympiakos, da Grécia, no dia 24 de agosto. A final do torneio será disputada no Maracanã.

No clube desde 2019, o ex-lateral teve a chance de disputar duas edições do Mundial como atleta. Na primeira, o Flamengo chegou à decisão, mas terminou como vice-campeão ao ser derrotado pelo Liverpool na prorrogação. Em 2023, a equipe carioca caiu ainda na semifinal ao ser superada pelo Al-Hilal.

Antes de iniciar o seu ciclo na nova categoria, Filipe Luis tem uma decisão pela frente no sub-17. O time carioca está na final da Copa Rio e, após vencer o primeiro jogo, enfrenta o Vasco na partida de volta, em São Januário. O compromisso está marcado para esta segunda-feira.

Morre Jerry West, lenda responsável por 'draftar' Kobe Bryant e inspiração para o logo da NBA

O ex-jogador de basquete Jerry West morreu ontem aos 86 anos. O ex-ala-armador fez história no Los Angeles Lakers e inspirou a silhueta do logotipo da liga americana NBA, além de integrar o Hall da Fama da modalidade. A informação foi confirmada pelo Los Angeles Clippers por meio das redes sociais.

"Jerry West, a personificação da excelência do basquete e amigo de todos que o conheceram, faleceu pacificamente esta manhã. Sua esposa, Karen, estava ao seu lado", disse a equipe em comunicado A causa da morte não foi divulgada.

Como jogador, ainda é o único da história a ter sido elegido o Most Valuable Player (MVP) das finais de uma temporada que não venceu e tornou-se o logo da NBA. Como dirigente, foi quem levou aos Lakers o seu maior cestinha, Kobe Bryant.

Nascido em 1938, na Virgínia Ocidental, Jerome Alan West iniciou sua carreira no esporte jogando pela Universidade de West Virginia, onde permaneceu até 1960. Foi nessa mesma época que defendeu a seleção dos Estados Unidos nos Jogos Pan-Americanos de Chicago e nos Jogos Olímpicos de Roma e ajudou a liderar a equipe ao ouro nas duas ocasiões.

No Draft da NBA de 1960, foi selecionado como segunda escolha. Foi no Los Angeles Lakers, franquia que o draftou, que permaneceu em todas as temporadas em que atuou como jogador, 14 no total. Apesar de ter sido campeão da liga americana apenas uma vez, na temporada de 1972 - em que foi MVP -, West conseguiu ser destaque em todos os anos.

Foram 12 vezes presente no All-NBA, que elege os melhores jogadores da temporada. Ainda mais vezes esteve no All-Star Game, partida que reúne os melhores atletas da liga: conseguiu a honraria em 14 chances, em todos os seus anos como armador e ala-armador. Em 1972, ano de seu título, foi eleito MVP do All-Star Game.

Jerry West está marcado na história do basquete também por ser o único jogador a ser eleito MVP das finais de uma temporada em que não saiu como vencedor.

PSG demonstra interesse em Vinícius Júnior para substituir Mbappé, diz rádio francesa

Campeão da Liga dos Campeões com o Real Madrid e destaque da temporada, Vinícius Júnior despertou o interesse do Paris Saint-Germain, de acordo com a rádio francesa RMC Sport. O clube está em busca de um substituto para Mbappé, que deixou a equipe para ir ao Real Madrid, justamente o atual time do atacante brasileiro.

O time francês estão monitorando de perto a situação de Vini Jr. e de outros jogadores para que possam ocupar a vaga deixada pelo francês. Porém, segundo informações do jornal AS da Espanha, o Real Madrid não tem pretensões de vender o brasileiro de 23 anos, e o jogador não tem interesse em deixar a equipe que o projetou internacionalmente.

Outro ponto que é considerado um entrave para uma possível negociação é a relação ruim entre os dois times devido à transferência de Mbappé para o Real Madrid e às discordâncias sobre a criação da Superliga Europeia.

O contrato de Vinícius Júnior com o Real Madrid foi renovado até 2027, com uma multa rescisória de 1 bilhão de euros (cerca de R$ 5,4 bilhões). O jogador é peça fundamental para o projeto vencedor do clube.

Espanha confirma Nadal e Alcaraz jogando duplas na Olimpíada de Paris-2024

(Foto: Divulgação)

A Real Federação Espanhola de Tênis confirmou ontem que Rafael Nadal estará na Olimpíada de Paris-2024. Além disso, o campeão olímpico de simples em Pequim-2008 formará uma aguardada dupla com Carlos Alcaraz, atual campeão de Roland Garros e de Wimbledon, na capital francesa. A dupla, que soma 25 títulos de Grand Slam em simples, já se torna uma das mais esperadas do evento olímpico, que será disputado justamente no saibro de Roland Garros, onde Alcaraz se sagrou campeão pela primeira vez no domingo. E onde Nadal levantou o troféu por incríveis 14 vezes, um recorde em qualquer Grand Slam.

Nadal e Alcaraz chegarão à capital francesa com ares de "dream team" das duplas masculinas em razão do sucesso tanto no passado quanto no presente. Ambos já ocuparam a liderança do ranking. Nadal, no entanto, está na reta final de sua carreira e pode se aposentar ainda nesta temporada.

O veterano só deve entrar em quadra nas duplas por não ter ranking suficiente para jogar na chave de simples. Pelas regras da Federação Internacional de Tênis (ITF, na sigla em inglês), somente os 56 primeiros colocados do ranking garantem vaga automática na chave. Mas a entidade terá dois convites a serem distribuídos para campeões olímpicos e de Grand Slam, o que poderia favorecer Nadal, atual número 264 do mundo. O tenista de 38 anos está longe de sua melhor forma física e técnica e acabou sendo eliminado logo na estreia em Roland Garros, pela primeira vez na carreira. Nadal ainda não confirmou se competirá na grama de Wimbledon, que começa no dia 1º de julho. É provável que se poupe para seguir treinando no saibro, piso do torneio olímpico. Ele é campeão olímpico tanto em simples (Pequim-2008) quanto nas duplas (Rio-2016). A Espanha também convocou Pablo Carreño Busta, medalhista de bronze nos Jogos de Tóquio, em 2021, Alejandro Davidovich e o duplista Marcel Granoller. No feminino, Sara Sorribes e Cristina Bucsa foram as convocadas. De acordo com a federação espanhola, Paula Badosa decidiu não competir porque a Olimpíada não distribui pontos no ranking.

Seleção feminina de vôlei derruba invicta Polônia e se garante na fase final da Liga das Nações



(Foto: Divulgação)

Em duelo de seleções invictas, o time feminino do Brasil derrubou a poderosa Polônia por 3 sets a 1, ontem, se garantiu na fase final da Liga das Nações e ainda subiu para o primeiro lugar geral da competição. As comandadas do técnico José Roberto Guimarães buscaram a virada para superar as polonesas por 22/25, 25/17, 25/17 e 25/16, em Hong Kong, na China.

Com a vitória, o Brasil se tornou a única equipe invicta da competição, com nove vitórias em nove jogos. Ao mesmo tempo, assegurou seu lugar na fase final com três rodadas de antecedência. De quebra, desbancou a própria Polônia no topo da classificação, com 25 pontos, um acima da rival europeia.

Gabi foi o grande destaque da partida, com 23 pontos. Julia Bergmann, novidade do time nesta quarta, anotou 16. Pelo lado polonês, a oposta Magdalena Stysiak foi a maior pontuadora, com 18.

Nesta quarta, Zé Roberto surpreendeu na escalação do Brasil. Por opção técnica, ele sacou a ponteira Ana Cristina, que vinha sendo a titular na competição, e deu chance a Julia Bergmann. Ela entrou em quadra com Roberta, Gabi, Carol, Thaísa, Rosamaria e a líbero Nyeme. O treinador aproveita a Liga das Nações para testar o elenco que irá convocar para a Olimpíada de Paris-2024.

Com esta formação, o Brasil começou bem a partida, diante da apatia das polonesas. Sem sofrer, abriu 15/10 e parecia encaminhar com facilidade o primeiro set do confronto. Mas, aos poucos, a Polônia se encontrou em quadra, principalmente a levantadora Joanna Wolosz, o cérebro do time.

A reação veio forte. E, de 17/12 a favor para o Brasil, a Polônia virou para 19/17. Mesmo irregular, a Stysiak liderava o ataque polonês, confirmando a vitória na primeira parcial. O segundo set exibiu o mesmo roteiro no início. As brasileiras abriram 10/5. Desta vez, elas evitaram qualquer reação polonesa. Fecharam a parcial e empataram o duelo.

O terceiro foi mais equilibrado do que os dois sets anteriores. As brasileiras saíram na frente, com 7/3. Mas levaram um susto quando o bloqueio polonês resolveu funcionar, com seguidos pontos, até o empate em 9/9. E, depois, a virada para 12/9. A seleção não se abalou, reagiu e as duas equipes se alternaram no placar até o Brasil despontar e fechar o set.

Pavlovic é cortado da seleção alemã a dois dias da Eurocopa e Nagelsmann convoca Emre Can

(Foto: Divulgação)

O técnico da Alemanha, Julian Nagelsmann, teve um problema de última hora que o obrigou a fazer uma convocação de emergência a dois dias do início da Eurocopa. Aleksandar Pavlovic precisou ser cortado por motivo de doença. Para o seu lugar, o treinador chamou o meio-campista Emre Can, do Borussia Dortmund.

A Federação Alemã de Futebol informou, ontem, que Pavlovic não pôde se juntar à equipe para a vitória por 2 a 1 sobre a Grécia, no último amistoso da Alemanha para a Euro 2024.

De acordo com o jornal alemão Bild, o motivo do desligamento do atleta seria uma amidalite crônica. A infecção já teria tirado Pavlovic de outros dois amistosos feitos pela Alemanha no mês de março.



Chamado às pressas, Can, de 30 anos, tem 43 partidas pela seleção e foi campeão da Copa das Confederações de 2017. O jogador deve ser a principal opção no meio-campo para as vagas de Toni Kroos, Robert Andrich e Pascal Gross. Esta vai ser a primeira vez que ele será comandado por Nagelsmann. Sua última partida pelo selecionado nacional foi na vitória de 2 a 1 sobre a França, em setembro do ano passado. À época, o treinador foi o ex-atacante Rudi Vöeller.

"Ele imediatamente expressou seu entusiasmo e vontade de se juntar à equipe. Queríamos um jogador no elenco que tivesse disputado muitos jogos e que soubesse lidar com a pressão. Ele tem o perfil que precisamos", disse Nagelsmann.

A Alemanha, que integra o Grupo A, abre a Eurocopa nesta sexta-feira contra a Escócia. Depois, os anfitriões enfrentam a Hungria no dia 19 de junho, pela segunda rodada da fase de classificação. A última partida desta etapa inicial está agendada para o dia 23, diante dos suíços.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

2º CADERNO

MEDICINA & SAÚDE

Baixa autoestima após a gestação: conheça os procedimentos para melhorar a flacidez da barriga

___ Apresentadora Sabrina Sato é uma das celebridades que se diz satisfeita com os resultados após o uso de Sculptra®, tratamento que estimula a produção de colágeno da própria pele



(Foto: Divulgação)

A gestação é um período incomparável e único. A chegada de um bebê e o ato de se tornar mãe deixam o momento ainda mais especial, sendo esse o sonho de vida de muitas pessoas. Apesar disso, as mudanças que ocorrem no corpo durante a gestação podem afetar a autoestima de algumas mães.

Um dos fatores que podem incomodar as mães no período pós-gestação é a flacidez abdominal. A dermatologista Katia Volpe (CRM-SP 90.728/ RQE 66961) explica algumas mudanças nesse momento tão importante. "Durante a gravidez ocorre a distensão da pele abdominal para que o útero possa se expandir, e, após o nascimento, é difícil que a pele volte a seu estado inicial, pois fica mais flácida nesta região do corpo", afirma.

Nesse cenário, os procedimentos estéticos injetáveis passam a ser uma opção para trazer de volta a autoestima, que, eventualmente, pode estar abalada. Bioestimuladores de colágeno como Sculptra®, por exemplo, podem contribuir para a melhora da firmeza e sustentação da pele. Ele possui exclusiva tecnologia PLLA-SCA e duplo mecanismo de ação: preserva o colágeno e estimula sua produção na pele em 66,5%, em 3 meses, aumentando sua espessura em 73%, em média, após 12 meses. Sculptra® tem ainda o melhor perfil de segurança do mercado, e possui longa duração comprovada de mais de 2 anos.

A apresentadora Sabrina Sato é um exemplo prático de quem fez uso de Sculptra® após a gestação. "Depois da minha gestação, eu comecei a usar Sculptra® para tratar a flacidez do meu abdômen e do meu bumbum, que me incomodavam. E, desde então, não parei mais. Pelo contrário, só aumentei as áreas de aplicação do tratamento, sempre seguindo a orientação do meu dermatologista", conta Sabrina.

Outra mamãe que também apostou nos procedimentos estéticos é a influenciadora Sabrina Dibynis. Ela conta que realizou o tratamento com bioestimulador de colágeno após a amamentação e também fez preenchimento com ácido hialurônico. "A maternidade é uma jornada transformadora, que muitas vezes nos faz questionar nossa própria imagem no espelho. Durante a gestação, meu rosto sofreu algumas mudanças e estava um pouco flácido. Conversando com minha médica, ela recomendou Sculptra® e Restylane®, e foi maravilhoso, porque os procedimentos trouxeram muito mais firmeza e sustentação para o meu rosto", explica Sabrina Dibynis.

Uma das opções de ácido hialurônico injetável disponíveis no mercado, Restylane® proporciona resultados personalizados e naturais na opinião dos especialistas, com duração de até 36 meses. Em sua versão SkinboostersTM, ele melhora os 6 aspectos principais de qualidade da pele: brilho, tom, textura, maciez, linhas finas e rugas, cicatrizes de acne e poros, com resultados duradouros de até 15 meses.

Na seara dos tratamentos estéticos injetáveis, Katia explica que a associação de diferentes tratamentos pode proporcionar resultados ainda mais poderosos. "O bioestimulador de colágeno restaura a firmeza e sustentação da pele, enquanto o skinbooster, ácido hialurônico injetável, hidrata de maneira profunda. Assim, ambos proporcionam benefícios que resultam na melhora da qualidade da pele", diz a dermatologista.

Acompanhando essa tendência, a Galderma lançou, recentemente, a técnica Firm&Refresh, que combina, no mesmo protocolo de tratamento, a aplicação de Sculptra® e Restylane® SkinboostersTM, a fim de aproveitar os benefícios de ambos os produtos para recuperar a qualidade da pele, mantendo sempre as características individuais do paciente.

É importante destacar que os procedimentos estéticos injetáveis devem ser realizados por um profissional de saúde habilitado à prática.

6 dicas para prevenir a incidência de doenças respiratórias no inverno

___ Saiba como manter sua saúde respiratória durante a estação mais fria do ano.



(Foto: Freepik)

Com a chegada do inverno e a baixa das temperaturas, é comum observar um aumento significativo na incidência de problemas respiratórios. Isso ocorre devido à mudança nos hábitos das pessoas que, durante a estação, optam por passar mais tempo em ambientes fechados e menos ventilados, o que pode contribuir para a proliferação de patógenos e o agravamento de condições respiratórias preexistentes.

Segundo dados da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, cerca de 20% da população brasileira sofre de doenças respiratórias agravadas pelo frio. Além disso, as baixas temperaturas podem enfraquecer o sistema imunológico, tornando-nos mais vulneráveis a infecções. Por isso, é essencial adotar medidas para minimizar os riscos e assegurar a saúde durante essa estação.

Segundo a Dra. Odeli Nicole Iasd, infectologista do Hospital Adventista, é importante tomar medidas preventivas para garantir a saúde durante o inverno. "No frio, ficamos mais suscetíveis à propagação de vírus e bactérias, por isso, é essencial reforçar algumas práticas comuns que ajudam a evitar problemas com a saúde respiratória,". A seguir, a médica separou algumas dicas importantes para evitar problemas respiratórios no inverno.

• **Mantenha os ambientes bem ventilados:** Certifique-se de que sua casa e local de trabalho estejam sempre arejados, abrindo janelas regularmente para permitir a circulação de ar fresco. Evite aglomerações, especialmente em locais fechados, pois a alta concentração de pessoas facilita a disseminação de vírus, aumentando o risco de contágio.

• **Esteja aquecido e bem hidratado:** Proteger-se do frio com roupas adequadas é essencial para evitar a exposição ao frio intenso, que pode enfraquecer o sistema imunológico. Além disso, o ar seco do inverno pode desidratar as mucosas das vias respiratórias, tornando-as mais suscetíveis a infecções. Portanto, beba bastante água para manter a hidratação.

• **Higiene pessoal e do ambiente:** A higiene pessoal é uma das formas mais eficazes de prevenção. Lave as mãos regularmente com água e sabão ou use álcool em gel, especialmente após tossir, espirrar ou frequentar locais públicos. Além disso, desinfete regularmente superfícies de alto contato, como maçanetas, celulares e bancadas, para reduzir o risco de contaminação.

• **Vacine-se:** A vacinação é uma ferramenta poderosa na prevenção de doenças respiratórias graves. Vacine-se contra a gripe e a Covid-19, conforme indicado pelos órgãos de saúde, e mantenha em dia outras vacinas recomendadas, como a vacina pneumocócica, especialmente para idosos e pessoas com doenças crônicas.

• **Mantenha hábitos saudáveis:** Adotar um estilo de vida saudável fortalece o sistema imunológico. Consuma uma dieta balanceada, rica em frutas e vegetais, pratique exercícios regularmente e durma bem. Um sono adequado é essencial para a recuperação do corpo e para manter o sistema imunológico forte.

• **Use máscara ao apresentar sintomas gripais:** Se apresentar sintomas gripais, como febre, tosse persistente ou dificuldade para respirar, use uma máscara cirúrgica para reduzir a propagação do vírus. Caso os sintomas persistam, procure atendimento médico imediatamente.

"A prevenção é sempre o melhor remédio. Pequenos hábitos diários, como higienização das mãos e manter-se hidratado, podem reduzir significativamente a incidência de doenças respiratórias," reforça a especialista.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

MEDICINA & SAÚDE

Albinismo ocular causa diversos problemas visuais, alerta especialista

Fotossensibilidade, nistagmo, estrabismo e diminuição da nitidez visual são algumas das sequelas derivadas do albinismo ocular


(Foto: Adobe Stock)

Caracterizado pela branquitude de pele, cabelos e olhos, o albinismo é um defeito hereditário na formação de melanina. De acordo com dados do Ministério da Saúde, estima-se que 21 mil pessoas no Brasil sejam albinas e a incidência se dá em 1 a cada 20 mil indivíduos. Existem três tipos de albinismo: 1. parcial, onde a melanina é produzida em algumas partes do corpo; 2. oculocutâneo, que é o mais comum e afeta o corpo inteiro; 3. ocular, que a despigmentação atinge apenas os olhos.

O dia 13 de junho é marcado como o Dia Internacional de Conscientização sobre o Albinismo. Pessoas com deficiência ou que não produzem melanina estão altamente expostas à radiação ultravioleta emitida pelo sol e até mesmo lâmpadas fluorescentes. Por isso, protetores solares, óculos escuros e roupas de tecido com trama bem fechada são indispensáveis. Para as pessoas com albinismo ocular, os cuidados vão ainda mais além.

De acordo com Dra. Márcia Keiko Tabuse, médica oftalmologista e consultora da HOYA Vision Care, empresa japonesa que produz lentes para óculos de alta tecnologia desenvolvidas para correção de problemas da visão, acessórios como chapéus, bonés e sombrinhas não devem faltar. Além disso, a exposição solar precisa ser evitada, quando possível, e optar por atividades ao ar livre no período noturno.

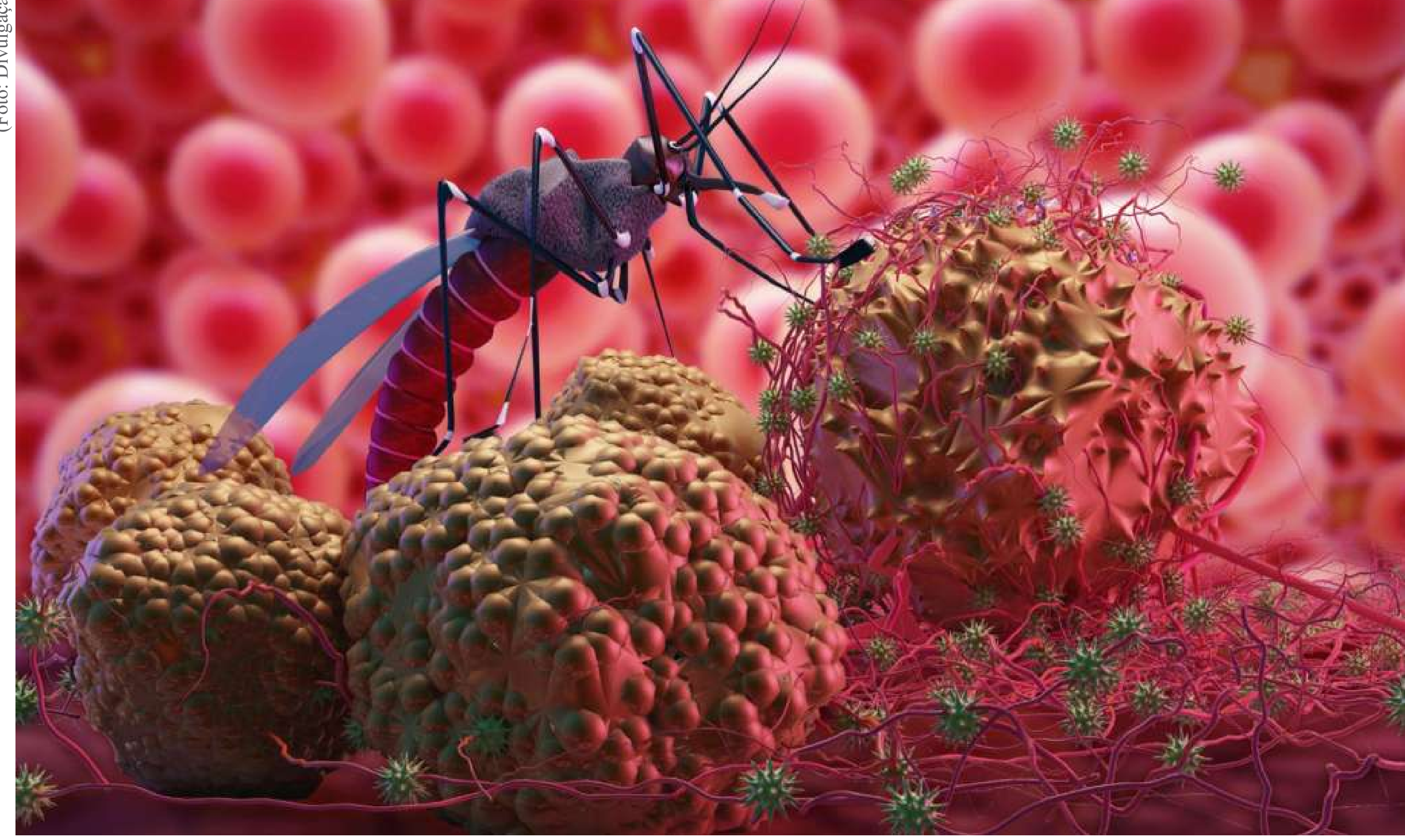
"Por causa da baixa exposição ao sol, a Vitamina D muitas vezes precisa ser suplementada. A deficiência dessa vitamina acarreta em diversos problemas inclusive nos olhos, que podem sofrer algum defeito nas fibras ópticas. É comum que o albinismo ocular venha acompanhado de fotossensibilidade, nistagmo (movimentação rápida e involuntária dos olhos), estrabismo, diminuição da nitidez visual e perda da estereopsia binocular (a capacidade dos dois olhos enxergarem em conjunto a uma mesma imagem)", afirma a especialista.

Os cuidados com o albinismo ocular começam desde cedo: são realizadas avaliações oftalmológicas nos primeiros meses de vida, além de exames e consultas periódicas que ajudam a identificar precocemente as íris translúcidas ou a diminuição da pigmentação da retina; pode ser necessário o uso de lentes corretivas, fisioterapia ocular e intervenções cirúrgicas, em alguns casos.

"Crianças com essa deficiência precisam de orientações diferentes na sala de aula, como material de leitura de alto contraste, textos e planilhas impressas, configurações de ampliação em computadores, entre outros. Deste modo, essa abordagem ajuda a superar os atrasos educacionais associados aos déficits visuais. Por ser um distúrbio genético, o albinismo não tem cura. A base do tratamento é a realização contínua de cuidados oftalmológicos e no acompanhamento cutâneo em busca de sinais de anormalidades e prevenção do dano solar", finaliza a Dra. Márcia.

Quase um terço dos casos de malária ocorre em crianças de até 12 anos

Mosquiteiros impregnados com inseticidas de longa duração, distribuídos gratuitamente pelo SUS em áreas de alta transmissão, podem reduzir casos em crianças


(Foto: Divulgação)

Entre os anos de 2013 e 2022, foram registrados 1.510.137 casos autóctones de malária na região amazônica brasileira. Desses casos, 29,03% (438.436 casos) ocorreram em crianças de até 12 anos. Esses dados foram divulgados na nova edição do Saúde Brasil, lançada neste mês pelo Ministério da Saúde. Para diminuir a ocorrência desses casos, uma das estratégias é o uso de mosquiteiros impregnados com inseticidas de longa duração (MILDs), que são gratuitamente distribuídos e instalados em áreas de alta transmissão por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

Na busca pelo controle e pela eliminação da malária, o diagnóstico e o tratamento oportunos são combinados com ações de controle vetorial do mosquito, como a utilização de MILDs. Essa estratégia, recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), oferece uma barreira física e química, diminuindo a população intradomiciliar do vetor.

No mesmo período, foram registrados 73 óbitos em crianças de até 12 anos de idade, sendo 22 óbitos na faixa etária com menos de um ano de idade. Os dados demonstram que a taxa de letalidade por malária na região amazônica é baixa, mesmo em crianças.

Para o tratamento de menores de 12 anos contra a malária causada pelo Plasmodium falciparum, o Ministério da Saúde está retomando a oferta da associação artesunato + mefloquina, conhecida como ASMQ, que é produzida no Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos), uma unidade da Fiocruz. O AMSQ foi incorporado ao Programa Nacional de Prevenção e Controle da Malária em 2009, mas teve sua fabricação interrompida em 2021. Em 2023, foram fabricados e disponibilizados no SUS, 254,4 mil unidades do medicamento, mas para maiores de 12 anos. Agora, em 2024, Farmaguinhos retomou a produção do ASMQ para menores de 12 anos.

Saúde Brasil

O Saúde Brasil apresenta análises sobre diferentes temas, com base nos dados registrados pelas gestões locais nos sistemas de informação no âmbito do SUS. O livro é tradicionalmente construído por profissionais de diferentes áreas do Ministério da Saúde, em conjunto com especialistas vinculados a instituições nacionais e internacionais, os quais participam de diferentes etapas do processo. Um dos principais objetivos da publicação é motivar os gestores, os profissionais de saúde e a população a aprofundarem seus conhecimentos sobre a situação de saúde dos brasileiros e a se proverem de informação adequada, que pode subsidiar a tomada de decisão e a construção de políticas públicas.

A edição atual traz como temática principal "Os desafios para a saúde das crianças brasileiras". Um dos capítulos destaca que a vacinação de crianças é uma estratégia segura e com excelente relação risco e benefício, que contribui para redução da morbimortalidade por doenças imunopreveníveis no país. Outro capítulo revela que, entre 2000 e 2021, a mortalidade por causas acidentais em crianças até nove anos de idade apresentou tendência geral de redução de 29,5%, sendo que o afogamento foi a principal causa de morte acidental nessa faixa etária.

Além do segmento sobre a saúde das crianças brasileiras, a obra possui uma seção com análises sobre outros temas e incluindo outras faixas etárias. Um dos capítulos trata de doenças em processo de eliminação no Brasil, abordando desafios e metas alcançadas. A publicação também conta com um texto sobre maternidade na adolescência, destacando a importância do pré-natal adequado e das políticas de proteção à violência sexual contra crianças e adolescentes, sobretudo para mães com idade entre 10 e 14 anos.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

MEIO AMBIENTE

Cerrado tem queda de 12,9% no desmatamento em 2024 após período de sucessivos crescimentos

Dados do Deter relativos ao cinco primeiros meses do ano também apontam redução na devastação da Amazônia; Coalizão Brasil alerta que biomas ainda requerem atenção

Após um longo período do crescimento da devastação, o Cerrado apresentou uma queda no desmatamento de 12,9% entre os meses de janeiro a maio de 2024 ante o mesmo período no ano passado, segundo dados divulgados nesta sexta-feira (7) pelo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). No mesmo período, a Amazônia apresentou redução de 40,5%.

(Foto: Divulgação)



A Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura defende que, mesmo em queda, o desmatamento em ambos os biomas resulta não só na perda de biodiversidade, mas também tem um impacto significativo no clima global.

"Os dados recentes sobre o desmatamento na Amazônia e Cerrado nos mostram que estamos em uma correta trajetória de redução da perda de cobertura florestal. A notícia é boa, mas indica também o longo caminho a ser percorrido até que efetivamente o desmatamento acabe", ressalta André Guimarães, membro do Grupo Estratégico da Coalizão Brasil e diretor-executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

Para combater de forma eficaz o desmatamento é essencial adotar uma abordagem holística que envolva políticas de conservação ambiental, desenvolvimento sustentável, fortalecimento da aplicação da lei e engajamento da sociedade civil. Isso inclui medidas como a implementação e o fortalecimento de áreas protegidas, o incentivo a práticas agrícolas sustentáveis, o reforço da fiscalização e o apoio às comunidades locais que dependem desses biomas para sua subsistência.

Guimarães explica que o combate do desmatamento no Cerrado é diferente da Amazônia. "Enquanto mais de 60% do território do bioma Amazônia é formado por terras públicas, no Cerrado mais de 80% é composto por fazendas e terras sob gestão privada. Ações de comando e controle tendem a ter mais resultados na Amazônia, onde a grilagem e outras ilegalidades predominam. No caso do Cerrado, o desafio, além de punir irregularidades, é criar incentivos para convencer proprietários que tenham ainda o direito de desmatamento que abra mão disso".

A implementação do Código Florestal, que passa pela validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), é outra peça central no combate ao desmatamento. Guimarães reforça que é preciso saber quem ainda tem florestas que possam ser desmatadas legalmente, conhecer os limites das propriedades e áreas públicas, além de entender o padrão de uso da terra pelos proprietários. "Esses são alguns dos atributos que um Código Florestal implementado nos trará. Outro ponto importante é que, com isso, os bancos não financiem pessoas e empresas em desacordo com a lei. Para que o Estado cumpra seu papel de fiscalizador, o Código Florestal implementado com o CAR validado é fundamental. Sem transparência não conseguiremos combater o desmatamento".

A Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura é um movimento composto por mais de 390 organizações, entre entidades do agronegócio, empresas, organizações da sociedade civil, setor financeiro e academia.

Mais de 400 espécies de animais silvestres são registradas em áreas de cultivo de palma do Grupo BBF no Pará e Roraima

Áreas da Amazônia antes degradadas pelo desmatamento têm agora répteis, anfíbios, aves, mamíferos e peixes

(Foto: Divulgação)



Orthopsittaca manilatus. Fotos tiradas nas operações do Grupo BBF

O que antes era uma imensidão de áreas desmatadas na floresta amazônica, sem vida, agora são um espaço verde, com solo recuperado, carbono retido e animais silvestres circulando. É isso que ocorre nas áreas de cultivo da palma de óleo, mais conhecida como dendê, do Grupo BBF (Brasil BioFuels) no Pará e em Roraima. Nos mais de 75 mil hectares cultivados pela empresa, já foram feitos cerca de 5 mil registros e identificadas mais de 400 espécies de animais silvestres nas últimas campanhas de monitoramento. São répteis, anfíbios, aves, mamíferos e peixes, alguns deles classificados como raros e até mesmo ameaçados de extinção.

Apesar das limitações técnicas para realização dos estudos, a equipe de sustentabilidade do Grupo BBF já observou nas áreas de cultivo da empresa uma diversidade maior que 85 espécies de répteis e anfíbios, 270 aves, 25 mamíferos e 40 peixes. "Avaliamos que esse número pode ser bem maior, considerando a riqueza dos biomas brasileiros e os benefícios gerados por nossas atividades. Foram constatadas espécies bioindicadoras de boa qualidade ambiental, o que atesta a efetividade das ações de preservação do meio ambiente na região de influência da empresa", afirma Milton Steagall, CEO do Grupo BBF.

Myrmecophaga tridactyla. Animal em extinção. Fotos tiradas nas operações do Grupo BBF

Entre as espécies ameaçadas de extinção estão tatu-canastra (Priodontes maximus), tamanduá-bandeira (Myrmecophaga tridactyla), macaco-aranha (Ateles paniscus) e queixada (Tayassupecari). Foram encontrados ainda macaco-mão-de-ouro (Saguinus midas), jaguatirica (Leopardus pardalis), anta (Tapirus terrestres) e dentre outros que normalmente são vistos em ambientes de elevada conservação.

O cultivo da palma de óleo pelo Grupo BBF segue à risca a legislação brasileira, considerada uma das mais rigorosas do mundo. De acordo com o Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo (Decreto 7.172), seu cultivo recupera áreas que foram degradadas até 2007 na Amazônia. Em um robusto trabalho conduzido pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) foram identificados mais de 31 milhões de hectares aptos ao cultivo da palma na Amazônia.

"Inserimos o cultivo da palma em áreas antropizadas, que estavam nuas, sem vida alguma, uma planta que recupera o solo degradado e colabora com a conectividade entre ambientes naturais, mitigando impactos associados à fragmentação dos ecossistemas, o que contribui com a preservação da biodiversidade da região. Além disso, a palma de óleo gera emprego e renda para a população local e seu destino final é a geração de energia renovável e biocombustíveis. É um exemplo de bioeconomia e um modelo para geração de riqueza na região, que possibilita manter a floresta em pé", explica Steagall.

O Grupo BBF é considerado o maior produtor de óleo de palma da América Latina. A empresa cultiva 60 mil hectares com a planta no Pará e outros 15 mil em Roraima, aproximadamente. Nessas áreas, são capturados anualmente cerca 800 mil toneladas de carbono: 729 mil toneladas no Pará e 71 mil toneladas em Roraima. Além disso, a empresa cuida de mais de 60 mil hectares de áreas de Reserva Legal, que estocam anualmente cerca de 26,6 milhões de toneladas de carbono no Pará e 3,1 milhões toneladas de carbono em Roraima.

Redução no desmatamento

Outra influência positiva da operação da empresa está na redução dos focos de desmatamento. Áreas próximas às operações do Grupo BBF em São João da Baliza (RR) possuem 85% menos alertas de desmatamento do que áreas mais afastadas na mesma região, segundo levantamento realizado a partir da plataforma de monitoramento "MapBiomas Alerta".

Tretiosincus agilis. Fotos tiradas nas operações do Grupo BBF

De acordo com levantamento feito em novembro de 2023, em um raio distante 50 km da área em que o Grupo BBF realiza o cultivo sustentável da palma de óleo são identificados mais de 21 mil hectares com alerta de desmatamento. Reduzindo esse raio para 15 km de proximidade da empresa, observa-se uma diminuição de aproximadamente 85% dos alertas, reforçando que onde há emprego e renda existe a diminuição do desmatamento e a proteção para manutenção da floresta em pé.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

MEIO AMBIENTE

Appian Capital Brazil já ultrapassou a marca de 400 campos de futebol plantados de espécies nativas da Mata Atlântica e Caatinga

• 400 campos de futebol revegetados é o equivalente a 290 mil hectares de dois importantes biomas brasileiros;

• Programa de Proteção e Monitoramento da Fauna registra cerca de 387 espécies locais na Zona da Mata baiana;

• Programa de Reflorestamento da Caatinga produz cerca de 30 mil mudas por ano em Alagoas;

• Em 2023, fundo de investimento produziu mais de 85 mil mudas de 83 espécies da Mata Atlântica e Caatinga.

Transformar e desenvolver as regiões onde atua, aliado a um sólido compromisso com o meio ambiente e com a Integração Social. Com esse propósito, a Appian Capital Brazil, fundo de investimentos privados especializado em mineração, por meio do Programa de Proteção da Fauna e Flora realizado no Nordeste, a companhia desenvolve a proteção e recuperação dos biomas nos quais o grupo possui operações.

Com isso, em cinco anos de atuação no país, a Atlantic Nickel, ativo do grupo produtor do concentrado de níquel, registrou crescimento de mais de 50% de indivíduos da fauna local monitorada e 6,77% na recuperação da Mata Atlântica, em Itagibá, município do Sul da Bahia. Já no Agreste alagoano, a Mineração Vale Verde, ativo do grupo produtor de concentrado de cobre, vem desenvolvendo atividades que visam a preservação da fauna e flora local, por meio dos trabalhos de educação, como trilha ecológica, palestras ambientais e distribuição de mudas nativas do bioma.

"O cuidado com o meio ambiente é um dos nossos compromissos. Ao restabelecer o bioma local, respeitando suas origens, recuperamos a identidade e características do ecossistema da região. Os projetos de monitoramento e preservação da fauna e flora são exemplos do nosso respeito com a localidade. Temos compromisso com o modelo de gestão inteligente, sustentável e conectado às comunidades onde atuamos", explica Diogo Oliveira, diretor de ESG e Pessoas da Appian Capital Brazil, que relembra também que, além das iniciativas de preservação e recuperação dos ecossistemas locais, o fundo inibe a caça e a devastação da flora nas áreas de seus ativos.

Na Bahia, são 542 hectares de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reservas Legais. Em Alagoas, o fundo mantém 449,53 hectares de Reserva Legal.

Recuperação e preservação da Mata baiana e Agreste alagoano

Este processo é composto por três iniciativas: Programa de Proteção e Monitoramento da Fauna, voltado à recuperação de habitats favorecendo espécies ameaçadas de extinção, Projeto de Proteção e Mapeamento das espécies florísticas, que reintegra espécies vegetais nativas da localidade e o Programa de Reflorestamento da Mata Atlântica e de Caatinga. Este último visa o aumento da área de Mata Atlântica, em Itagibá (BA), e da Caatinga, em Craíbas (AL), por meio da revitalização e preservação do ecossistema / bioma destas regiões, além de estimular retorno e desenvolvimento de espécies nativas. A seguir, o programa e as iniciativas realizadas em cada estado:

Projeto de Proteção e Monitoramento da Fauna

O programa monitora e auxilia no desenvolvimento dos animais nativos da região onde operam a Atlantic Nickel e a Mineração Vale Verde, que são acompanhados por meio de câmeras trap e empresas de consultoria, mapeando ocorrências, atividades e costumes.

No Sul da Bahia, a Atlantic Nickel já registrou cerca de 387 espécies da fauna local preservada na Zona da Mata baiana. Entre as espécies já identificadas, estão: o mico "Callithrix kuhlii", saruê "Didelphis aurita", o tatu-peba "Euphractus sexcintus", gato-do-mato-pequeno "Leopardus tigrinus", papa-mel "Eira barbara", quati "Nasua nasua", mão-pelada "Procyon cancrivorus", dentre outras espécies. A ação conta com a ajuda dos empregados da mina Santa Rita, que através de uma linha direta com a equipe do projeto, informam o local e quais espécies foram vistas nas proximidades da unidade. Em cinco anos de atuação do programa, a Atlantic Nickel registrou o crescimento de 138 espécies locais preservadas na região.

Já no Agreste Alagoano, a Mineração Vale Verde já mapeou 185 espécies da fauna local preservada na área. Entre as espécies já identificadas, estão: a garça-real "Pilherodius pileatus", mão-pelada "Procyon cancrivorus", furão "Galictis vittata vittata", coruja-orelhuda "Asio clamator", pica-pau-de-banda-branca "Dryocopus lineatus", dentre outros. Assim como ocorre no ativo produtor de níquel sulfetado, a equipe de meio ambiente da Mineração Vale Verde conta com a ajuda dos empregados, que através da comunicação via rádio acionam a equipe de meio ambiente, informam o local e quais espécies foram vistas para que haja o resgate ou o afugentamento de fauna, contribuindo para a soltura dos animais na área da reserva ou evitando a ocorrência de acidentes.

Projeto de Proteção e Mapeamento das Espécies Florísticas

O programa protege e monitora o desenvolvimento de espécies de plantas originárias das regiões onde operam a Atlantic Nickel e a Mineração Vale Verde, que são acompanhados por meio de câmeras e integrantes da equipe, mapeando ocorrências, atividades e costumes.

A Atlantic Nickel preserva e monitora 456 espécies do bioma local, incluindo espécies da Mata Atlântica, através de monitoramento trimestral, com uso de câmeras e acompanhamento in loco de equipe composta por três pessoas do seu Núcleo de Preservação da Fauna e Flora. Desde 2018, quando a Appian Capital Brazil assumiu a gestão do ativo, o projeto identificou que mais de 4.204 indivíduos arbóreos floresceram na região, com destaque para: pau-brasil "Paubrasilia echinata", jacarandá-da-bahia "Dalbergia nigra", embaúba-branca "Cecropia hololeuca", ipê-amarelo "Handroanthus chrysotrichus", ingá-de-metro "Inga edulis", casqueiro "Samanea tubulosa", cedro "Cedrela odorata". Por meio da iniciativa, o programa é capaz de mapear o local de nascimento das plantas, além do cuidado e preservação de diversas espécies arbóreas de grande valor ecológico para o bioma local, evitando seu desaparecimento.

Já o programa da Mineração Vale Verde monitora dezenas de espécies da Caatinga, com o objetivo de consolidar um calendário fenológico local. Desde a criação em 2022, o projeto já mapeou 25 matrizes do bioma da região para a coleta de sementes. Além disso, implantou o controle de espécies exóticas/invasores, que competem por recursos com as espécies nativas, desde então já foram removidos mais de mil indivíduos de três espécies invasoras, contribuindo para a preservação e recuperação vegetal das áreas protegidas pela Mina Serrote. A finalidade do programa é compreender os períodos de floração, cultivo frutífero e de sementes, além de propiciar o cuidado e preservação de diversas espécies arbóreas nativas de grande valor ecológico para o bioma local, como é o caso da umburana "Amburana cearenses" e umbuzeiro "Spondias tuberosa", espécies cujas frestas no caule são utilizadas por abelhas sem ferrão para nidificar, contribuindo para a preservação dessas espécies.

Reflorestamento da Mata Atlântica e Caatinga

O programa tem como objetivo a recuperação de flora nas regiões onde a Appian Capital Brazil, por meio da gestão de seus dois ativos Atlantic Nickel e a Mineração Vale Verde, atua. A partir de boas práticas ambientais como plantio de mudas de espécies originárias da região de Mata Atlântica na Bahia e da Caatinga em Alagoas, realiza-se a revitalização de áreas locais com o reflorestamento.

No entorno das cidades de Ipiaú e Itagibá, no Sul da Bahia, a Atlantic Nickel já revegetou, de 2018 até dezembro de 2023, mais de 250 hectares do bioma da Mata Atlântica, o que equivale a aproximadamente 350 campos de futebol, com seu programa de reflorestamento local. Para dar suporte a ação de preservação da flora local, o ativo implantou, no perímetro da sua operação, um viveiro com capacidade de produção de cerca de mil mudas por ano de 30 espécies locais como: ingá de metro "Inga edulis", aroeira "Schinus terebinthifolius", pau brasil "Paubrasilia echinata", jacarandá-da-bahia "Dalbergia nigra", entre outras. Em 2023, mais de 51 mil mudas, de 43 espécies do bioma local foram produzidas.

Na Caatinga alagoana, a Mineração Vale Verde revegetou, de 2019 até dezembro de 2023, aproximadamente 40 hectares do bioma local, o que equivale a aproximadamente 56 campos de futebol. Para dar suporte ao programa de preservação da flora regional, o ativo dispõe de viveiro com capacidade de produção de mais de 84 mil mudas/ano, de 40 espécies locais como: Angico "Anadenanthera macrocarpa", aroeira "Schinus terebinthifolius", Pau-brasil "Paubrasilia echinata", Barriguda "Ceiba glaziovii", entre outras. Em 2023, mais de 34 mil mudas, de 40 espécies botânicas diferentes foram produzidas.

Ao todo, a Atlantic Nickel e Mineração Vale Verde renovaram mais de 290 mil hectares dos biomas locais, o que equivale a cerca de 406 campos de futebol. Além disso, os dois ativos produziram mais de 85 mil mudas de 83 espécies da Mata Atlântica e Caatinga.

Programa Mãos Pro Futuro recupera 165 mil toneladas de materiais recicláveis

___ Programa nacional de logística reversa, coordenado pela ABIHPEC, engloba aproximadamente 200 organizações de catadores e atende 14 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU

(Foto: Divulgação)



O Mãos Pro Futuro, programa pioneiro em logística reversa de embalagens pós consumo em geral no Brasil, coordenado pela Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), em parceria com a Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães & Bolos Industrializados (ABIMAPI) e a Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Higiene, Limpeza e Saneantes (ABIPLA), completa 18 anos em 2023, atingindo 31,6% de recuperação de materiais, o equivalente a 165.661 toneladas de materiais recicláveis recuperados e encaminhados à reciclagem apenas no último ano, superando as metas federais e estaduais estabelecidas para 2023 (22% de recuperação).

O relatório consolidado do programa mostrou que, do total recuperado, 41% correspondem a plásticos, 35% a papéis, 16% a vidros, e 8% de metais. Desde sua criação, o programa já encaminhou para reciclagem 1.132.006 toneladas de resíduos, destacando-se como o primeiro sistema de logística reversa a ultrapassar a marca de um milhão de toneladas de materiais reciclados.

Além dos números de reciclagem, o Mãos Pro Futuro envolve diretamente aproximadamente 200 organizações de catadores, reunindo 5.727 profissionais da reciclagem em cerca de 150 municípios. A renda média mensal dos catadores foi de R$1.515,60 em 2023, 14,8% superior ao salário mínimo nacional de R$1.320,00, com 73% desses trabalhadores ganhando acima de R$1.100,00.

"Os resultados de performance do Programa Mãos Pro Futuro em 2023 reafirmam a importância do apoio contínuo e estruturação às cooperativas de catadores, essenciais para a sustentabilidade ambiental e para o crescimento dos índices de reciclagem do país, garantindo, além do compliance regulatório para as empresas aderentes, o impacto ambiental e social em sua operação", afirmou João Carlos Basilio, presidente-executivo da ABIHPEC.

Para a entidade, o modelo estruturante de operação é essencial na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. A reciclagem de grandes volumes de resíduos evita que toneladas de lixo sejam descartadas em aterros, onde a decomposição gera metano, um potente gás de efeito estufa. A reciclagem de plásticos, neste caso, impede que esses materiais se acumulem nos oceanos, preservando ecossistemas aquáticos e prevenindo a poluição marinha.

A iniciativa também se mostra relevante na prevenção a desastres ambientais, como enchentes. Esses eventos, potencializados pelas mudanças climáticas, são causados, em parte, pelo manejo inadequado dos resíduos. Ao promover a reciclagem, a logística reversa ajuda a criar um ambiente mais resiliente a eventos como esses.

Presente em todas as 27 unidades federativas do Brasil, o programa atua em 30 dos 50 municípios mais populosos do país e em 31 cidades do litoral, além de Manaus e Belém. Nas regiões costeiras, 53 organizações parceiras recuperaram 37.195 toneladas de materiais recicláveis em 2023, representando 22,5% do total anual do programa.

Além de ser objeto de reconhecimentos nacionais e internacionais, atualmente, o programa atende 14 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da agenda 2030 da ONU.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

CENTRAL EÓLICA CATANDUBA II S.A.

edp Renewables

CNPJ/ME nº 33.343.327/0001-15

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: a) https://www.diariodenoticias.com.br

Declaração do auditor independente

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 27 de maio de 2024, sem modificações.

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	243	89
Concessionárias	8	33	-
Impostos a compensar	9	2.017	-
Cauções e depósitos vinculados	10	6.378	-
Adiantamento a fornecedores	11	297	282
Derivativos contratados	12	-	1.384
		8.968	**1.755**
Não circulante			
Imobilizado	14	304.874	28.555
Partes relacionadas	13	6	-
		304.880	**28.555**
Total do ativo		**313.848**	**30.310**
	Nota	**31/12/2023**	**31/12/2022**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	15	15.246	2.711
Empréstimos e financiamentos	16	7.620	-
Impostos a pagar	9	1.684	40
Outras contas a pagar	17	49	49
		24.598	**2.800**
Não circulante			
Partes relacionadas	13	132.185	26.316
Empréstimos e financiamentos	16	110.759	-
Derivativos contratados	9	-	234
Outras contas a pagar	17	39	39
		242.983	**26.589**
Total do passivo		**267.581**	**29.389**
Patrimônio Líquido	18		
Capital social		46.949	1
Outros reservas resultados abrangentes		-	1.150
Prejuízos acumulados		(681)	(229)
Total do patrimônio líquido		**46.267**	**921**
Total do passivo e patrimônio líquido		**313.848**	**30.310**

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	19	31	-
Custo do serviço de energia elétrica	20		
Encargos de uso da rede elétrica		(258)	-
		(258)	**-**
Despesas e Receitas	20		
Despesas gerais e administrativas		(196)	(157)
Outras despesas e receitas		(26)	
		(222)	**(157)**
Prejuízo bruto		**(480)**	**(157)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**(449)**	**(157)**
Resultado financeiro	21		
Despesas financeiras		(2)	-
		(2)	**-**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro Tributos		**(451)**	**(157)**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1)	-
Resultado líquido do exercício		**(452)**	**(157)**

Demonstrações do resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Resultado líquido do exercício	(452)	(157)
Contratação de derivativos	-	1.150
Resultado abrangente do exercício	**(452)**	**993**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(451)	(157)
Encargos de dívidas sobre empréstimos	4.219	-
	3.768	**(157)**
Variações em:		
Concessionárias	(33)	-
Impostos a compensar	(2.017)	-
Adiantamento a fornecedores	(16)	-
Fornecedores	12.535	1.805
Impostos a pagar	1.644	40
Outras contas a pagar	-	(622)
Partes relacionadas	(6)	1.250
Alienação do ativo imobilizado	-	623
Caixa proveniente das atividades operacionais	**15.875**	**3.096**
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**15.875**	**2.939**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cauções e depósitos vinculados	(6.378)	-
Adições ao imobilizado e intangível	(276.319)	(3.297)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	**(282.697)**	**(3.297)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	105.869	-
Aumento de capital	46.948	-
Captação de empréstimos e financiamentos	114.159	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**266.977**	**-**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**155**	**(358)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	243	89
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	89	447
	155	**(358)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Outras reservas	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1**	**-**	**(72)**	**(71)**
Outros resultados abrangentes - Derivativo contratado Hedge Accounting	-	1.150	-	1.150
Resultado do exercício	-	-	(157)	(157)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1**	**1.150**	**(229)**	**921**
Aumento de capital social	46.948	-	-	46.948
Outros resultados abrangentes - derivativo contratado Hedge Accounting	-	(1.150)	-	(1.150)
Resultado do exercício	-	-	(452)	(452)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**46.949**	**-**	**(681)**	**46.267**

Diretoria

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho - Diretor Presidente

Alfredo Antônio Tessari Neto - Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica Catanduba II S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Catanduba II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de maio de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

CCJ do Senado adia leitura do relatório da PEC do BC; audiência pública será no dia 18

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado adiou a leitura do relatório da proposta de emenda à Constituição (PEC) de autonomia financeira do Banco Central. O parecer seria lido pelo senador Plínio Valério (PSDB-AM), relator da PEC, ontem, 12. Em vez disso, em acordo com o presidente da CCJ, senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), Valério concordou em adiar em pelo menos uma semana a leitura de seu texto.

A comissão decidiu marcar para a próxima terça-feira, 18, uma audiência pública para discutir o assunto. Depois, na quarta-feira, 19, conforme acordado entre o relator e o presidente da CCJ, haverá um pedido para a leitura do parecer em sessão extraordinária do colegiado.

Logo após a leitura, será feito pedido de vista (manobra regimental para garantir mais tempo para a análise de um projeto). Caso a leitura seja realizada já na próxima quarta, a votação pode acontecer na última semana de junho. Caso contrário, somente em julho será possível votar a PEC.

O relatório de Valério estabelece um limite de gastos para a instituição, com as despesas de pessoal sendo corrigidas pela inflação, compensando, assim, a autonomia que a instituição passaria a ter.

O relator ainda alterou o texto para deixar claro que as prerrogativas de definir as metas de inflação continuam com o Conselho Monetário Nacional (CNM).

Outra mudança foi em relação à reestruturação de carreiras dos servidores do Banco Central.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 62/2024 cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TROCA DE ENCAIXE DE PRÓTESE TRANSTIBIAL CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA PARA PACIENTE ATENDIDO PELO SUS**. O período de envio das propostas será a partir de 14/06/2024 até 01/07/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 01/07/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 14/06/2024. Orlândia, SP, 12 de Junho de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 78/2024 cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS), SERVIÇO DE SAMU E MATERIAL PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PELA FARMÁCIA MUNICIPAL**. O período de envio das propostas será a partir de 14/06/2024 até 27/06/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 27/06/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 14/06/2024. Orlândia, SP, 12 de Junho de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 81/2024 cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE KIT PARA CITOLOGIA EM BASE LÍQUIDA BD SUREPATH.** O período de envio das propostas será a partir de 14/06/2024 até 28/06/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 28/06/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 14/06/2024. Orlândia, SP, 12 de Junho de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 87/2024 cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO VASSOURAS E PÁS PARA FORNECER AOS COLABORADORES DO PROGRAMA "FRENTE DE TRABALHO".** O período de envio das propostas será a partir de 17/06/2024 até 28/06/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 28/06/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 17/06/2024. Orlândia, SP, 12 de Junho de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
William de Oliveira e Silva - Secretário Municipal de Infraestrutura.
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 005/2024 - PROCESSO n° 17.948/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 900052024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM VIAS DO BAIRRO JARDIM BANDEIRANTES E IMEDIAÇÕES, NO MUNICÍPIO DE BOTUCATU/SP, A SER PAGO POR MEIO DO TERMO DE CONVÊNIO N° 100950/2024. DATA INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 13 DE JUNHO 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 22 DE JULHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 11 de Junho de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Marcello Laneza Felício - Secretário Municipal de Saúde
PREGÃO ELETRÔNICO nº 131/2024 PROCESSO n° 15.439/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 1312024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAL IMPRESSO DE USO CONTÍNUO. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 13 DE JUNHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 28 DE JUNHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 13 de Junho de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Marcello Laneza Felício - Secretário Municipal de Saúde
PREGÃO ELETRÔNICO nº 90143/2024 PROCESSO n° 16.522/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 90143/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A ATENDER MANDADOS JUDICIAIS. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 13 DE JUNHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 01 DE JULHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 12 de Junho de 2024

CDP SÃO PAULO - CHÁCARA BELÉM II

AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto nesta Unidade Prisional, situada à Avenida Condessa Elizabeth de Robiano, número 900 - Bairro : Belém - São Paulo Cep: 03074-000, o Pregão Eletrônico CDPBLII Nº 91002/2024, Processo 006.00036919/2024-58, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Gerenciamento de Abastecimento de combustíveis de veículos e outros serviços prestados por postos credenciados para a frota de veículos automotores deste CDP. - A sessão pública será realizada no dia 27/06/2024 às 10h00min. O edital na íntegra será obtido no sítio www.comprasgov.br.

HOSPITAL ESTADUAL "DR. OSWALDO BRANDI FARIA" DE MIRANDÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO 90049/2024 - O Hospital Estadual "Dr. Oswaldo Brandi Faria" de Mirandópolis, por intermédio do seu Diretor Técnico de Saúde II – Ciro Renato El-Kadre, torna público que se acha aberto, nesta unidade, o aviso de licitação 90049/2024 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM – Processo Administrativo SEI n.º 024.00178704/2023-12, para escolha da proposta mais vantajosa para a Aquisição de Insumos Laboratoriais - Soluções. Data da sessão: 27/06/2024. Horário: 13:00. Link: https://www.comprasnet.gov.br. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Maria Cristina Cury Ramos - Secretária Municipal de Cultura
PREGÃO ELETRÔNICO nº 156/2024 - PROCESSO N° 17.148/2024
UASG 986249 - Nº COMPRA 901562024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PERFORMANCES E ARTÍSTICAS. DATA INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 13 DE JUNHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 01 DE JULHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 12 de Junho de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIO MUNICIPAL DE ZELADORIA E SERVIÇOS
Márcio Roberto dos Santos - Secretário Municipal de Zeladoria e Serviços
PREGÃO ELETRÔNICO nº 098/2024 PROCESSO n° 11.852/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 90098/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO FERAMENTAS. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 13 DE JUNHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 28 DE JUNHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 12 de Junho de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 029/24 – Registro de Preços para eventual fornecimento de mobiliários como mesas para escritório, estantes em aço, armários em aço, etc.), destinadas as Unidades Básicas de Saúde, conforme descritivo constante do Anexo I deste Edital, do tipo **MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM** **CADASTRAMENTO e ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS:** Cadastro de Propostas Iniciais: **9 horas do dia 13/06/24 até às 9 horas do dia 27/06/24.** Abertura de Propostas Iniciais**: 27/06/24 às 09h05min.** O edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site: www.novobbmnet.com.br ou solicitado pelo e-mail: pregão@campolimpopaulista.sp.gov.br. Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11) 4039-8358/4039-8376 ou diretamente no Departamento de Compras e Licitações desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

ALYNNE SILVA SOUSA
Secretária Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 0018/2024. Proc. 578/2024

Solicitação de envio de proposta comercial aos interessados em fornecer o objeto: Insulinas para atender pacientes detentores de mandados judiciais – As propostas deverão ser encaminhadas até o dia **20/06/24**, para o e-mail: cotacao@itaquaquecetuba.sp.gov.br – O termo de referência e modelo de proposta comercial, estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico www.itaquaquecetuba.sp.gov.br, (licitações vigentes). Para maiores informações, estão disponíveis os seguintes telefones (0xx11) 4640-1442 e 4642-1531.

Mário Toyama – Secretário Municipal de Administração e Modernização.
Itaquaquecetuba, 12/06/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 0016/2024. Proc. 17142/2023

Solicitação de envio de proposta comercial aos interessados em fornecer o objeto: prestação de serviço de locação de duas impressoras – As propostas deverão ser encaminhadas até o dia 20/06/24, para o e-mail: cotacao@itaquaquecetuba.sp.gov.br – O termo de referência e modelo de proposta comercial, estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico www.itaquaquecetuba.sp.gov.br, (licitações vigentes). Para maiores informações, estão disponíveis os seguintes telefones (0xx11) 4640-1442 e 4642-1531.

Mário Toyama – Secretário Municipal de Administração e Modernização.
Itaquaquecetuba, 12/06/2024.

UASG – PENITENCIARIA "DR. ANTONIO DE SOUZA NETO" DE SOROCABA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90005/2024

Modalidade: Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço – Nº Processo: 006.00178895/2024-11

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Pereciveis. **Total de Itens Licitados: 13** (treze). **Valor Estimativo Total da Licitação:** R$ 623.014,23 (Seiscentos e vinte e três mil quatorze reais e vinte e três centavos). **Disponibilidade do edital:** 13/06/2024. **Horário:** 09h às 17h. **Endereço:** Av Dr. Antônio de Souza Neto 100 Aparecidinha, Sorocaba/SP e Link: https://www.gov.br/pncp. **Entrega das Propostas:** a partir de 13/06/2024 às 9h no site: www.gov.br/compras. **Abertura das Propostas:** 27/06/2024 às 09h no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 102/2024

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO ANUAL DE TOALHA DE PAPEL E PAPEL HIGIÊNICO. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 28/06/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 28/06/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 28/06/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio https://paulinia.obaratec.com.br/ords/paulinia/f?p=839:23 ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 12 de junho de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

REDE MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR

AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta no Departamento de Pregão da Rede Mário Gatti, sito Av. Prefeito Faria Lima, nº 340, Parque Itália, Campinas/SP, fone: (19) 3772-5815 e 3772-5708 a licitação a seguir: **1) Pregão Eletrônico nº 90077/2024** - Prot. nº HMMG.2023.00003176-27 RP de mat. p/ procedimentos renais, prostáticos e vesicais; o acolhimento das propostas dar-se-á às 08h00 do dia 13/06/2024 e o início da sessão dar-se-á às **09h00 do dia 26/06/2024**. Os interessados poderão retirar o Edital a partir do dia 13/06/2024 no site www.hmmg.sp.gov.br/licitacoes ou pelo e-mail: pregao@hmmg.sp.gov.br.

EMMANUEL CARLOS PIERANGELLI - Diretor Administrativo



Entenda o projeto que equipara o aborto a homicídio e como governo tenta amenizá-lo na Câmara

A Câmara dos Deputados pode votaram ontem, 12, requerimento de urgência para projeto de lei que equipara o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio. Em caso de aprovação do projeto, a lei passaria a criminalizar até aquelas que recorrem à interrupção da gravidez após sofrerem estupro.

A pauta contraria a base eleitoral progressista do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e por isso a bancada no PT na Casa se articula numa tentativa de trocar o projeto por uma proposta mais branda.

Atualmente, o aborto é permitido em três situações no Brasil: quando a mulher corre risco de morte e não há outro jeito para salvá-la, em casos de fetos com anencefalia (ausência de cérebro ou de parte dele) e em casos de estupro. Mesmo com a previsão legal, casos em que pessoas recorrem ao direito e enfrentam dificuldades para acessá-lo são recorrentes. Segundo o Código Penal, não há punição para quem realiza o aborto quando a gravidez for resultante da violência sexual, e o procedimento pode ser feito sem restrição de tempo.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA MONTE VERDE SOLAR II S.A.

CNPJ/ME n° 41.813.223/0001-55

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
a) https://www.diariodenoticias.com.br
Declaração do auditor independente
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 4 de junho de 2024, sem modificações.

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	517	103
Concessionárias	8	40	-
Impostos a compensar	9	1.819	1
Adiantamentos a fornecedores	11	82	-
Outros créditos	11	206	-
		2.664	**104**
Não circulante			
Partes relacionadas	10	5.295	1
Imobilizado em andamento	12	192.245	8.210
		197.540	**8.211**
Total do ativo		**200.204**	**8.315**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	30.363	2.343
Impostos a pagar	9	1.491	16
		31.854	**2.359**
Não circulante			
Partes relacionadas	10	123.452	300
Derivativos contratados	14	-	9.657
		123.452	**9.957**
Total do passivo		**155.306**	**12.316**
Patrimônio Líquido	15		
Capital social		45.727	5.699
Prejuízos acumulados		(398)	(43)
Outros reservas resultados abrangentes		(432)	(9.657)
Total do patrimônio líquido		**44.898**	**(4.001)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**200.204**	**8.315**

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	16	39	-
Custo do serviço de energia elétrica	17		
Encargos com uso de rede elétrica		(229)	-
		(229)	**-**
Custo de operação			
Serviços de terceiros e materiais		(27)	(21)
Outros custos de operação		(81)	-
		(108)	**(21)**
Lucro bruto		**(298)**	**(21)**
Despesas operacionais	17		
Despesas gerais e administrativas		(30)	(17)
Outras despesas e receitas		(36)	(2)
		(66)	**(19)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações		**(364)**	**(40)**
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		16	-
Despesas financeiras		(2)	-
		14	**-**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(350)**	**(40)**
Tributos sobre o lucro	19		
Correntes		(5)	-
		(5)	**-**
Resultado líquido do exercício		**(355)**	**(40)**

Demonstrações do resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício		(355)	(40)
Derivativo contratado Hedge Accounting	14	(432)	(9.657)
Resultado abrangente do exercício		**(787)**	**(9.697)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Outras reservas	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)		**1**	**940**	**(3)**	**938**
Aumento de capital social		5.698	-	-	5.698
Derivativo contratado Hedge Accounting	14	-	(10.597)	-	(10.597)
Resultado do exercício		-	-	(40)	(40)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**5.699**	**(9.657)**	**(43)**	**(4.001)**
Aumento de capital social		40.028	-	-	40.028
Derivativo contratado Hedge Accounting	14	-	9.225	-	9.225
Resultado do exercício		-	-	(355)	(355)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**45.727**	**(432)**	**(398)**	**44.897**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(350)	(40)
	(350)	**(40)**
Variações em:		
Concessionárias	(40)	-
Impostos a compensar	(1.818)	-
Adiantamentos a fornecedores	(82)	-
Outros créditos	(206)	-
Partes relacionadas	(5.294)	(1)
Fornecedores	28.020	1.913
Impostos a pagar	1.473	16
Caixa proveniente das atividades operacionais	**21.703**	**1.888**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**21.701**	**1.888**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Derivativos contratados	(432)	-
Adições ao imobilizado	(184.035)	(7.784)
Caixa líquido aplicado (utilizado) nas atividades de investimentos	**(184.467)**	**(7.784)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	40.028	5.698
Adiantamento para futuro aumento de capital	123.152	300
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**163.180**	**5.998**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**414**	**102**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	517	103
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	103	1
	414	102

Diretoria
Luis Fernando Mendonça de Barros Filho - Diretor
Alfredo Antônio Tessari Neto - Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar II S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 4 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5
Adriano Formosinho Correia Contador CRC 1BA029904/O-5

CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA MONTE VERDE SOLAR III S.A.

CNPJ/ME n° 41.813.115/0001-82

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
a) https://www.diariodenoticias.com.br
Declaração do auditor independente
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 4 de junho de 2024, sem modificações.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	397	390
Concessionárias	8	33	-
Impostos a compensar	9	5.349	1
Adiantamentos a fornecedores	11	67	-
Outros créditos	11	206	-
		6.052	**391**
Não circulante			
Partes relacionadas	10	5.111	1
Imobilizado em andamento	12	242.865	15.282
		247.976	**15.283**
Total do ativo		**254.028**	**15.674**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	30.919	1.442
Impostos a pagar	9	1.337	1
		32.256	**1.443**
Não circulante			
Partes relacionadas	10	177.057	8.570
Derivativos contratados	14	-	9.657
		177.057	**18.227**
Total do passivo		**209.313**	**19.670**
Patrimônio Líquido	15		
Capital social		45.727	5.699
Outras reservas resultados abrangentes		(432)	(9.657)
Prejuízos acumulados		(580)	(38)
Total do patrimônio líquido		**44.715**	**(3.996)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**254.028**	**15.674**

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício		(542)	(36)
Derivativo contratado Hedge Accounting	14	(432)	(9.657)
Resultado abrangente do exercício		**(974)**	**(9.693)**

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	16	32	-
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	17		
Encargos com uso de rede elétrica		(229)	-
		(229)	**-**
Custo de operação			
Serviços de terceiros e materiais		(248)	(17)
Outros custos de operação		(62)	-
		(310)	**(17)**
		(539)	**(17)**
Lucro bruto		**(507)**	**(17)**
Despesas e receitas operacionais	17		
Despesas gerais e administrativas		(19)	(19)
Outras despesas e receitas		10	-
		(9)	**(19)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**(516)**	**(36)**
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		15	-
Despesas financeiras		(5)	-
		10	**-**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(506)**	**(36)**
Tributos sobre o lucro			
Correntes	19	(36)	-
		(36)	**-**
Resultado líquido do exercício		**(542)**	**(36)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(506)	(36)
	(506)	**(36)**
Variações em:		
Concessionárias	(33)	-
Impostos a compensar	(5.348)	-
Adiantamento a fornecedores	(67)	-
Outros créditos	(206)	-
Parte relacionadas	(5.110)	(1)
Fornecedores	29.477	1.018
Impostos a pagar	1.301	1
Caixa proveniente das atividades operacionais	**19.508**	**982**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**19.508**	**982**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Derivativos contratados	(432)	-
Adições ao imobilizado	(227.584)	(14.861)
Caixa líquido (utilizado) aplicado nas atividades de investimentos	**(228.016)**	**(14.861)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	40.028	5.698
Adiantamento para futuro aumento de capital	168.487	8.570
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**208.516**	**14.268**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**7**	**390**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	397	390
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	390	-
	7	**390**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Outras reservas	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)		**1**	**940**	**(2)**	**938**
Aumento de capital social		5.698	-	-	5.698
Derivativo contratado *Hedge Accounting*	14	-	(10.597)	-	(10.597)
Resultado do exercício		-	-	(36)	(36)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**5.699**	**(9.657)**	**(38)**	**(3.996)**
Aumento de capital social		40.028	-	-	40.028
Derivativo contratado *Hedge Accounting*	14	-	9.225	-	9.225
Resultado do exercício		-	-	(542)	(542)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**45.727**	**(432)**	**(580)**	**44.715**

Diretoria
Luis Fernando Mendonça de Barros Filho - Diretor
Alfredo Antônio Tessari Neto - Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar III S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 4 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5
Adriano Formosinho Correia Contador CRC 1BA029904/O-5

Ligga vai levar 5G para Região Norte em parceria com provedores locais

A Ligga, uma das vencedoras do último leilão do 5G, vai iniciar sua operação de internet móvel na Região Norte neste ano, por meio de um modelo de negócios inovador, com parcerias. A companhia vai "emprestar" a faixa de 3,5 Ghz arrematada no leilão para os provedores locais de banda larga interessados em oferecer a internet móvel 5G aos clientes da região.

O projeto terá uma empresa atuando como intermediária, responsável pela instalação de torres e antenas, bem como pelo gerenciamento do sinal que será acessado pelos provedores. Essa habilitadora será a ISP Brasil, uma sociedade com empresários e investidores do ramo de telecom.

A ISP Brasil ficará responsável por construir a infraestrutura na região conforme os compromissos regulatórios assumidos pela Ligga ao arrematar a faixa de 3,5 Ghz no leilão de 2022. A Ligga ficará ainda com um percentual da receita dos planos de internet móvel comercializados pelos provedores.

O modelo é considerado inovador porque, pela primeira vez, uma empresa vencedora do leilão de frequências públicas poderá entregar a um terceiro a responsabilidade pela instalação das antenas e a prestação do serviço ao consumidor final - algo que não foi permitido nos leilões anteriores da Anatel.

"Vamos aproveitar a nossa licença de uso da faixa e a infraestrutura dos provedores locais para criar novos serviços", afirmou o vice-presidente da Ligga, Rafael Marquez. "Conseguiremos não só cumprir nossa obrigação regulatória quanto chegar a localidades onde sozinhos teríamos dificuldades de chegar. É muito difícil começar uma operação do zero. E o provedor local também não conseguiria lançar a internet móvel sozinho".

"O edital do último leilão do 5G teve um benefício que mais nenhum trouxe: a possibilidade de cumprir obrigações via terceiros. Foi uma forma de a Anatel fomentar o ecossistema como um todo e permitir parcerias a fim de cumprir a política pública", disse o diretor de Assuntos Institucionais e Regulatórios da Ligga, Vitor Menezes, que foi secretário executivo do Ministério das Comunicações e superintendente da própria Anatel.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

PUBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO

*****AVISO DE LICITAÇÃO*****

Encontram-se abertos no Depto. de Licitações e Contratos, sito na Av. N. Sra. Do Bom Sucesso, nº 144, Bairro Alto do Cardoso:

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS 074/2024 (PMP 7375/2024)
Para "Aquisição de morango e polpa de frutas congeladas para compor o cardápio da alimentação escolar, conforme termo de referência" com recebimento dos envelopes até dia 26/06/2024 às 07h59 e início da sessão às 08h00.

Todos os editais estarão disponíveis no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br (e também https://licitar.digital/ para pregões eletrônicos). Maiores informações no endereço acima das 8h às 17h ou através do tel.: (12) 3644-5600.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO
Estado de São Paulo

Edital de Pregão Eletrônico Prefeitura Municipal de Vinhedo n.º 38/2024 - Processo Administrativo nº 3514/2024 - Endereço Eletrônico: https://licitavinhedo.presconinformatica.com.br - Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Vinhedo, licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para **"REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BATERIAS AUTOMOTIVAS E PNEUS, CONFORME EDITAL E ANEXOS".** O início do recebimento de propostas eletrônicas será do dia 13 de junho de 2024 até o momento anterior ao início da sessão pública. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico https://licitavinhedo.presconinformatica.com.br, dia 26 de junho de 2024 a partir das 09:00 horas. O Edital na íntegra poderá ser obtido no sítio acima mencionado.

UASG – PENITENCIARIA "DR. ANTONIO DE SOUZA NETO" DE SOROCABA
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90007/2024
Modalidade: Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço – Nº Processo: 006.00186968/2024-31
Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios Estocáveis. **Total de Itens Licitados: 35** (trinta e cinco). **Valor Estimativo Total da Licitação:** R$ 649.261,63 (Seiscentos e quarenta e nove mil duzentos e sessenta e um reais e sessenta e três centavos). **Disponibilidade do edital:** 13/06/2024. **Horário:** 09h às 17h. **Endereço:** Av Dr. Antônio de Souza Neto 100 Aparecidinha, Sorocaba/SP e Link: https://www.gov.br/pncp. **Entrega das Propostas:** a partir de 13/06/2024 às 9h no site: www.gov.br/compras. **Abertura das Propostas:** 28/06/2024 às 09h no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

AGROPECUÁRIA SANTA MARIANA LTDA.
CNPJ Nº 51.717.981/0001-23
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Convocamos os sócios da Agropecuária Santa Mariana Ltda, a reunirem-se em Assembleia de Sócios, a realizar-se no dia 25/06/2024, às 15:00 horas, no endereço situado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.1811, 5º andar, conjunto 518, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Ordem do dia: 1. Deliberar sobre a responsabilidade de dívidas e ônus do grupo econômico, que caberá a razão de 1/3 para cada componente da sociedade e do condomínio de acordo com a divisão patrimonial a ser feita; 2. Dar sequência ao processo de cisão parcial; 3. Outros assuntos de interesse geral. A matéria a ser discutida encontra-se à disposição dos sócios para análise no Av. Brigadeiro Faria Lima, n. 1811, 5º andar, cjto. 518, Jardim Paulistano, São Paulo/SP. A Assembleia instalar-se-á em 1ª convocação, com a presença de todos os sócios com direito a voto e em 2ª convocação, 1 (uma) hora após, com qualquer quórum presente na reunião. São Paulo/SP, 10/06/2024. Sylla Burani Junior – Sócio Quotista (12, 13, 14)

UASG – PENITENCIARIA "DR. ANTONIO DE SOUZA NETO" DE SOROCABA
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90008/2024
Modalidade: Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço – Nº Processo: 006.00178895/2024-11
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiro. **Total de Itens Licitados: 12** (doze). **Valor Estimativo Total da Licitação:** R$ 201.653,03 (Duzentos e um mil seiscentos e cinquenta e três reais e três centavos). **Disponibilidade do edital:** 13/06/2024. **Horário:** 09h às 17h. **Endereço:** Av Dr. Antônio de Souza Neto 100 Aparecidinha, Sorocaba/SP e Link: https://www.gov.br/pncp. **Entrega das Propostas:** a partir de 13/06/2024 às 9h no site: www.gov.br/compras. **Abertura das Propostas:** 27/06/2024 às 09h no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA MONTE VERDE SOLAR IV S.A.

CNPJ/ME n° 41.813.090/0001-17

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
a) https://www.diariodenoticias.com.br
Declaração do auditor independente
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 4 de junho de 2024, sem modificações.

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	402	819
Impostos a compensar	8	1.085	1
Adiantamentos a fornecedores	10	7	-
Outros créditos	10	206	-
		1.700	**820**
Não circulante			
Partes relacionadas	9	3.239	1
Imobilizado em andamento	11	185.439	6.500
		188.677	**6.501**
Total do ativo		**190.377**	**7.320**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	31.199	1.663
Empréstimos e financiamentos	13	58.571	-
Impostos a pagar	8	886	1
		90.657	**1.664**
Não circulante			
Partes relacionadas	9	54.047	-
Derivativos contratados	14	513	9.657
		54.560	**9.657**
Total do passivo		**145.216**	**11.321**
Patrimônio Líquido	15		
Capital social		45.727	5.699
Outros resultados abrangentes		(432)	(9.657)
Prejuízos acumulados		(135)	(43)
Total do patrimônio líquido		**45.161**	**(4.001)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**190.377**	**7.320**

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	16		
Encargos com uso de rede elétrica		(229)	-
		(229)	**-**
Custo de operação			
Serviços de terceiros e materiais		(62)	(21)
Outros custos de operação		(29)	-
		(90)	**(21)**
Lucro bruto		**(319)**	**(21)**
Despesas operacionais	16		
Despesas gerais e administrativas		(23)	(19)
		(23)	**(19)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**(342)**	**(40)**
Resultado financeiro	17		
Receitas financeiras		1.148	-
Despesas financeiras		(515)	-
		633	**-**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**291**	**(40)**
Tributos sobre o lucro			
Correntes	18	(383)	-
		(383)	**-**
Resultado líquido do exercício		**(92)**	**(40)**

Demonstrações do resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício		(92)	(40)
Derivativo contratado Hedge Accounting	14	(513)	(9.657)
Resultado abrangente do exercício		**(605)**	**(9.697)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Outras reservas	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)		1	940	(3)	938
Aumento de capital social		5.698	-	-	5.698
Derivativo contratado Hedge Accounting	14	-	(10.597)	-	(10.597)
Resultado do exercício		-	-	(40)	(40)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**5.699**	**(9.657)**	**(43)**	**(4.001)**
Aumento de capital social		40.028	-	-	40.028
Derivativo contratado Hedge Accounting	14	-	9.225	-	9.225
Resultado do exercício		-	-	(92)	(92)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**45.727**	**(432)**	**(135)**	**45.161**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	291	(40)
Encargos de dívidas sobre empréstimos	97	-
	388	**(40)**
Variações em:		
Impostos a compensar	(1.085)	-
Adiantamentos a fornecedores	(7)	-
Outros créditos	(206)	-
Fornecedores	29.537	1.236
Impostos a pagar	502	-
Partes relacionadas	(3.238)	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	**25.892**	**1.196**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**25.892**	**1.196**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Derivativos contratados	81	-
Adições ao imobilizado	(178.938)	(6.074)
Caixa líquido aplicado (utilizado) nas atividades de investimentos	**(178.857)**	**(6.074)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	54.047	-
Aumento de capital	40.028	5.698
Captação de empréstimos e financiamentos	58.474	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**152.549**	**5.698**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(416)**	**820**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	402	819
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	819	1
	(416)	**820**

Diretoria

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho - Diretor
Alfredo Antônio Tessari Neto - Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar IV S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde
Solar IV S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 4 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

Françoise Hardy, lenda da música francesa e ícone pop, morre aos 80 anos

Françoise Hardy, uma lenda da música francesa e ícone pop desde 1960, morreu na terça-feira, 11. Ela tinha 80 anos. Seu filho, o músico Thomas Dutronc, anunciou sua morte nas redes sociais, compartilhando uma foto comovente de si mesmo quando criança com sua mãe. Hardy, que lutava contra o câncer linfático desde 2004, enfrentou sua doença com notável franqueza.

Nascida em 17 de janeiro de 1944, em Paris, a carreira de Hardy começou em 1962, quando gravou seu primeiro single, Tous les garçons et les filles, aos 18 anos, marcando sua ascensão como figura chave no movimento yé-yé, uma resposta francesa ao rock 'n' roll.

Suas letras muitas vezes capturavam a angústia e a saudade da adolescência, ressoando profundamente no público jovem. Seu tom melancólico e introspectivo a diferenciava da música pop mais exuberante de seus pares.

A influência de Hardy estendeu-se muito além da França. Em 2023, ela foi a única artista francesa incluída na lista das 200 maiores cantoras de todos os tempos da revista Rolling Stone. Sua voz etérea e beleza distinta cativaram o público em todo o mundo, ganhando elogios de lendas da música como Mick Jagger, Bob Dylan e David Bowie.

"Eu estava perdidamente apaixonado por ela. Todos os homens do mundo, e várias mulheres, também o eram", disse Bowie certa vez.

Hardy teve uma abordagem única para compor músicas, enfatizando a importância da melodia em seu processo criativo. Falando à Associated Press, em 1996, sobre escrever canções, ela explicou: "Eu sempre coloco a letra na música. É sempre assim. Não escrevo antes e depois procuro música. Primeiro, pego a música e (depois) tento colocar palavras nela." Esse método contribuiu para a qualidade distintiva da sua música, misturando letras poéticas com melodias evocativas.

Hardy também foi celebrada como musa da moda. Com uma estrutura alta e esbelta, traços angulares e cabelos longos e lisos, sua aparência andrógina e elegância discreta fizeram dela uma das favoritas do mundo fashion. Esta estética alinha-se com a moda moderna da década de 1960, enfatizando a simplicidade e um certo charme juvenil. Ela costumava usar designs de André Courrèges, Paco Rabanne e Yves Saint Laurent, em estilos que definiram a época. Sua influência na moda se estendeu por décadas.

CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA MONTE VERDE SOLAR V S.A.

CNPJ/ME n° 41.813.062/0001-08

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
a) https://www.diariodenoticias.com.br
Declaração do auditor independente
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 4 de junho de 2024, sem modificações.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	471	793
Impostos a compensar	8	1.071	1
Adiantamentos a fornecedores	10	6	-
Outros créditos	10	206	-
		1.753	**794**
Não circulante			
Partes relacionadas	9	3.239	1
Imobilizado em andamento	11	184.602	6.520
		187.841	**6.521**
Total do ativo		**189.594**	**7.314**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	32.189	1.657
Empréstimos e financiamentos	13	58.435	-
Impostos a pagar	8	906	1
		91.531	**1.658**
Não circulante			
Partes relacionadas	9	52.617	-
Derivativos contratados	14	789	9.657
		53.406	**9.657**
Total do passivo		**144.937**	**11.315**
Patrimônio Líquido	15		
Capital social		45.727	5.699
Outros resultados abrangentes		(432)	(9.657)
Prejuízos acumulados		(638)	(43)
Total do patrimônio líquido		**44.657**	**(4.001)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**189.594**	**7.314**

Diretoria

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho - Diretor
Alfredo Antônio Tessari Neto - Contador CRC: 1SP176534/O-5

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	16		
Encargos com uso de rede elétrica		(229)	-
		(229)	**-**
Custo de operação			
Serviços de terceiros e materiais		(27)	(22)
Outros custos de operação		(74)	-
		(101)	**(22)**
Lucro bruto		**(330)**	**(22)**
Despesas operacionais	16		
Despesas gerais e administrativas		(17)	(19)
Outros custos de operação		(51)	-
		(68)	**(19)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**(398)**	**(41)**
Resultado financeiro	17		
Receitas financeiras		892	-
Despesas financeiras		(793)	-
		99	**-**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(300)**	**(41)**
Tributos sobre o lucro			
Correntes	18	(296)	-
		(296)	**-**
Resultado líquido do exercício		**(595)**	**(41)**

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício		(595)	(41)
Derivativo contratado *Hedge Accounting*	14	(432)	(9.657)
Resultado abrangente do exercício		**(1.027)**	**(9.698)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(300)	(41)
Encargos de dívidas sobre empréstimos	69	-
	(231)	**(41)**
Variações em:		
Impostos a compensar	(1.070)	-
Adiantamentos a fornecedores	(5)	-
Outros créditos	(206)	(1)
Fornecedores	30.532	1.228
Impostos a pagar	610	1
Partes relacionadas	(3.238)	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	**26.392**	**1.187**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**26.392**	**1.187**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Derivativos contratados	358	-
Adições ao imobilizado	(178.083)	(6.093)
Caixa líquido aplicado (utilizado) nas atividades de investimentos	**(177.725)**	**(6.093)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	52.617	-
Aumento de capital	40.028	5.698
Captação de empréstimos e financiamentos	58.366	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**151.011**	**5.698**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(322)**	**792**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	471	793
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	793	1
	(322)	792

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Outras reservas	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)		1	940	(2)	939
Aumento de capital social		5.698	-	-	5.698
Derivativo contratado *Hedge Accounting*	14	-	(10.597)	-	(10.597)
Resultado do exercício		-	-	(41)	(41)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**5.699**	**(9.657)**	**(43)**	**(4.001)**
Aumento de capital social		40.028	-	-	40.028
Derivativo contratado *Hedge Accounting*	14	-	9.225	-	9.225
Resultado do exercício		-	-	(595)	(595)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**45.727**	**(432)**	**(638)**	**44.657**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar V S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar V S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 4 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

Cooperativa de Trabalhos Multiprofissionais Atuantes nas Áreas de Serviços Administrativos, Financeiros, Manutenção, Conservação, Informática, Administração da Saúde, Higiene e Educação – COOPERFAST - "Em Liquidação".

Edital de Convocação - Assembléia Geral Extraordinária

O Presidente da Cooperativa de Trabalhos Multiprofissionais Atuantes nas áreas de Serviços Administrativos, Financeiros, Manutenção, Conservação, Informática, Administração da Saúde, Higiene e Educação – COOPERFAST "EM LIQUIDAÇÃO", no exercício dos poderes que lhe são conferidos pelos artigos e seguintes da Lei no. 5764/71, *CONVOCA* a todos os associados cooperados para a Assembleia Geral Extraordinária no dia 26/06/2024 em primeira convocação as 9 horas cuja instalação dependerá do quorum de 2/3 (dois terços) dos associados em pleno gozo dos direitos sociais, em segunda convocação as 10 horas, cuja instalação dependerá do quorum mínimo de metade mais um dos associados, em pleno gozo dos direitos sociais e, em terceira e ultima convocação, as 11 horas, cuja instalação dependera do quorum mínimo 1/3 (um terço), à Rua 15 de Novembro, no.77, Vila Godinho, CEP 06622-480, no município de Jandira, estado de SP, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia: **1 -** Prestação de contas do liquidante; e **2 -** Se aprovadas as contas, declaração de encerramento da liquidação e a declaração da extinção da Cooperativa.

Jandira, 12 de junho de 2024.

João Carlos Felício Domingues - Diretor Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
José Gustavo Celestino de Campos - Secretário Municipal de Educação
PREGÃO ELETRÔNICO nº 100/2024 PROCESSO n° 11.900/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 901002024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DESENTUPIMENTO E LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 13 DE JUNHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 28 DE JUNHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

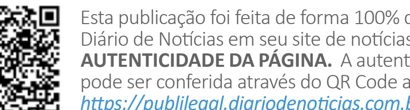
Botucatu, 12 de Junho de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Marcello Laneza Felício - Secretário Municipal de Saúde
PREGÃO ELETRÔNICO nº 142/2024 PROCESSO n° 16.521/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 901422024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRATAMENTO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 13 DE JUNHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 28 DE JUNHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 12 de Junho de 2024



PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

edp Renewables

CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA MONTE VERDE SOLAR VII S.A.

CNPJ/ME n° 41.813.157/0001-13

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: a) https://www.diariodenoticias.com.br

Declaração do auditor independente

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 4 de junho de 2024, sem modificações.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	311	807
Impostos a compensar	8	2.136	1
Adiantamentos a fornecedores	10	108	-
		2.555	**808**
Não circulante			
Partes relacionadas	9	3.239	1
Imobilizado em andamento	11	184.367	6.082
		187.606	**6.083**
Total do ativo		**190.161**	**6.891**
	Nota	**31/12/2023**	**31/12/2022**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	30.487	1.225
Empréstimos e financiamentos	13	58.331	-
Impostos a pagar	8	391	1
		89.209	**1.226**
Não circulante			
Derivativos contratados	14	1.271	9.657
Partes relacionadas	9	42.170	-
		43.441	**9.657**
Total do passivo		**132.650**	**10.883**
Patrimônio Líquido	15		
Capital social		59.699	5.699
Outros resultados abrangentes		(432)	(9.657)
Prejuízos acumulados		(1.756)	(34)
Total do patrimônio líquido		**57.512**	**(3.992)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**190.161**	**6.891**

Diretoria

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho - Diretor
Alfredo Antônio Tessari Neto - Contador CRC: 1SP176534/O-5

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	16		
Encargos com uso de rede elétrica		(229)	-
		(229)	**-**
Custo de operação			
Serviços de terceiros e materiais		(1)	(13)
Outros custos de operação		(49)	-
		(50)	**(13)**
Lucro bruto		**(279)**	**(13)**
Despesas operacionais	16		
Despesas gerais e administrativas		(17)	(19)
Outras despesas		(36)	-
		(53)	**(19)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**(332)**	**(32)**
Resultado financeiro	17		
Receitas financeiras		15	-
Despesas financeiras		(1.401)	-
		(1.386)	**-**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(1.718)**	**(32)**
Tributos sobre o lucro			
Correntes	18	(4)	-
		(4)	**-**
Resultado líquido do exercício		**(1.722)**	**(32)**

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício		(1.722)	(32)
Derivativo contratado *Hedge Accounting*	14	(432)	(9.657)
Resultado abrangente do exercício		**(2.154)**	**(9.689)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.719)	(32)
Encargos de dívidas sobre empréstimos	34	-
	(1.685)	**(32)**
Variações em:		
Parte relacionadas	(3.238)	(1)
Impostos a compensar	(2.135)	-
Adiantamentos a fornecedores	(108)	-
Fornecedores	29.262	808
Impostos a pagar	387	1
Caixa proveniente das atividades operacionais	**24.167**	**808**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**22.483**	**776**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(178.285)	(5.666)
Derivativos contratados	839	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(177.446)**	**(5.666)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	54.000	5.698
Partes relacionadas	42.170	-
Captação de empréstimos e financiamentos	58.297	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**154.467**	**5.698**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(497)**	**808**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	311	807
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	807	1
	(497)	808

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Outras reservas	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)		**1**	**940**	**(2)**	**939**
Aumento de capital social		5.698	-	-	5.698
Derivativo contratado *Hedge Accounting*	14	-	(10.597)	-	(10.597)
Resultado do exercício		-	-	(32)	(32)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**5.699**	**(9.657)**	**(34)**	**(3.992)**
Aumento de capital social		54.000	-	-	54.000
Derivativo contratado *Hedge Accounting*	14	-	9.225	-	9.225
Resultado do exercício		-	-	(1.722)	(1.722)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**59.699**	**(432)**	**(1.756)**	**57.512**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar VII S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar VII S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 4 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

edp Renewables

CENTRAL EÓLICA CATANDUBA I S.A.

CNPJ nº 31.724.960/0001-28

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

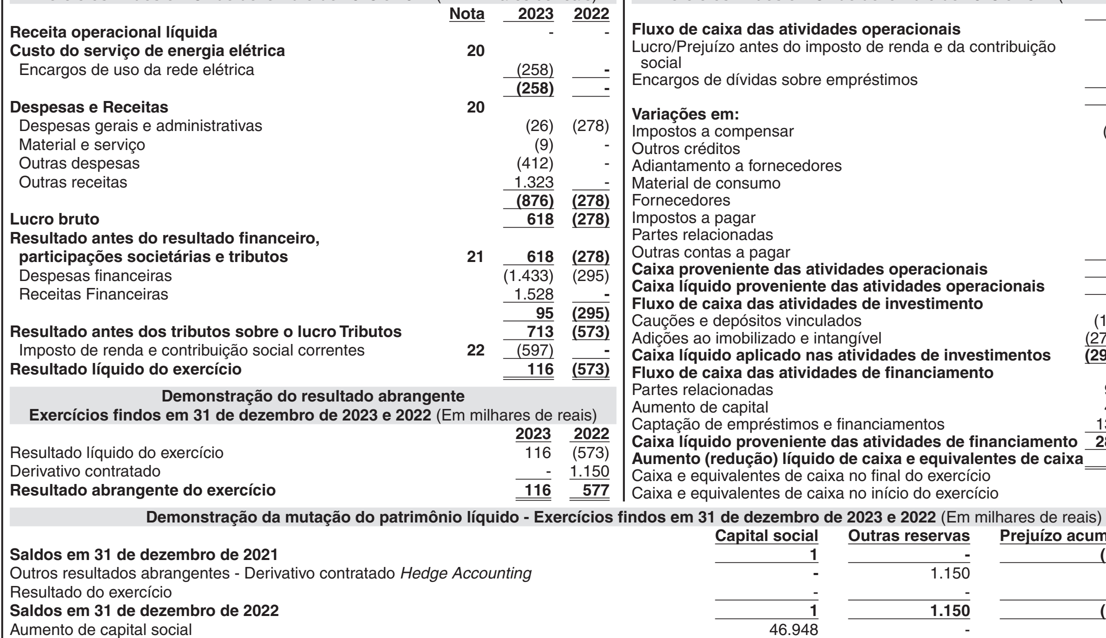
As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: a) https://www.diariodenoticias.com.br

Declaração do auditor independente

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 27 de maio de 2024, sem modificações.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	145	58
Impostos a recompensar	8	2.600	121
Cauções e depósitos vinculados	9	19.323	-
Estoque material de manutenção	10	26	26
Adiantamento a fornecedores	11	282	282
Outros créditos	12	181	-
Derivativos contratados	14	-	1.384
		22.557	**1.871**
Não circulante			
Partes relacionadas	13	719	10
Imobilizado	15	314.127	41.991
		314.847	**42.001**
Total do ativo		**337.404**	**43.872**
	Nota	**31/12/2023**	**31/12/2022**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	16	15.276	11.904
Empréstimos e financiamento	17	8.653	-
Impostos a pagar	8	3.279	460
Outras contas a pagar	18	49	49
		27.256	**12.413**
Não circulante			
Partes relacionadas	13	129.889	31.760
Empréstimos e financiamentos	17	134.879	-
Derivativos contratados	14	-	234
Outras contas a pagar	18	39	39
		264.807	**32.033**
Total do passivo		**292.063**	**44.446**
Patrimônio Líquido	19		
Capital social		46.949	1
Outros reservas resultados abrangentes		-	1.150
Prejuízos acumulados		(1.608)	(1.724)
Total do patrimônio líquido		**45.341**	**(574)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**337.404**	**43.872**



Demonstração de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida		-	-
Custo do serviço de energia elétrica	20		
Encargos de uso da rede elétrica		(258)	-
		(258)	**-**
Despesas e Receitas	20		
Despesas gerais e administrativas		(26)	(278)
Material e serviço		(9)	-
Outras despesas		(412)	-
Outras receitas		1.323	-
		(876)	**(278)**
Lucro bruto		**618**	**(278)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos	21	**618**	**(278)**
Despesas financeiras		(1.433)	(295)
Receitas Financeiras		1.528	-
		95	**(295)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro Tributos		**713**	**(573)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	(597)	-
Resultado líquido do exercício		**116**	**(573)**

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Resultado líquido do exercício	116	(573)
Derivativo contratado	-	1.150
Resultado abrangente do exercício	**116**	**577**

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	713	(573)
Encargos de dívidas sobre empréstimos	4.499	-
	5.212	(573)
Variações em:		
Impostos a compensar	(2.479)	(85)
Outros créditos	(181)	-
Adiantamento a fornecedores	-	-
Material de consumo	-	(26)
Fornecedores	3.372	7.812
Impostos a pagar	2.222	460
Partes relacionadas	(709)	6.210
Outras contas a pagar	-	(622)
Caixa proveniente das atividades operacionais	**7.437**	**13.175**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**7.437**	**13.175**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cauções e depósitos vinculados	(19.323)	-
Adições ao imobilizado e intangível	(272.136)	(13.576)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(291.460)**	**(13.576)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	98.129	-
Aumento de capital	46.948	-
Captação de empréstimos e financiamentos	139.033	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**284.111**	**-**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**86**	**(401)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	145	58
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	58	459

Demonstração da mutação do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Outras reservas	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1**	**-**	**(1.152)**	**(1.151)**
Outros resultados abrangentes - Derivativo contratado *Hedge Accounting*	-	1.150	-	1.150
Resultado do exercício	-	-	(573)	(573)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1**	**1.150**	**(1.725)**	**(574)**
Aumento de capital social	46.948	-	-	46.948
Outros resultados abrangentes - Derivativo contratado *Hedge Accounting*	-	(1.150)	-	(1.150)
Resultado do exercício	-	-	116	116
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**46.949**	**-**	**(1.608)**	**45.341**

Diretoria

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho - Diretor Presidente
Alfredo Antônio Tessari Neto - Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica Catanduba I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Catanduba I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de maio de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

Entenda o projeto que equipara o aborto a homicídio e como governo tenta amenizá-lo na Câmara

A Câmara dos Deputados pode votar ontem, 12, requerimento de urgência para projeto de lei que equipara o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio. Em caso de aprovação do projeto, a lei passaria a criminalizar até aquelas que recorrem à interrupção da gravidez após sofrerem estupro.

A pauta contraria a base eleitoral progressista do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e por isso a bancada no PT na Casa se articula numa tentativa de travar o projeto por uma proposta mais branda.

Atualmente, o aborto é permitido em três situações no Brasil: quando a mulher corre risco de morte e não há outro jeito para salvá-la, em casos de fetos com anencefalia (ausência de cérebro ou de parte dele) e em casos de estupro. Mesmo com a previsão legal, casos em que pessoas recorrem ao direito e enfrentam dificuldades para acessá-lo são recorrentes.

Segundo o Código Penal, não há punição para quem realiza o aborto quando a gravidez for resultante da violência sexual, e o procedimento pode ser feito sem restrição de tempo. Também não são punidos os casos em que realizar o aborto é a única forma de salvar a vida da gestante.

Com exceção desses dois casos, a legislação vigente prevê penas para as gestantes e para os médicos ou outras pessoas que provoquem o aborto. Para as pessoas grávidas, o Código prevê a detenção de um a três anos, enquanto para os terceiros, de um a quatro anos caso provoquem o aborto com o consentimento da gestante, e de três a 10 anos nos casos em que a grávida não tenha consentido.

Na prática, o novo texto propõe que o aborto legal seja criminalizado acima de 22 semanas, em todos os casos previstos. A pena aplicada passaria a ser equivalente a de homicídio simples, de seis a 20 anos de reclusão, inclusive nos casos de estupro. Atualmente, a pena média para estupradores é de 6 a 10 anos.

Tramitação e reação do governo

O projeto foi proposto pelo deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), uma das principais lideranças da Frente Parlamentar Evangélica. Segundo ele e outros 31 deputados que assinam o texto, o fato da lei não prever "limites gestacionais ao aborto" não significa que os legisladores que promulgaram o Código Penal tenham querido "estender a prática até o nono mês de gestação". A maioria dos proponentes são, assim como Sóstenes, homens do PL

A urgência da pauta seria votada na terça-feira, 11, mas foi adiada. Caso os deputados decidam acelerar a tramitação, o projeto poderá pular etapas e ser analisado diretamente no plenário, sem passar antes por comissões temáticas da Câmara.

FUNDAÇÃO HÉLIO AUGUSTO DE SOUZA - FUNDHAS

CNPJ n° 57.522.468/0001-63

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG 926639 - Processo de Compra Digital n° 87/2024 - Edital n° 6/2024 - Pregão Eletrônico n° 90005/2024 - Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada em Prestação de Serviços de Controladoria de Acesso/Portaria, nas Unidades da Fundhas, Cephas, localizadas no Município de São José dos Campos - SP, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra. Início da sessão: 28/06/2024, às 8h, horário de Brasília - DF, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras. O Edital, contendo as condições de participação e informações sobre o processo licitatório, está disponível nos sites www.gov.br/compras e www.fundhas.org.br (link Licitações). SJCampos, 12 de junho de 2024. José Carlos Rodrigues de Moura Junior - Diretor Administrativo-Financeiro no exercício da Diretoria Presidência.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIO MUNICIPAL DE ZELADORIA E SERVIÇOS
Márcio Roberto dos Santos - Secretário Municipal de Zeladoria e Serviços
PREGÃO ELETRÔNICO nº 082/2024 PROCESSO n° 11.266/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 90082/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO FERAMENTAS. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 13 DE JUNHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 26 DE JUNHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 12 de Junho de 2024

INSTITUTO "LAURO DE SOUZA LIMA" - Acha-se aberto no Instituto "Lauro de Souza Lima", em Bauru/SP, o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/24**, processo nº 024.00069739/2024-34, destinado a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL (LASER TERAPEUTICO) PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESSE INSTITUTO**. A abertura da sessão será dia 26/06/2024 as 09:00 horas. no site: compras.Gov.br cujo edital encontra-se disponível.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
William de Oliveira e Silva - Secretário Municipal de Infraestrutura
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 006/2024 - PROCESSO n° 17.949/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 900062024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO , GUIA, SARJETA E CANALETA. DATA INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 13 DE JUNHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 23 DE JULHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 12 de Junho de 2024

INSTITUTO "LAURO DE SOUZA LIMA" - Acha-se aberto no Instituto "Lauro de Souza Lima", em Bauru/SP, o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90030/24**, processo nº 024.00063239/2024-99, destinado a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL (DESFIBRILADOR EXTERNO) PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESSE INSTITUTO**. A abertura da sessão será dia 27/06/2024 as 09:00 horas. no site: compras.Gov.br cujo edital encontra-se disponível.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 09.334.083/0001-20

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: a) https://www.diariodenoticias.com.br Declaração do auditor independente As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 27 de maio de 2024, sem modificações.

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.384.577	75.853	1.515.430	241.642
Títulos a receber	8.1	32.542	1.007.774	29.988	1.007.385
Concessionárias	8	-	-	84.438	59.941
Partes relacionadas	11	-	-	-	-
Impostos a compensar	9	9.811	6.301	48.260	35.556
Dividendos a receber	15.1.1	22.888	14.832	-	-
Estoques		890	890	13.107	10.872
Cauções e depósitos vinculados	12	-	-	187.566	149.201
Adiantamento a fornecedores	13	10.180	5.058	11.873	22.357
Despesas pagas antecipadamente		456	376	1.809	1.122
Derivativos contratados	24	31.155	51.842	139	3.363
Outros créditos	14	310	290	2.736	11.979
		1.492.809	1.163.216	1.895.346	1.543.418
Não Circulante					
Concessionárias	8	-	-	24	24
Títulos a receber	8.1	-	2.168	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.1	3.694	6.614	54.831	32.092
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	11	1.274.301	1.850.602	-	-
Cauções e depósitos vinculados	12	-	-	84.531	38.826
Despesas pagas antecipadamente		-	-	5.182	5.903
Derivativos contratados	24	944	273	944	-
Partes relacionadas	11	397.561	262.931	-	-
Outros créditos	14	1.299	-	-	-
Investimentos	15	2.087.497	1.304.243	-	-
Imobilizado	16	333.966	321.514	6.686.323	5.246.912
Intangível	17	1.355	951	12.503	12.242
		4.100.617	3.749.296	6.844.338	5.335.999
Total do ativo		**5.593.426**	**4.912.512**	**8.739.684**	**6.879.417**

Passivo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores	18	97.997	271.427	514.558	211.562
Impostos a pagar	9	37.046	77.383	108.892	135.588
Dividendos a pagar	11	353.228	173.391	367.260	187.087
Empréstimos e financiamentos	19.1	6.870	2.487	512.714	69.280
Obrigações estimadas com pessoal	21	10.201	7.630	10.201	7.630
Derivativos contratados	24	43.210	55.139	45.846	61.289
Provisões	23	21.311	-	21.311	-
Outras contas a pagar	22	4.359	7.512	71.147	47.939
		574.222	594.970	1.651.929	720.375
Não Circulante					
Fornecedores	18	94.286	16.891	94.286	16.891
Impostos e contribuições sociais		-	-	-	21
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.1	-	-	33.919	17.723
Empréstimos e financiamentos	19	440.456	479.338	1.963.983	1.836.241
Provisões	23	-	-	24.739	15.130
Derivativos contratados	24	36.904	9.125	60.469	9.125
Outras contas a pagar	22	22.343	26.064	144.782	135.490
		593.989	531.418	2.322.178	2.030.621
Patrimônio líquido					
Capital social	25.1	3.863.402	3.139.372	3.863.402	3.139.372
Reservas de lucros		577.767	658.997	590.203	672.459
Outros resultados abrangentes		(15.953)	(12.244)	(49.151)	(51.582)
		4.425.216	3.786.124	4.404.454	3.760.249
Participações não controladores		-	-	361.121	368.171
Total do patrimônio líquido e participações dos acionistas não controladores		4.425.216	3.786.124	4.765.575	4.128.421
Total do passivo e patrimônio líquido		**5.593.426**	**4.912.512**	**8.739.684**	**6.879.417**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	Outros resultados abrangentes	Ajustes de consolidação	Não controladores	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022	2.123.248	24.626	350.182	-	8.574	2.506.631	-	11.305	370.347	2.888.283
Aumento de capital	1.020.000	-	-	-	-	1.020.000	-	-	-	1.020.000
Custo de captação aumento capital	(3.876)	-	-	-	-	(3.876)	-	-	-	(3.876)
Ajuste de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	(265)	-	(265)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	488.177	-	488.177	-	3.257	32.176	523.610
Constituição de reserva legal	-	24.409	-	(24.409)	-	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	115.942	(115.942)	-	-	-	-	-	-
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	-	-	(203.989)	-	(203.989)	-	(834)	-	(204.823)
Reserva de retenção de lucros	-	-	143.837	(143.837)	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(20.818)	(20.818)	(39.338)	-	-	(60.156)
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(34.352)	(34.352)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.139.373	49.035	609.961	-	(12.244)	3.786.124	(39.338)	13.463	368.171	4.128.421
Aumento de capital	726.791	-	-	-	-	726.791	-	-	-	726.791
Custo de captação aumento capital	(2.762)	-	-	-	-	(2.762)	-	-	-	(2.762)
Ajuste de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	(1.052)	-	(1.052)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	311.844	-	311.844	-	-	33.465	345.309
Constituição de reserva legal	-	2.268	-	(2.268)	-	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	(115.942)	(10.772)	-	(126.714)	-	-	-	(126.714)
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	-	-	(266.485)	-	(266.485)	-	-	-	(266.485)
Reserva de retenção de lucros	-	-	32.317	(32.317)	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(3.709)	(3.709)	6.140	153	-	2.584
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(40.515)	(40.515)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.863.402	51.303	526.336	-	(15.953)	4.425.088	(33.198)	12.564	361.121	4.765.577

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	26	8.653	2.242	778.554	575.696
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda		-	-	(3.337)	(8.771)
Encargos de uso da rede elétrica		-	-	(83.486)	(83.830)
	27	-	-	(86.823)	(92.601)
Custo de operação					
Materiais e serviços de terceiros		-	-	(147.857)	(140.928)
Pessoal e Administradores				(29.858)	(29.800)
Depreciações e amortizações		-	-	(157.110)	(90.998)
Impairment			-	-	(1.870)
Outros custos de operação		-	-	(31.014)	(10.813)
	27	-	-	(365.839)	(274.411)
		-	-	(452.662)	(367.012)
Lucro bruto		8.653	2.242	326.412	208.684
Despesas e receitas					
Despesas gerais e administrativas	27	(45.681)	(42.865)	(22.144)	(23.566)
Depreciações e amortizações	27	(4.872)	(4.673)	(4.872)	(4.673)
Impairment	27	-	(3.717)	-	(3.717)
Outras despesas e receitas	27	(15.170)	637.775	1.550	46.273
		(65.693)	586.520	(25.466)	14.317
Resultado antes do resultado financeiro, tributos e participações societárias		(57.040)	588.762	300.426	(223.001)
Resultado das participações societárias	15.1	139.915	50.631	-	-
Receitas financeiras		216.275	233.899	256.743	215.732
Despesas financeiras		(274.853)	(309.431)	(436.215)	(387.233)
Resultado financeiro	28	(58.578)	(24.901)	(179.472)	(171.500)
Outras receitas					
Lucro do período proveniente de operação descontinuada	1	324.047	-	324.047	602.591
		324.047	-	324.047	602.591
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		348.344	563.861	445.002	654.095
Imposto de renda e contribuição social correntes	29	(36.402)	(75.687)	(102.047)	(128.290)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(98)	3	1.302	(2.196)
		(36.500)	(75.684)	(100.745)	(130.486)
Resultado líquido do exercício		311.844	488.177	344.257	523.609
Atribuível aos acionistas da controladora			488.177		497.919
Atribuível a participações de não controladores			-		-
Resultado por ação atribuível aos acionistas					
Resultado básico e diluído por ação (Reais / ação)	27		0,1135		0,1135

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	348.345	563.861	445.001	654.095
Depreciações e amortizações	4.872	4.673	133.816	113.254
Impairment	-	3.717	-	1.847
Baixa de ativo imobilizado	670.617	(591.502)	-	(602.591)
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(6.622)	18.718	123.688	194.486
Variação monetária dívida	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	(139.915)	(50.637)	-	-
Outros	21.311	-	-	-
Juros provisão desmantelamento	-	-	2.432	2.094
Ajuste a valor presente de arrendamentos - IFRS 16	-	859	10.512	7.299
Ajuste contrato suprimento de energia pela energia gerada	-	-	46.142	35.704
	898.608	(50.311)	1.432.208	406.188
Variações em:				
Concessionárias	-	-	(70.639)	7.179
Títulos a receber	979.864	(1.665)	977.397	(2.212)
Imposto a compensar	(590)	(57)	(35.443)	(8.692)
Dividendos recebidos	42.654	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	(22)	158	34	(187)
Adiantamentos a fornecedores	(5.122)	(1.678)	10.484	2.094
Outros ativos operacionais	-	(178)	(2.235)	(6.194)
Outros créditos	(80)	-	9.242	463
Fornecedores	(96.035)	65.861	380.391	(39.014)
Impostos e contribuições sociais	(37.482)	(12.481)	(20.659)	(29.212)
Derivativo contratado	29.603	47.739	40.765	68.004
Dividendo a receber	-	57.778		
Partes relacionadas	(135.837)	9.497		
Outros passivos operacionais	(4.177)	(827)	53.045	19.437
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	1.671.384	113.836	2.774.590	417.835
Juros pagos	(27.671)	(53.160)	(69.097)	(147.804)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(79.328)	-	(130.580)	(11.038)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	1.564.385	60.676	2.574.914	258.993
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adiantamento para futuro aumento de capital efetuado	573.061	(549.918)	-	-
Aumento de capital em investidas	(1.364.666)	(231.882)	-	-
Venda de Investimento	-		-	(1.280.603)
Aquisiçao de investimento	-	(38.624)	-	-
Cauções e depósitos vinculados	-	-	(84.070)	22.500
Adições ao Imobilizado e Intangível	(24.385)	(211.233)	(1.663.312)	(610.585)
Alienação de bens e direitos	6.657	-	89.824	936
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimento	(809.333)	(1.031.657)	(2.328.175)	(1.867.754)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	724.030	1.016.124	724.034	1.016.124
Dividendos pagos	(173.390)	(30.598)	(213.569)	(52.353)
Captação de empréstimos e financiamentos	(206)	-	663.948	598.464
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-	-	(147.363)	(67.316)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos	550.432	985.526	1.027.050	1.494.919
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.308.724	14.545	1.273.788	(113.842)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.384.577	75.853	1.515.430	241.642
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	75.853	61.308	241.642	355.483
	1.308.724	14.545	1.273.788	(113.842)

Demonstrações do resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Resultado líquido do exercício	311.844	488.177	344.257	523.609
Outros resultados abrangentes	(3.709)	(12.244)	(45.987)	(51.582)
Resultado abrangente do exercício	308.135	475.933	298.270	472.027

Diretoria

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho - Diretor

Alfredo Antonio Tessari Neto - Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

EDP Renováveis Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da EDP Renováveis Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de maio de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia **Contador** CRC 1BA029904/O-5

TCU aprova contas do governo Lula em 2023, mas aponta distorções de R$ 20 bi

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou com ressalvas, ontem, 12, as contas de 2023 do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O relator foi o ministro Vital do Rêgo.

As ressalvas se devem a distorções de R$ 20 bilhões encontradas pelos técnicos do tribunal. Além disso, a auditoria apurou R$ 114,6 bilhões em limitações de escopo no ativo total. Isso acabou por impactar as demonstrações contábeis da União, segundo o tribunal.

O exame das contas do Presidente da República é realizado anualmente pelo TCU. Geralmente, as contas são aprovadas com ressalvas, como ocorreu neste ano.

A última vez que o tribunal recomendou a reprovação ocorreu em 2016 - referente ao exercício de 2015 -, durante a gestão de Dilma Rousseff (PT).

Na ocasião, a decisão se baseou em 10 irregularidades identificadas pelo TCU, incluindo o atraso nos repasses aos bancos públicos, o que ficou conhecido como "pedaladas fiscais"

A sessão desta quarta-feira contou com as presenças do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e do 1º vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo, filho do ministro do TCU que relatou o processo.

Em seu voto, o ministro Vital do Rêgo apontou para a sobrecarga da Previdência no orçamento da União, destacando o elevando custo dos militares. "Nenhum dos sistemas previdenciários tem sido capaz de prover a cobertura dos respectivos benefícios, mas desponta, nesse aspecto, o Sistema de Proteção dos Militares, cuja relação entre receitas e despesas, em 2023, foi de apenas 15%, tendo arrecadado R$ 9 bilhões em contraponto a uma despesa de R$ 59 bilhões. No caso do RPPS, a relação de cobertura foi próxima de 42%", assinalou.

Mais incisivo ainda contra o privilégios das Forças Armadas, o ministro Walton Alencar criticou, em seu voto, a pensão vitalícia para filhas solteiras e a pensão por "morte ficta", pago aos familiares do militar expulso da corporação. "Ou seja, comete um crime e institui a pensão para os familiares", disparou o Alencar.

No relatório, Vital do Rêgo também alertou sobre a multiplicação dos benefícios fiscais no País. Em 2023, foram instituídas outras 32 desonerações tributárias, com impacto de R$ 68 bilhões na arrecadação no União.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Acham-se abertos os seguintes certames licitatórios na Prefeitura do Município de Bragança Paulista:

PREGÃO ELETRÔNICO N. º 021/2024 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PAPEL SULFITE, PARA ATENDER ÀS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA. DATA DE ABERTURA: 28 de junho de 2024 – às 09:30h.

PREGÃO ELETRÔNICO N. º 022/2024 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS (CARNES E SEUS DERIVADOS), PARA ATENDER À DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. DATA DE ABERTURA: 01 de julho de 2024 – às 09:30h.

Os editais e seus anexos estarão disponíveis no site www.braganca.sp.gov.br, e na plataforma www.novobbmnet.com.br, podendo o interessado retirar também no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00, devendo apresentar mídia para específica para gravação (CD-DVD ou PENDRIVE). Bragança Paulista, 12 de junho de 2024. STEFANIA PENTEADO CORRADINI RELA - Secretária Municipal de Administração em Exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Acham-se abertos na Prefeitura do Município de Bragança Paulista os seguintes certames licitatórios: PREGÃO ELETRÔNICO N° 019/2024 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA A ARBITRAGEM E EQUIPE DE APOIO DO 66º JOGOS REGIONAIS DE BRAGANÇA PAULISTA - DATA DA ABERTURA: 28.06.2024 AS 09:30 HORAS. PREGÃO ELETRÔNICO N° 018/2024 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE ARQUIBANCADA PARA AS COMPETIÇÕES DO 66º JOGOS REGIONAIS DE BRAGANÇA PAULISTA - DATA DA ABERTURA: 28.06.2024 AS 14:30 HORAS. PREGÃO ELETRÔNICO N° 020/2024 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DURANTE O 66º JOGOS REGIONAIS DE BRAGANÇA PAULISTA - DATA DA ABERTURA: 01.07.2024 AS 09:30 HORAS. Os editais estarão disponíveis no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00, no site www.braganca.sp.gov.br, e na plataforma www.novobbmnet.com.br. Bragança Paulista, 12 de junho de 2024. STEFANIA PENTEADO CORRADINI RELA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO em exercício.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 030/24 – Contratação de empresa especializada para fornecimento 05 (cinco) veículos zero quilômetro, através das emendas parlamentares nº 14018.974000/1200-07, 14018.974000/1220-01 e 14018.974000/1230-09 conforme descritivo constante do Anexo I deste Edital, do tipo **MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM** **CADASTRAMENTO e ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS:** Cadastro de Propostas Iniciais: **9 horas do dia 14/06/24 até às 9 horas do dia 26/06/24.** Abertura de Propostas Iniciais**: 26/06/24 às 09h05min.** O edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site: www.novobbmnet.com.br ou solicitado pelo e-mail: pregão@campolimpopaulista.sp.gov.br. Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11) 4039-8358/4039-8376 ou diretamente no Departamento de Compras e Licitações desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

ALYNNE SILVA SOUSA
Secretária Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade **Pregão Eletrônico n° 31/2024 -** Tipo de Licitação "Menor Valor Unitário"
Processo Administrativo nº 1194/2024 - Edital de Licitação n° 35/2024

OBJETO: *Compra de equipamentos audiovisuais para a formação de um cinema itinerante, que pertencerá ao Espaço Cultural Casa Guariento, localizado na Rua 5, nº 195, bairro Centro, na cidade de Itirapina-SP. A Prefeitura Municipal de Itirapina torna pública e a quem possa interessar que, será realizado a abertura da sessão pública em referência:*

- *Local:* https://bll.org.br//.
- *Início de envio da Proposta:* **17 de junho de 2024**.
- *Recebimento de Propostas até:* **28 de junho de 2024** – Horas: **08h 30min.**
- *Início dos lances:* **28 de junho de 2024** – Horas: **09h00min.**

Os interessados poderão examinar gratuitamente e adquirir o presente Edital:
1) No site municipal: www.itirapina.sp.gov.br; Na página eletrônica do BLL – Licitações Públicas: https://bll.org.br//; Requisitar nos e-mails: compras1@itirapina.sp.gov.br licitacao@itirapina.sp.gov.br, licitacao5@itirapina.sp.gov.br e licitacao6@itirapina.sp.gov.br.

Itirapina, 12 de junho de 2024.
FLÁVIO SIQUEIRA FAGUNDES - Secretário Municipal da Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 0017/2024. Proc. 172/2024

Solicitação de envio de proposta comercial aos interessados em fornecer os objetos: Mobília (mesa de escritório, mesa reunião, mesa para escritório em "L", mesa refeitório com 08 lugares, cadeira fixa com quatro pés fixos, cadeira giratória espaldar médio, cadeira giratória espaldar alto, longarina com quatro lugares, gaveteiro volante três gavetas MDP e sofá com três lugares.)– As propostas deverão ser encaminhadas até o dia **20/06/24**, para o e-mail: cotacao@itaquaquecetuba.sp.gov.br – O termo de referência e modelo de proposta comercial, estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico www.itaquaquecetuba.sp.gov.br, (licitações vigentes). Para maiores informações, estão disponíveis os seguintes telefones (0xx11) 4640-1442 e 4642-1531.

Mário Toyama – Secretário Municipal de Administração e Modernização.
Itaquaquecetuba, 12/06/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

ABERTURA DE LICITAÇÕES

A Prefeitura Municipal de Taubaté informa que se acham abertas as licitações abaixo, junto ao respectivo Departamento de Compras. Maiores informações pelo telefone (0xx12) 3625.5010, ou à Avenida Tiradentes nº520 - Centro, Taubaté/SP CEP 12030-180, mesma localidade, das 08hs às 12hs e das 13hs às 17hs. Os editais também estarão disponíveis sem custos, pelo site desta Municipalidade, www.taubate.sp.gov.br, e pela plataforma eletrônica do ComprasBR www.comprasbr.com.br. **Pregão eletrônico Nº 156/24**, que cuida da aquisição de Playground Adaptado e Academia ao Ar Livre, com encerramento dia **27.06.24 às 08h30**. **Pregão eletrônico Nº 175/24**, que cuida da aquisição de ração e feno para equinos, com encerramento dia **27.06.24 às 08h30**. **Pregão eletrônico Nº 143/24**, que cuida do registro de preços para eventual confecção e fornecimento de medalhas, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez por igual período, com encerramento dia **27.06.24 às 13h30**. **Pregão eletrônico Nº 177/24**, que cuida do registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, com motorista/operador, para uso da Prefeitura Municipal de Taubaté, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez por igual período, com encerramento dia **28.06.24 às 08h30**. **Pregão eletrônico Nº 179/24**, que cuida do registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recondicionamento de radiadores, incluindo em sua composição mão de obra, bem como fornecimento de todos materiais necessários para a execução dos serviços, para veículos leves e pesados (caminhão, caminhonete, ônibus, micro-ônibus, van) pertencentes a frota da Prefeitura Municipal de Taubaté, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez por igual período, com encerramento dia **28.06.24 às 08h30**. **Pregão eletrônico Nº 187/24**, que cuida do registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de estruturas para eventos, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez por igual período, com encerramento dia **28.06.24 às 08h30**. **Pregão eletrônico Nº 120/24**, que cuida da contratação de empresa especializada em prestação de serviços de aplicação de tratamento antichamas de carpete para o Teatro Metrópole, com encerramento dia **28.06.24 às 13h30**. **Pregão eletrônico Nº 178/24**, que cuida do registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Caixa de Direção e Bomba de Direção em Veículos Leves, Vans, Caminhões, Ônibus, Micro-ônibus e Picapes, pertencentes a Frota Patrimonial da Prefeitura Municipal de Taubaté, incluindo em sua composição todas as peças, materiais e componentes necessários para a realização dos serviços, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez por igual período, com encerramento dia **28.06.24 às 13h30**. PMT, aos 12.06.2024. JOSÉ ANTONIO SAUD JÚNIOR - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Pregão Eletrônico nº 103/2024

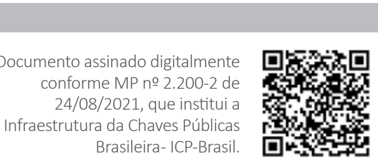
Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada ou consórcio de empresas para prestação de serviços de readequação e manutenção dos passeios públicos do Município de Paulínia. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 28/06/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 28/06/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 28/06/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio https://paulinia.obaratec.com.br/ords/paulinia/f?p=839:23 ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 12 de junho de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E PROMOÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA
Geraldo Pupo da Silva - Secretário Municipal de Esportes e Promoção de Qualidade de Vida
PREGÃO ELETRÔNICO nº 148/2024 - PROCESSO n° 17.036/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 901482024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE AREIA FINA BRANCA LAVADA. DATA INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 13 DE JUNHO 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 26 DE JUNHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 11 de Junho de 2024



Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CONTEXTO JURÍDICO

EDIÇÃO NACIONAL

STF determina que governo de SP cumpra compromissos sobre câmeras na PM e siga regras do Ministério da Justiça

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, determinou que o governo de São Paulo mantenha o compromisso firmado com a Corte de implementar o uso de câmeras em operações policiais e cumpra as regras estabelecidas na Portaria 648/2024 do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Conforme decisão do ministro Barroso no âmbito da Suspensão de Liminar (SL) 1696, o governo paulista deverá informar ao STF cada etapa do processo licitatório para a aquisição dos equipamentos. Deverá também apresentar relatório após seis meses do início da execução do contrato, com "avaliação sobre a efetividade das novas câmeras contratadas e do software desenvolvido para gravação das situações". Para o ministro, o prosseguimento do processo licitatório deve seguir as diretrizes do Ministério da Justiça, de acordo com as quais o acionamento das câmeras pode ser feito de modo automático, com gravação ininterrupta, ou configurado para "responder a determinadas ações, eventos, sinais específicos ou geolocalização". Deve observar também os critérios de armazenamento do material captado pelas câmeras corporais durante as operações.

Ainda por determinação do ministro, o Núcleo de Processos Estruturais Complexos (Nupec/STF) deverá acompanhar o cumprimento das determinações feitas pelo STF, uma vez que está à frente das negociações.

Relator revê decisão e libera venda de bens da Viação Itapemirim

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Humberto Martins reconsiderou decisão proferida em março do ano passado e autorizou o prosseguimento de três leilões para venda de bens da Viação Itapemirim, atualmente em processo de falência. Como o prosseguimento dos leilões, poderão ser homologados os lances já ofertados e efetivada a venda do patrimônio da empresa.

A suspensão dos leilões havia sido requerida pelo empresário Sidnei Piva - que controlava a Itapemirim - e pela empresa Piva Consulting Ltda. No pedido, as partes alegaram haver provas de condições econômico-financeiras para uma futura retomada das atividades da Viação Itapemirim. Ao acolher o pedido, o ministro Humberto Martins considerou que, diante da possibilidade de retomada das operações de transporte de passageiros pela Itapemirim, seria justificável maior cautela na venda do patrimônio da empresa.

Dívidas superam R$ 2 bilhões, e TJSP não vê chance de retomada - Contudo, em análise de agravo interno apresentado pela própria Itapemirim, Humberto Martins apontou que, segundo o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), a falência se tornou inevitável, tendo em vista que a empresa descumpriu o plano de recuperação judicial e acumula, neste momento, mais de R$ 2,3 bilhões em débitos tributários e cerca de R$ 100 milhões em outras dívidas.

OAB não pode atuar como assistente de defesa de advogado acusado de crimes no exercício da profissão

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por maioria, decidiu que a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Rondônia (OAB/RO) não pode intervir como assistente de defesa na ação penal em que um advogado é acusado de cometer crimes no exercício da função. Com base nesse entendimento, o colegiado negou provimento ao recurso em mandado de segurança com o qual a OAB/ RO buscava anular um acórdão do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO). Nessa decisão, a corte local indeferiu a participação da entidade como assistente de defesa na ação penal que apura se um advogado praticou os delitos de coação e extorsão durante um processo (artigos 344, 158 e 69 do Código Penal). Ao STJ, a OAB/ RO alegou que tem legitimidade para intervir a fim de garantir o respeito aos direitos e às prerrogativas da profissão. Dessa forma, solicitou sua admissão no processo, com a possibilidade de se manifestar ao fim da instrução criminal.

Única intervenção de terceiros admitida pelo CPP é a do assistente de acusação - O ministro Joel Ilan Paciornik, cujo voto prevaleceu no julgamento, comentou que o Código de Processo Civil (CPC) traz algumas modalidades de intervenção de terceiros: assistência simples, assistência litisconsorcial, denunciação da lide, chamamento ao processo, incidente de desconsideração da personalidade jurídica e participação do amicus curiae.

STJ decide que credor pode usar e-mail para cumprir exigência de notificação do devedor fiduciante

Para a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), se o credor fiduciário apresentar prova de recebimento do e-mail encaminhado ao endereço eletrônico fornecido no contrato de alienação fiduciária, estará cumprida a exigência legal de notificação extrajudicial para o ajuizamento da ação de busca e apreensão do bem financiado, pois tais requisitos são os mesmos da carta registrada com aviso de recebimento.

Segundo o ministro Antonio Carlos Ferreira, relator do recurso em julgamento, "não é razoável exigir, a cada inovação tecnológica que facilite a comunicação e as notificações para fins empresariais, a necessidade de uma regulamentação normativa no Brasil para sua utilização como prova judicial, sob pena de subutilização da tecnologia desenvolvida".

No caso em discussão, o banco ajuizou ação de busca e apreensão de automóvel contra o devedor, pois este deixou de pagar as parcelas do financiamento, o que acarretou o vencimento antecipado das obrigações.

Após o juízo de primeiro grau julgar o processo extinto, sem resolução do mérito, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) negou provimento à apelação, por entender que a notificação feita por e-mail não está em consonância com o disposto no parágrafo 2º do artigo 2º do Decreto-Lei 911/1969, não sendo válida para a constituição do devedor em mora. A corte local afirmou ainda que não era possível ter certeza quanto ao recebimento da mensagem.

STF encerra audiência pública com diversidade de visões sobre as ferramentas de monitoramento

O Supremo Tribunal Federal (STF) ouviu na manhã de terça (11) mais quinze especialistas sobre os usos e os limites de ferramentas de monitoramento secreto de aparelhos de comunicação pessoal, objeto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1143, apresentada pela Procuradoria-Geral da República.

Este foi o último dia da audiência pública, convocada pelo ministro Cristiano Zanin, visando coletar informações qualificadas para subsidiar o julgamento da questão pela Corte, que vai analisar se há violação de preceitos fundamentais no uso dessas ferramentas e, em caso positivo, decidir como superar esse cenário.

Uma parte da discussão se concentrou nos limites constitucionais e legais protetivos das comunicações pessoais e, por outro lado, nas hipóteses relativas às normas penais que admitem exceções a essas regras. Uma outra abordou as diferenças entre as atividades de inteligência e de investigação criminal, bem como as ameaças geradas pela não distinção desses limites.

Autorização judicial - O primeiro representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Victor Epitácio Cravo Teixeira, observou que o sigilo das comunicações pessoais conta com proteção constitucional, o qual somente pode ser quebrado para fins de investigação criminal e em instrução processual penal, mediante autorização judicial, conforme dispõe a lei de interceptação de comunicações telefônicas.

O representante da Polícia Federal, Rodrigo Morais Fernandes, defendeu que ferramentas de monitoramento são necessárias para a atividade policial e de investigação, como ocorre em todas as polícias do mundo, mas que esse uso não se confunde com ações de inteligência.

A segunda representante do MJSP e secretaria de Direito Digital, Lilian Cinta de Melo, observou que "os novos meios ocultos" de investigação criminal em ambiente digital trazem desafios relevantes ao direito constitucional e ao direito processual penal. Destacou que a atividade de inteligência não se confunde com práticas de vigilantismo e espionagem.

Riscos cibernéticos - O defensor público-geral federal, Leonardo Magalhães, ressaltou a importância de se debater as consequências que o uso dos aplicativos de invasão e monitoramento digital podem causar à sociedade, especialmente no que se refere ao direito à privacidade e à intimidade. Citou como exemplo de ameaça software desenvolvido por empresa israelense, que, segundo ele, se tornou símbolo de espionagem estatal. Na linha da segurança cibernética, o representante da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Gustavo Santana Borges, informou que o órgão regulador conta com poder legal para editar dispositivos e regulamentos que visem garantir segurança cibernética e evitar a quebra do fluxo de comunicações na camada da infraestrutura.

(Foto: STF)



Informações coletadas vão subsidiar a análise do relator, ministro Cristiano Zanin, dos pedidos feitos na ADPF 1143.

Ação contra proibição das "saidinhas" de presos será julgada diretamente pelo plenário do STF

(Foto: EBC)



Ministro Edson Fachin, relator da ação que questiona a proibição, também solicitou informações às autoridades envolvidas.

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), submeteu diretamente ao Plenário o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7663, em que a Associação Nacional da Advocacia Criminal (Anacrim) questiona a Lei 14.843/2024, que alterou a Lei de Execução Penal (LEP) para proibir as saídas temporárias de presos, popularmente chamadas de "saidinhas". A providência está prevista na Lei das ADIs (Lei 9.868/1999), que autoriza o julgamento da ação diretamente no mérito, sem prévia análise do pedido de liminar. Para o relator, esse rito deve ser aplicado em razão da relevância da matéria para a ordem social e a segurança jurídica.

Pedido de informações - Em sua decisão, o ministro solicitou, ainda, a manifestação e eventuais relatórios e informações do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no prazo de dez dias. Em seguida, a Presidência da República e o Congresso Nacional terão dez dias para prestar informações. Posteriormente, a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Procuradoria-Geral da República (PGR) devem se manifestar, sucessivamente, no prazo de cinco dias.

Dignidade violada - Na ação, a entidade alega que a norma viola garantias constitucionais, como a dignidade da pessoa humana e sua vida privada, e fere direitos dos detentos ao restringir mecanismos que garantam a sua reintegração à sociedade. Aponta ainda que, ao barrar a saída temporária de presos, o Brasil violaria acordos como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Ambos preveem a garantia de tratamento humano, respeitoso e digno à população carcerária.

Supremo confirma suspensão de leis que proíbem linguagem neutra em dois municípios

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou, por unanimidade, decisões do ministro Alexandre de Moraes de suspender os efeitos de leis de dois Municípios de Águas Lindas de Goiás (GO) e Ibirité (MG) que proíbem o ensino de "linguagem neutra ou dialeto não binário" nas escolas públicas e privadas. As duas liminares foram referendadas na sessão virtual encerrada em 10/6 e dizem respeito às Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) 1150 e 1155, apresentadas pela Aliança Nacional LGBTI+ (Aliança) e pela Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (Abrafh). No seu voto, o relator reiterou que os municípios não têm competência legislativa para editar normas que tratem de currículos, conteúdos programáticos, metodologias de ensino ou modos de exercício da atividade docente, já que cabe à União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Segundo o ministro, a proibição de divulgação de conteúdos, no caso, implica ingerência explícita do Poder Legislativo municipal no currículo pedagógico das instituições de ensino vinculadas ao Sistema Nacional de Educação e, consequentemente, submetidas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei federal 9.394/1996).

Liberdade de expressão - O relator acrescentou que, no caso de Ibirité, ao estender a proibição da linguagem neutra à administração pública municipal em geral, as normas aparentemente violam a garantia da liberdade de expressão, a proibição da censura e um dos objetivos fundamentais da República, relacionado à promoção do "bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". A lei de Ibirité prevê sanções administrativas e até mesmo eventuais responsabilizações civis e penais aos agentes públicos que usarem linguagem neutra.

STF julga ação sobre supostas omissões do SUS no atendimento a pessoas trans

Está na pauta de julgamentos do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), ontem (12), uma ação em que se discutem supostas omissões no Ministério da Saúde em relação à atenção primária de transexuais e travestis. A matéria é objeto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 787, apresentada em 2021 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que aponta entraves no Sistema Único de Saúde (SUS) que impediriam o acesso desse grupo ao atendimento de saúde.

Segundo o partido, pessoas trans que alteraram o nome de registro civil para refletir sua identidade de gênero não conseguiam ter acesso a serviços de saúde que dizem respeito ao sexo biológico. Ou seja, homens transexuais com nome social retificado, mas que conservam o aparelho reprodutor feminino, não conseguiam consultas e tratamentos com ginecologistas e obstetras, enquanto mulheres trans tiveram acesso negado a especialidades médicas como urologia e proctologia. O PT sustenta que essa situação viola os preceitos fundamentais do direito à saúde, da dignidade da pessoa humana e da igualdade.

O relator, ministro Gilmar Mendes, concedeu liminar (provisória e urgente) em 2021 para determinar ao Ministério da Saúde que adote medidas necessárias para garantir o agendamento de consultas no SUS em especialidades como ginecologia, obstetrícia e urologia independentemente da identidade de gênero da pessoa atendida.

Mendes também ordenou que a pasta informasse às secretarias estaduais e municipais e aos demais órgãos vinculados ao SUS para fazerem as alterações necessárias para garantir esses atendimentos.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

